

REVISTA

GPP GABINETE DE PLANEAMENTO,
POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

CULTIVAR
Cadernos de Análise e Prospetiva

CULTIVAR

Cadernos de análise e prospetiva®

N.º 28 | junho de 2023 | Estruturas agrárias

Propriedade:

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)
Praça do Comércio, 1149-010 Lisboa
Telefone: + 351 213 234 600
e-mail: geral@gpp.pt | website: www.gpp.pt

Equipa editorial:

Coordenação: Ana Sofia Sampaio, Bruno Dimas, Eduardo Diniz
Ana Filipe Morais, Ana Rita Moura, António Cerca Miguel, João Paulo Marques, Mafalda Gaspar,
Manuel Loureiro, Pedro Castro Rego, Rui Trindade
e-mail: cultivar@gpp.pt

Colaboraram neste número:

Gonçalo Santos Andrade, Isabel Escada Mendes, Joaquim Cabral Rolo, José Vasco Serrano, Júlia Seixas,
Laura Fonseca, Rui Pereira

Edições anteriores: <https://www.gpp.pt/index.php/publicacoes-gpp/cultivar-cadernos-de-analise-e-prospetiva>

Edição: Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Execução gráfica e acabamento: Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Tiragem: 1 000 exemplares | Edição gratuita

ISSN: 2183-5624

Depósito Legal: 394697/15

CULTIVAR

Cadernos de Análise e Prospetiva

N.º 28 › junho de 2023

Estruturas agrárias

Índice

7/9 | EDITORIAL

SECÇÃO I – GRANDES TENDÊNCIAS

13/21 | PERCEÇÕES E INTERPRETAÇÕES NA EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS AGRÁRIAS NACIONAIS – OPORTUNIDADES E VULNERABILIDADES DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Eduardo Diniz e Bruno Dimas

23/32 | PLURALIDADE DOS AGENTES COM EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO CONTINENTE PORTUGUÊS

Joaquim Cabral Rolo

33/35 | OS GRANDES DESAFIOS DA PRODUÇÃO: AUMENTAR A ÁREA DE REGADIO, CONCENTRAR A OFERTA E EQUILIBRAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÓMICA

Gonçalo Santos Andrade

37/42 | SISTEMA ALIMENTAR E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA – REFLEXÕES PARA O FUTURO

Júlia Seixas

SECÇÃO II – OBSERVATÓRIO

45/88 | OS NÚMEROS DO RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2019

Rui Trindade e Rui Pereira

89/102 | TIPOLOGIA TERRITORIAL DE BASE AGRÍCOLA – A ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS DO RA 2019

Laura Fonseca, Rui Trindade e Rui Pereira

103/₁₁₂ | MULHERES NA AGRICULTURA: 1989 A 2019

Isabel Escada Mendes

SECÇÃO III – LEITURAS

115/₁₁₉ | PERSPETIVAS AGRÍCOLAS DA OCDE/FAO PARA 2022-2031

*Breve síntese do relatório OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031, junho de 2022,
por Ana Rita Moura*

121/₁₂₃ | MODALIDADES DE UNIDADE AGRÍCOLA, FAMILIARES E OUTRAS, E CONTEXTOS TERRITORIAIS NO CONTINENTE PORTUGUÊS À BEIRA DOS ANOS 2020

*Breve síntese do relatório com o mesmo nome, de Joaquim Cabral Rolo, fevereiro de 2021,
por João Marques*

125/₁₂₈ | PERSPETIVA GLOBAL DA TERRA – PRIMEIRA EDIÇÃO

*Síntese de alguns pontos do Global Land Outlook – First Edition (GLO 1), da ONU – UNCCD, 2017,
por José Vasco Serrano*

129/₁₃₀ | EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO MUNDIAL DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES ATÉ 2100

Breve referência ao artigo “Likely decline in the number of farms globally by the middle of the century”, de Zia Mehrabi, 2023

Editorial

EDUARDO DINIZ

Diretor-geral do GPP

A presente edição da Cultivar é dedicada ao tema *Estruturas agrárias*. Consideramos oportuno apresentar, analisar e retirar algumas conclusões a partir dos dados do mais recente Recenseamento Agrícola 2019 (RA2019), elaborado pelo INE e cujos resultados foram publicados em 2021¹, complementados com outra informação relevante.

Foram produzidos alguns artigos de fundo por parte do GPP, um dos quais foi enviado, numa versão preliminar, a autores externos com um pedido de comentários destacando o que considerassem mais relevante na evolução estrutural da agricultura em Portugal. Esta edição tem assim, por força das circunstâncias e do próprio tema, uma componente de autoria do GPP mais significativa do que o habitual.

Os vários artigos que publicamos têm alguma densidade de estatísticas e conteúdos, por vezes opinativos, o que convida os nossos leitores a retirar pistas e ilações para uma reflexão e um debate sobre a evolução revelada pelo mais recente RA2019, o confronto entre as perceções e o real, e ainda a definição das estratégias e instrumentos que atuam sobre o território e a agricultura portuguesa em particular.

Assim, além deste Editorial mais descritivo, como é habitual, publicamos também um texto complementar de reflexão que pretende estimular o referido debate, apresentando uma leitura da nossa equipa editorial sobre os dados e artigos que publicamos e a necessidade de atuar de forma seletiva no quadro das políticas públicas, nomeadamente na aplicação da Política Agrícola Comum em Portugal. Trata-se de uma análise que não está encerrada e pretende, mais uma vez, trazer novas questões a debate.



Determinação do pH de um terreno. Quinta da Baleia, Oliveira do Hospital, 1954, Estação Agrária de Viseu. Acervo do GPP (autor não identificado)

¹ Instituto Nacional de Estatística – *Recenseamento Agrícola. Análise dos principais resultados: 2019*. Lisboa: INE, 2021. Disponível na www.ine.pt/xurl/pub/437178558. ISBN 978-989-25-0562-6.

O foco desta análise está na viabilidade das estruturas agrárias em Portugal nas suas três vertentes de análise: económica (dimensão física e dimensão económica; inviabilidade e abandono; territorialização, caracterização dos tipos de agricultura); ambiental (uso do solo e dos vários recursos; extensificação vs. intensificação; questão climática); e social (questões etárias; emprego).

Assim, na secção Grandes Tendências, depois do texto de reflexão referido, Joaquim Cabral Rolo, parte do pressuposto de que *“não há campo sem (a)gentes, nem políticas rurais não alicerçadas no que são os agentes”* e afirma a convicção de que *“ter em conta a racionalidade económica dos que tomam as decisões na/sobre a exploração é condição essencial no delineamento ajustado de medidas de política”*. Para isso, elabora uma análise a partir de apuramentos específicos de dados do INE, estabelecendo uma classificação das modalidades da agricultura nacional segundo uma grelha própria que inclui diversos parâmetros. Chega deste modo a algumas conclusões interessantes, que são analisadas com maior detalhe nesse texto inicial de reflexão.

No breve artigo de Gonçalo Santos Andrade, da Portugal Fresh, defende-se o aumento e a modernização da área de regadio, bem como *“a necessidade de os produtores estarem organizados e criarem uma verdadeira escala de oferta”*. O autor afirma que só assim será possível aumentar a competitividade do setor das frutas, hortícolas e flores, tanto a nível do mercado interno como a nível internacional. Refere ainda o problema urgente da renovação geracional dos produtores singulares, sublinhando o facto de mais de metade destes terem idade igual ou superior a 65 anos (para uma idade média de 64 anos).

Júlia Seixas, da Universidade NOVA de Lisboa, estabelece a ponte entre a evolução dos sistemas de produção em Portugal, revelada pelo RA 2019, e a necessidade de abordar questões urgentes de gestão dos recursos terra, água e energia. Sublinha a extrema complexidade do *nexus* energia-água-alimentos, *“resultando do cruzamento entre tecnologias, recursos naturais disponíveis, hábitos culturais, valores e preferências individuais, disponibilidade económica,*



Fotografia de Artur Pastor – Estudos biométricos para melhoramento do arroz, Posto Experimental do Vale do Tejo, Salvaterra de Magos, 1953. Acervo do GPP

contexto macroeconómico, inovação e psicologia de comportamento, entre outros”, acrescentando que são necessárias abordagens inovadoras para enfrentar os desafios do futuro e apresentando algumas dessas novas maneiras de olhar para velhos problemas.

A abrir a secção Observatório, o artigo de Rui Trindade e Rui Pereira, do GPP, faz uma análise sucinta e uma descrição dos principais indicadores do RA 2019 (relativos a número de explorações agrícolas, natureza jurídica, dimensão económica, Orientação Técnico-Económica, superfície ocupada, superfície florestal, superfície regada e irrigável, efetivo animal, mão-de-obra, Valor da Produção Padrão, ou Modo de Produção Biológico), destacando as mais importantes características da evolução estrutural recente da agricultura portuguesa sob estes aspetos. Foi uma versão preliminar deste documento que foi enviada aos nossos convidados nesta edição da Cultivar, para que, a partir dos números nele contidos, elaborassem as suas próprias análises, segundo a vertente que lhes parecesse mais profícua.

O artigo de Laura Fonseca *et al.*, também do GPP, atualiza um estudo anterior realizado no âmbito do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), altura em que foi criada uma

tipologia territorial de base agrícola a partir de indicadores estruturais do então RA 2009 e de outras fontes de informação. A atualização dessa tipologia baseia-se agora, nomeadamente, no RA 2019, através do apuramento de uma matriz de 35 indicadores organizados em três grupos: económicos; sociais e humanos; ambientais e de ocupação do território. Esses indicadores começam por ser individualmente mapeados no território nacional; em seguida, é criado um mapa agregado para cada um dos grupos temáticos identificados; finalmente, produz-se um mapa dos cinco territórios obtidos da conjugação dos temas que resume, de certa forma, toda essa informação estrutural. Apresenta-se, a concluir, uma breve descrição de cada um desses perfis territoriais resultantes.

No artigo seguinte, Isabel Escada Mendes, do GPP, faz uma análise sobre a evolução do papel das mulheres na agricultura nos últimos 30 anos, também com base na informação dos recenseamentos agrícolas. Conclui que as mulheres continuam a desempenhar um papel muito importante na agricultura, embora muitas vezes não reconhecido, tendo até aumentado consideravelmente a percentagem de produ-

toras singulares e de dirigentes agrícolas femininas. Embora tenham vindo a ser tomadas medidas para promover a igualdade salarial, o trabalho feminino continua a ser menos valorizado, mesmo se a discrepância no setor agrícola é inferior à da economia em geral. As mulheres têm também investido na sua formação e qualificação, que revelam tendências muito positivas, apesar das condicionantes ainda existentes. Destaca-se igualmente o maior investimento feminino em projetos de alguma dimensão, por exemplo, no subsector dos pequenos frutos.

Na secção Leituras, são analisados: o relatório da OCDE/FAO sobre as Perspetivas agrícolas para a próxima década (2022-2031, de junho de 2022); um documento anterior de Joaquim Cabral Rolo sobre as modalidades das estruturas agrícolas nacionais (2021, anterior à publicação do RA 2019); certos elementos do relatório das Nações Unidas sobre o estado das terras a nível global (GLO 1, 2017), no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD); e ainda um artigo recente sobre o provável declínio do número de explorações em todo o mundo até ao final do século XXI (2023).

GRANDES TENDÊNCIAS

CULTIVAR

v.t. *TRABALHAR A TERRA PARA TORNÁ-LA FÉRTIL.*

Perceções e interpretações na evolução das estruturas agrárias nacionais – oportunidades e vulnerabilidades da agricultura portuguesa

EDUARDO DINIZ E BRUNO DIMAS

Diretor-geral e Subdiretor-geral do GPP

Políticas públicas para a agricultura: um caminho persistente

A nível científico e das políticas públicas internacionais, europeia e nacional, o papel da agricultura na sociedade tem tido um desenvolvimento assente nos últimos trinta anos no conceito de multifuncionalidade. A multifuncionalidade refere-se ao facto de a atividade agrícola, para além do seu papel de produção de alimentos e fibras, poder também ter várias outras funções, como a gestão dos recursos naturais, da paisagem, a conservação da biodiversidade e a contribuição para a viabilidade socioeconómica das zonas rurais.

Este conceito estabelecido no advento da criação das estratégias para o desenvolvimento sustentável

...a agricultura multifuncional esteve na base das estratégias de organizações como a FAO e a OCDE e, a partir da década de 90 do século passado, a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia adotou a multifuncionalidade como o eixo estruturante do Modelo Agrícola Europeu.

esteve também relacionado com a necessidade de contribuir para a remodelação das políticas agrícolas protecionistas e o incentivo à internacionalização da economia mundial.

Com algumas distinções, e por vezes com algumas ambiguidades, a agricultura multifuncional esteve na base das estratégias de organizações como a FAO e a OCDE e, a partir da década de 90 do século passado, a Política Agrícola

Comum (PAC) da União Europeia adotou a multifuncionalidade como o eixo estruturante do Modelo Agrícola Europeu¹.

Desta forma, foi possível dar resposta às crescentes pressões externas e internas à União Europeia (UE) para reduzir o apoio aos preços dos produtos e, tendo-se reconhecido a importância da produção

¹ A Reforma da PAC de 1992, proposta pelo então Comissário da Agricultura Ray MacSharry e adotada durante a Presidência portuguesa do Conselho, constituiu um ponto de viragem na política agrícola europeia, passando do apoio ao mercado ao apoio ao produtor: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/cap-introduction/timeline-history/>

de bens públicos pela agricultura, foi igualmente possível responder aos anseios de viabilizar a atividade agrícola no território, respondendo também à necessidade de produção alimentar própria, a par da preservação dos recursos naturais, das características paisagísticas e da vitalidade das zonas rurais, objetivos que são valorizados positivamente pela sociedade europeia em geral.

Também em Portugal, com a integração plena na PAC, houve um alinhamento claro com esta linha concretizado formalmente através da Lei de Bases do Desenvolvimento Agrário de 1995², que nos seus Princípios Gerais aponta em primeiro lugar o *“Princípio da multifuncionalidade da agricultura, enquanto atividade económica com impacto importante ao nível social, ambiental e de ocupação do espaço rural”*.

Naturalmente que, nestes últimos trinta anos, este triângulo económico/social/ambiental foi evoluindo nas políticas europeias, reforçando-se, consoante o contexto, cada um dos ângulos. Foram várias as reformas que incidiram sobre a PAC e que se caracterizaram por um desmantelamento do apoio aos preços e por uma integração progressiva destas preocupações. Numa fase inicial, pela componente do Desenvolvimento Rural (muito relevante para Portugal na modernização do seu aparelho produtivo) enquanto segundo pilar da PAC, posteriormente com o apoio direto ao rendimento e ao longo do tempo e, com maior incidência nas últimas reformas, com as questões ambientais e, ainda mais recentemente, com a vertente climática.

Evolução das estruturas agrárias – intensificação e extensificação em simultâneo

Na recente reforma da PAC e no desenho dos Planos Estratégicos, e ainda nos tempos que se avizinham de aprofundamento do seu alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu³, ressaltam algumas questões sobre o equilíbrio das componentes economia-alimentação/social-rural/ambiente-clima-saúde, que geram tensões internas e externas em que não se vislumbram, desde já, os contornos da sua resolução.

Torna-se pertinente questionar se as estruturas agrárias, a governança das políticas públicas e seus recursos conseguem corresponder aos anseios da sociedade. Se componentes não relacionadas com a atividade produtiva se tornaram mais importantes do que a própria produção alimentar e de fibras. Estaremos na presença do avesso do conceito da multifuncionalidade?

Torna-se pertinente questionar se as estruturas agrárias, a governança das políticas públicas e seus recursos conseguem corresponder aos anseios da sociedade. Se componentes não relacionadas com a atividade produtiva se tornaram mais importantes do que a própria produção alimentar e de fibras. Estaremos na presença do avesso do conceito da multifuncionalidade?

É neste quadro que, na recente reforma da PAC, os seus três grandes objetivos gerais⁴ foram corporizados em Portugal através da identificação de um conjunto de necessidades específicas e da elaboração de instrumentos de política em conformidade.

A resiliência da agricultura nacional, visando a garantia do abastecimento alimentar, implica a necessidade de manter a superfície agroflorestal e aumentar a produção, em particular de bens críticos. A competitividade e o equilíbrio na cadeia alimentar são

² <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/86-1995-546975>

³ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt

⁴ “a) Promover um sector agrícola inteligente, competitivo, resiliente e diversificado, de modo a garantir a segurança alimentar a longo prazo; / b) Apoiar e reforçar a proteção do ambiente, incluindo a biodiversidade, e a ação climática e contribuir para o cumprimento dos objetivos da União em matéria de ambiente e de clima, nomeadamente os compromissos assumidos pela União no âmbito do Acordo de Paris; / c) Reforçar o tecido socioeconómico das zonas rurais” Regulamento (UE) 2021/2115:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32021R2115&from=EN>

determinantes, e os pagamentos diretos clássicos e as medidas de apoio ao investimento são os principais instrumentos para o atingir.

Em simultâneo, a mitigação e a adaptação às alterações climáticas colocam a necessidade generalizada da transformação dos sistemas de produção agrícolas, o que implica uma transição para uma melhor gestão dos recursos água, ar e solo, bem como da biodiversidade. Os regimes ecológicos, as medidas agroambientais (MAA) e os apoios ao investimento são as vias para incentivar esta transformação.

Finalmente, o papel da agricultura nos territórios rurais é importante, mas já não é suficiente para o desenvolvimento destes, dado o seu pequeno peso económico e a diminuição do emprego agrícola.

Neste âmbito, importa analisar como podem as explorações agrícolas portuguesas dar as respostas necessárias. O acesso a um conjunto vasto de dados e indicadores estatísticos que várias fontes estatísticas nos proporcionam, nomeadamente as comparações entre os Recenseamentos da Agricultura (RA), permite atualizar ou renovar a perceção do que é a agricultura portuguesa e ter uma visão agregada da sua realidade, confrontando-a com interpretações pré-estabelecidas.

Permite ainda refletir sobre as oportunidades e vulnerabilidades das estruturas agrárias nacionais na sua preparação para assegurar uma resposta eficaz aos desafios atuais. Estes desafios incluem as tensões geopolíticas e comerciais, as alterações climáticas, a digitalização e a evolução das dinâmicas sociais, e ainda as alterações que se vão verificando nos regimes alimentares.

Destacam-se duas vulnerabilidades críticas que estão estreitamente relacionadas com a atividade agrícola – a vulnerabilidade alimentar e a vulnerabilidade climática. Esta constatação suscita algumas questões.

Permitem as nossas estruturas agrárias:

- dar resposta à redução da dependência exterior para assegurar o abastecimento alimentar?
- assegurar um aumento de produtividade e simultaneamente reduzir a dependência de importações críticas como fertilizantes, alimentos para animais, cereais?
- dar resposta a um aumento crescente de eventos climáticos adversos?
- gerar a produção de bens públicos ambientais?
- manter uma ocupação e gestão territorial abrangente?
- resistir à pressão concorrencial (urbana, turismo, energia-ambiente) sobre o uso dos recursos solo e água?

Destacam-se duas vulnerabilidades críticas que estão estreitamente relacionadas com a atividade agrícola – a vulnerabilidade alimentar e a vulnerabilidade climática.

Estas questões podem, por sua vez, provocar uma reflexão sobre qual a dimensão crítica das unidades de produção quer do ponto de vista físico, quer do ponto de vista económico. Com efeito, existe

uma aceitação generalizada que a agricultura, tanto na sua componente de produção agroalimentar, como nos serviços agroambientais que proporciona, é sustentável através de pequenas unidades, muitas vezes desligadas do mercado para a sua viabilização.

É neste contexto que importa ler o retrato que o RA 2019 efetua da agricultura portuguesa, em que a exploração agrícola é a unidade de análise sobre o uso do solo onde são cultivadas culturas ou criado gado por agricultores, e que integra uma parte relevante de floresta.

Em Portugal, no ano de 2019, foram recenseadas um pouco mais de 290 mil explorações agrícolas com uma grande diversidade estrutural do ponto de vista fundiário, no uso do solo, no acesso à água, ao trabalho e na sua natureza jurídica e estas são, no seu conjunto, as células da agricultura nacional.

Embora a agricultura represente uma pequena parte do Valor Acrescentado Bruto da economia nacional⁵, as explorações agrícolas estão presentes ao longo de todo o território português, marcando as paisagens nacionais com uma interação substancial com os recursos naturais e a biodiversidade. A dimensão média das explorações agrícolas, embora verificando um crescimento constante, continua a ser relativamente pequena⁶. Tal como em muitos outros países, tem-se registado uma redução ao longo do tempo na quantidade de mão-de-obra empregada na agricultura, com particular impacto na mão-de-obra familiar.

Em muitas explorações, a agricultura e a silvicultura coexistem e os agricultores são simultaneamente produtores florestais⁷.

É de destacar uma constância da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) ao longo das últimas décadas, embora com importantes alterações internas.⁸

No uso do solo, verifica-se um movimento de concentração e consolidação de sistemas de uso mais produtivo comumente relacionados com capacidade de acesso a irrigação, mas de uma forma geral verificou-se uma extensificação da atividade em que as pastagens ocupam a maioria da SAU⁹.

Na forma jurídica de exploração, continua a verificar-se o domínio dos produtores singulares (em que o autoconsumo é cada vez menos significativo), embora com um acréscimo de sociedades em

...as explorações agrícolas estão presentes ao longo de todo o território português, marcando as paisagens nacionais com uma interação substancial com os recursos naturais e a biodiversidade.

número, mas particularmente na representatividade no uso da SAU¹⁰.

Portugal permanece como um importador líquido de produtos agroalimentares, embora as exportações tenham vindo

a crescer significativamente nos últimos anos, sendo o setor agroalimentar um dos principais setores portugueses no comércio internacional¹¹.

Constatamos assim que:

- A superfície agrícola ocupa 43% do território nacional e mais de metade são pastagens permanentes, o que corresponde a uma tendência de extensificação.¹²
- Apenas 6% do território nacional (pouco mais de 14% da superfície agrícola) coincide com área irrigada¹³ com um contributo determinante para a produção alimentar e a criação de valor, o que corresponde a uma tendência de intensificação.
- A ligação ao mercado é muito diferenciada por tipo de exploração.
- Há uma redução da dependência do rendimento agrícola para o rendimento do agricultor e sua família numa parcela significativa de agricultores.
- Na generalidade das zonas rurais, o solo é maioritariamente gerido por explorações agroflorestais, mas na população, no emprego e na produção, a agricultura tem um peso inferior a 10%. O rural não é sinónimo de agrícola.

⁵ Agricultura 1,2%; Complexo Agroalimentar 3,5%

⁶ 13,7 ha em Portugal, 14,4 ha no Continente

⁷ 130 621 explorações com floresta estreme (sem culturas sob coberto), representando 45% do total de explorações.

⁸ Em 2019, 5,12 milhões de ha de superfície total das explorações, 3,96 milhões de ha de SAU e 631 mil ha de superfície irrigável. Em 1999, 5,19 milhões de ha de superfície total das explorações, 3,86 milhões de ha de SAU e 792 mil ha de superfície irrigável.

⁹ 52% em 2019, 21% em 1989

¹⁰ De 0,7% das explorações em 1989 para 5,0% em 2019. De 9,4% da SAU em 1989 para 36,7% da SAU em 2019.

¹¹ Taxa de crescimento médio anual das exportações de 2000 a 2022 do complexo agroalimentar de 7,4% (5,6% na Economia). Em 2022, o Complexo Agroalimentar representa 11,7% das importações e 7,9% das exportações.

¹² Ver Anexo ao artigo “Os números do Recenseamento Agrícola 2019”, na secção Observatório desta edição.

¹³ Representa aproximadamente 90% da área equipada com potencial irrigável que, por seu lado, é cerca de 7% do território nacional e 16% da SAU.

Produção agrícola, gestão territorial e administração patrimonial

Na análise do abastecimento alimentar e tendo presentes as preocupações com o equilíbrio das posições negociais na cadeia alimentar, é de salientar que, com raras exceções, as explorações agrícolas enquanto unidades económicas correspondem ao conceito de Pequenas e Médias Empresas (PME), que representam também quase 100% da produção e da SAU. Em particular, as microempresas são 99,5% das explorações, representando 91% do Valor de Produção Padrão (VPP)¹⁴ e 75% da SAU. São características distintas dos outros elos da cadeia e de outros setores da economia, sendo que na economia portuguesa, as PME geram apenas 43% do produto.

O acesso universal das explorações a apoios desligados não parece, assim, criar situações de distorção da concorrência, dado não existirem unidades económicas agrícolas de grande dimensão, que tenham um poder negocial relevante. No entanto, há que estar atento ao tema, pois a verticalização empresarial na cadeia alimentar poderá ganhar alguma importância e mesmo que a componente agrícola tenha uma dimensão económica reduzida, pode pertencer a grandes empresas.

Apesar desta homogeneidade quanto à dimensão económica quando observada no contexto das empresas nacionais, as quase trezentas mil explora-

ções agrícolas recenseadas apresentam uma grande diversidade e darão contributos também muito diversificados na prossecução dos objetivos de política.

As estratificações, que permitem quer uma maior facilidade de exposição e de análise quer uma possibilidade de operacionalização de instrumentos de política, correm, contudo, o risco de apresentarem abordagens

simplistas. Por exemplo, as classificações de acordo com a dimensão física ou económica das explorações não permitem distinguir situações muito diferenciadas dentro de cada classe na relação com as políticas.

A evolução que as explorações têm tido está a conduzir a uma separação cada vez mais clara entre tipologias de agricultura, ficando mais evidenciadas quer as explorações-empresas (mesmo que microempresas) quer as explorações que efetuam essencialmente uma gestão patrimonial¹⁵. Praticamente desapareceram as explorações com uma dependência relevante da agricultura em termos de rendimento e que produzem para autoconsumo.

Recorrendo ainda a esta análise de Joaquim Rolo, a grande parte da produção agrícola, cerca de 2/3, é gerada em metade da SAU por 10% das explorações, que produzem essencialmente para o mercado e dependem da agricultura em termos de rendimento. Podemos ainda considerar que têm uma lógica de

...as explorações agrícolas enquanto unidades económicas correspondem ao conceito de Pequenas e Médias Empresas (PME)...

A evolução que as explorações têm tido está a conduzir a uma separação cada vez mais clara entre tipologias de agricultura, ficando mais evidenciadas quer as explorações-empresas (mesmo que microempresas) quer as explorações que efetuam essencialmente uma gestão patrimonial.

¹⁴ VPP é o valor da produção para cada atividade, correspondente à situação média de uma dada região. O valor da produção é, por sua vez, o valor monetário da produção agrícola bruta ao preço à saída da exploração. É igual à soma do valor do(s) produto(s) principal(ais) e do(s) produto(s) secundário(s). Regulamento de Execução (UE) 2015/220:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32015R0220&from=HU>

¹⁵ A classificação analítica efetuada por Joaquim Rolo no seu artigo para esta edição permite outras leituras, dando pistas mais precisas sobre a capacidade de as políticas induzirem ações nas explorações agrícolas, embora seja menos fácil a transposição para a operacionalização de políticas.

atividade semelhante as explorações que produzem sobretudo para o mercado mas com uma dependência menos exclusiva do rendimento agrícola (15% das explorações, 15% do VPP, 20% da SAU). Ou seja, as explorações que produzem essencialmente para o mercado e dependem de modo relevante da agricultura representam 25% das explorações, 80% do VPP e 70% da SAU.

Mesmo sendo sobretudo microempresas, são unidades económicas com lógica empresarial, tendo um valor médio de produção entre 150 a 250 mil €, com cerca de 4 UTA, uma produtividade média de 40 a 50 mil €/UTA, com dimensões físicas muito diversificadas.

Parte destas explorações tornaram-se juridicamente sociedades (5% das explorações) e representam 50% do VPP e 37% da SAU.

Há um conjunto muito significativo de explorações com lógicas intermédias patrimonial/comercial (dependem pouco do rendimento agrícola, mas produzem sobretudo para o mercado): 45% das explorações; 15% do VPP; 25% da SAU.

Os dados indicam que têm alguma relevância na oferta alimentar e gerem uma parte importante da SAU. Têm uma capacidade adaptativa a diferentes contextos e políticas, o que pode ser um fator de resiliência.

Tendo em conta a orientação predominante para o mercado, uma parte destas explorações tem uma lógica empresarial. Assim sendo, mais de 90% da produção agrícola provirá de explorações com um grau de profissionalização elevado, que gerem também cerca de 90% da SAU, cujas decisões de gestão dependem dos mercados agroalimentares e das políticas agrícolas e que serão cerca de metade das explorações agrícolas nacionais.

Estas explorações são os principais agentes da política agrícola em termos de abastecimento alimentar, emprego rural sustentável, transição ecológica e gestão territorial. Cerca de 80% beneficia de apoios da PAC.

Há ainda um conjunto grande de explorações agrícolas que não dependem do rendimento agrícola nem produzem para o mercado: 30% das explorações; 3% do VPP; 5% da SAU. São explorações com produções de 2 a 3 mil€ de rendimento anual, 0,7 UTA/expl; em média com 5 ha, dos quais 1/3 matos e floresta e 1/3 culturas permanentes.

As políticas agrícolas terão efeitos limitados sobre este estrato, que corresponde a mais de 75 mil explorações, quer pela relação reduzida que têm com a agricultura quer pelo impacto marginal na produção e na ocupação do território. Cerca de metade tem apoios da PAC, mas o contexto socioeconómico e as políticas territoriais é que influenciarão a continuidade destas explorações. A mera presença no território pode ter efeitos positivos, mas tais benefícios devem ser aferidos a nível local.

...mais de 90% da produção agrícola provirá de explorações com um grau de profissionalização elevado, que gerem também cerca de 90% da SAU, cujas decisões de gestão dependem dos mercados agroalimentares e das políticas agrícolas e que serão cerca de metade das explorações agrícolas nacionais.

...são os principais agentes da política agrícola em termos de abastecimento alimentar, emprego rural sustentável, transição ecológica e gestão territorial. Cerca de 80% beneficia de apoios da PAC.

Esta evolução estrutural da economia portuguesa, e os novos objetivos relacionados com o ambiente e clima, levam a que as expectativas da sociedade em geral, e dos agricultores em particular, provoquem o questionamento sobre quais são as principais funções da agricultura e como é que os agricultores devem ou podem responder a essas funções ou objetivos.

Com efeito, emergem como objetivos: (i) a segurança no abastecimento alimentar das populações; (ii) a manutenção da agricultura, ou o seu potencial, em todo o país; (iii) o aumento do valor acrescentado; e (iv) uma agricultura sustentável com menos emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A necessidade de aprofundamento das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural têm merecido em Portugal, nas três últimas décadas, um consenso político, em grande parte sustentado pelo quadro institucional da União Europeia.

A adaptação das estruturas agrárias nacionais, e da população que tem atividade na agricultura, foi muito intensa ao longo dos anos, fruto da evolução dos objetivos de política dirigidos ao setor e, principalmente, da evolução geral da economia portuguesa.

Como objetivo final, podemos apontar que as políticas agrícolas devem promover práticas sustentáveis, garantindo a competitividade das empresas e assegurando que se fornecem alimentos nutritivos e a preços acessíveis à população.

Os destinatários das políticas agrícolas, nomeadamente dos fundos públicos consignados e normas regulatórias, evoluem num quadro de complementaridade com o mercado. Com efeito, o mercado resolve em grande parte os objetivos relacionados com o abastecimento alimentar.

Mas, para garantir a existência de um setor agrícola com vitalidade, é essencial assegurar uma gestão global do risco que colmate o desincentivo ao investimento agrícola, o que se torna ainda mais premente num processo de transição ecológica.

Há ilações a tirar da caracterização sobre a afetação dos recursos financeiros e o formato dos instrumentos de política agrícola e rural, dado que os volumes financeiros reais são mais escassos, sobretudo após a vaga inflacionista dos últimos dois anos.

...os volumes financeiros reais são mais escassos, sobretudo após a vaga inflacionista dos últimos dois anos.

Há que encontrar critérios de seleção dos destinatários, da sua atividade e dos territórios onde se inserem adequados aos vários instrumentos, e que permitam uma relação proporcional entre o apoio e os resultados.

O crescimento em termos físicos e/ou económicos das explorações é fundamental não só para gerar economias de escala e poder negocial, mas também para aumentar a eficácia e eficiência dos apoios.

A eficácia das políticas implica que esta seja dirigida a agentes que sejam afetados por elas e que tenham capacidade para dar resposta aos seus

objetivos. Para além disso, a eficiência obriga a que exista uma relação adequada entre os seus custos e os seus efeitos. Há pois um conjunto de explorações (entre 40 a 60% do total) que não pode ser descurado de políticas agrícolas que visem a segurança do abastecimento alimentar, a transição ecológica e o contributo para territórios rurais sustentáveis.

Há que encontrar critérios de seleção dos destinatários, da sua atividade e dos territórios onde se inserem adequados aos vários instrumentos, e que permitam uma relação proporcional entre o apoio e os resultados.

O crescimento em termos físicos e/ou económicos das explorações é fundamental não só para gerar economias de escala e poder negocial, mas também para aumentar a eficácia e eficiência dos apoios. Por isso, as políticas não podem dificultar esse desenvolvimento. Por exemplo, o custo por hectare estimado de vários regimes ecológicos mostra que estes podem ser cinco vezes mais elevados em explorações de pequena dimensão relativamente às maiores.

Os necessários efeitos sociais indiretos das políticas agrícolas só podem ser sustentáveis se os objetivos económicos e ambientais forem prosseguidos. A existência de apoios agrícolas com uma abrangência tendencialmente universal desvia recursos dos objetivos da política agrícola e é contraproducente a prazo.

A política agrícola deve ser focada nas dezenas de milhares de explorações agrícolas determinantes em

termos de abastecimento alimentar, emprego rural sustentável, transição ecológica e gestão territorial. Pode ainda ser articulada na justa medida, de modo a ser um complemento local de políticas socioterritoriais, para cujos objetivos a política agrícola não tem eficácia.

É assim necessário equilibrar a regulação direta com os estímulos de mercado. Ou seja, deve-se procurar um *mix* de políticas que procurem conciliar a proteção ambiental, a proteção do consumidor e a produtividade alimentar.

A aplicação dos instrumentos de política tem de ter em conta a diversidade estrutural e a capacidade de impor seletividade no acesso aos apoios públicos e na proteção dos recursos destinados à agricultura. E, por conseguinte, nem todas as explorações contribuem para os objetivos com a mesma eficiência e eficácia.

Uma visão agregada da agricultura portuguesa como uma atividade uniforme ou, pelo menos, com alguma coerência interna no uso dos recursos terra, trabalho e capital não corresponde à realidade que se observa na evolução intercensitária.

Com efeito, quer pelas características estruturais (dimensão fundiária e acesso à água), quer pelas estratégias de gestão individual (comercial vs. patrimonial) verifica-se a referida distinção crescente, ou mesmo dualidade, da agricultura nacional.

Conclusão – seletividade e complementaridade

As vulnerabilidades da agricultura nacional são mais vastas e não só centradas na PAC, mas também no posicionamento estratégico que o país, incluindo governo, setor e cidadãos em geral, deseja para a agricultura.

A aplicação dos instrumentos de política tem de ter em conta a diversidade estrutural e a capacidade de impor seletividade no acesso aos apoios públicos e na proteção dos recursos destinados à agricultura.

A SAU nacional é reduzida, extensiva e pouco produtiva; os solos de qualidade e a área irrigada e irrigável são diminutos. Há necessidade de encarar uma dualidade crescente na nossa agricultura: uma vasta área de 80% com dificuldades de viabilização (o sequeiro), mas com um papel de gestão territorial e climática imprescindível ao desenvolvimento sustentável do nosso país e uma área com maior aptidão produtiva de cerca de 14% da SAU, 566 mil ha, ou seja 6% de todo o nosso território.

Este número demonstra bem que o solo, principal responsável pela produção alimentar em Portugal, deve ser protegido. A concorrência por este recurso é enorme: urbanização (áreas férteis são tradicionalmente próximas dos aglomerados urbanos), a pressão energia-solo (caso dos painéis solares), a floresta, o turismo...

Por outro lado, é cada vez mais importante, no seio do universo das explorações

agrícolas, focar as políticas naquelas que mais contribuem para os objetivos de segurança alimentar e de gestão territorial. É uma parcela reduzida de explorações agrícolas que gera um maior valor económico e de produção agroalimentar ou um maior contributo para a gestão do território e a sua resiliência ecológica. Isto não quer dizer que todas as explorações agrícolas não tenham o seu papel, mas o que se verifica é que um elevado número de explorações cumprem um papel limitado nestes objetivos e, mesmo do ponto de vista do rendimento dos agregados, o contributo da agricultura, ou mesmo o autoconsumo, tornou-se secundário comparativamente há umas décadas.

Pretendemos, assim, evidenciar a importância de uma maior focagem na atribuição de recursos (financeiros e naturais) escassos a explorações que melhor respondam aos objetivos prioritários para

a agricultura (produção alimentar e ecologia) e, em simultâneo, a necessidade de uma maior complementaridade com outras políticas tendo em conta a expansão de novas áreas com insuficiências de investimento (infraestruturas-conectividade e regadio; desenvolvimento local; floresta).

Um debate que teve alguma relevância no espaço da UE referiu-se ao conceito de agricultor ativo. Em Portugal, a necessidade de uma abrangência na presença da agricultura no território, mesmo naqueles com maiores constrangimentos naturais, levou à adoção de uma abordagem flexível, mas progressivamente atenta-se na preocupação com a gestão ativa. Este debate não se faz, naturalmente, sem olhar para uma maior territorialização de alguns instrumentos

de política e, a prazo, tem que ser iniciado com base nos dados que nos permitem entender as evoluções da nossa agricultura.

Pretendemos, assim, evidenciar a importância de uma maior focagem na atribuição de recursos (financeiros e naturais) escassos a explorações que melhor respondam aos objetivos prioritários para a agricultura (produção alimentar e ecologia) e, em simultâneo, a necessidade de uma maior complementaridade com outras políticas...

A cada reforma da PAC, ou quando são publicados dados estatísticos muito completos do diagnóstico da nossa agricultura, como foi o caso do RA2019, reinicia-se um debate sobre o futuro da agricultura em Portugal.

É neste quadro, que se quer informado, que a presente reflexão pretende incentivar

um debate alargado e atempado para melhorar, a prazo e com a previsibilidade necessária, a atuação sobre uma atividade produtiva que tem cada vez mais interesses diversificados e permitir assim um contrato de confiança claro entre a sociedade portuguesa e os agricultores.

Pluralidade dos agentes com exploração agrícola no Continente português

JOAQUIM CABRAL ROLO*

Investigador Coordenador aposentado do INIAV, I.P.

Enquadramento

Estrutura agrária: o conjunto das relações no e do *campo*¹ com a economia/sociedade; o *campo* como o espaço agrícola e florestal e os agentes económicos que o mobilizam, no seio do *solo rústico*.

A observação da estrutura agrária que se empreende é parcial: limita-se ao tempo atual – arredando-se as mudanças em tempo longo ou mais recente²; omite a heterogeneidade estrutural, vincada, às escalas regional, sub-regional e local; foca-se numa entidade, a *exploração agrícola* com os atributos concertados pelas estatísticas oficiais; acolhe parcas vertentes da estrutura interna *exploração* – não se mencionando, por ex., as formas de acesso à terra, o parcelamento e, mormente, a tecnologia/equipamentos.

Contextualiza-se o universo de explorações³: face à população residente no país, o número significa

cerca de 3% e a população associada 7%; e face ao tamanho do *solo rústico*, a superfície total situa-se em redor de 60%, quota que desce para o limiar de 50% na avaliação das extensões de “agricultura”, “floresta”, “matos e pastagens” (em *exploração agrícola*). Sob este último aspeto, acentua-se: são outros, que não os responsáveis por *exploração agrícola*, os agentes do *solo rústico*.

Exploração agrícola: uma unidade microeconómica, complexa, onde imperam diferenciadas perceções de situação e de objetivos dos agentes que a materializam⁴.

Eleito o trabalho como um dos critérios nucleares de classificação das explorações – seguindo, de resto, o fixado pelo INE – emerge a componente trabalho familiar (vs. assalariado) e, assim, fica em primeiro plano a conexão exploração-família; conexão pelo

* Pelos comentários durante a elaboração do escrito, grato a F. O. Baptista, F. Cordovil e J. Veiga.

¹ Cf. <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa> [“estrutura” e “agrária”].

² Vd. Rolo e Cordovil, 2021. *Enquadramento Histórico e Agricultura – Um século*. Vol. I de Cordovil, F., Rolo, J. C. e Rocha, J. R., *Materiais para a História do Ministério da Agricultura 1918 – 2017*, in https://www.inia.pt/divulgacao/publicacoes-bd?filter_37=outras-

³ Rolo, 2020. A valia económica dos mosaicos agroarborícolas e florestais portugueses – um ensaio de avaliação *Cultivar* n.º 21; INE, *RA2019 e Censos 2021*. A população associada a explorações: a *população agrícola familiar* (INE) + UTA não familiar.

⁴ Cf. Laurent, C. et al., 2003. “Multifonctionnalité de l’agriculture et modèles de l’exploitation agricole” in *Économie Rurale*, n.º 273-274. Paris: SFER, pp. 135-143.

trabalho que não é dissociável da dimensão rendimento familiar.

Formaliza-se a categorização das unidades agrícolas/agentes, a cuja resultante se atribui o nome de modalidades de agricultura, em conformidade com a diferenciada natureza dos agentes (estatuto jurídico e trabalho) e inserção/articulação no sistema económico (as vias do rendimento familiar: os mercados, agrícola e ou outros, a exploração como ativo/património).

Mostra-se a importância económica-territorial das modalidades, os recursos que encerram (regadio, floresta ...) e traços estruturais dos sistemas de produção.

Um intento: o conhecimento – pela tipificação da diversidade de lógicas económicas – dos agentes que tomam “as decisões de fundo” (INE) sobre a atividade/funcionamento da *exploração*.

Modalidades de agricultura

Identificação e importância

As unidades classificam-se segundo os parâmetros: (a) Natureza jurídica *Trabalho: Produtor *individual*

(*familiar, semifamiliar, empresário*), *Sociedades, Baldios, Outras* * (b) Exploração agrícola como origem do rendimento do produtor * (c) Autoconsumo como destino da produção agrícola (vd. Anexo A1).

Do universo *exploração agrícola*, retêm-se os produtores *societário e individual*⁵ e, neste, os com distinto nível de labor familiar. Sobre o trabalho, atenta-se à lógica de medição do resultado económico envolvendo a ponderação do encargo salarial: da menor compressão, porque inexistente ou de pequeno volume, no *produtor familiar* (+ de 75% de UTA familiar), à maior no *produtor empresário*; e também na *sociedade*. Para esta, contudo, a convenção estatística – todo o trabalho é de

mão-de-obra não familiar⁶ – aparta a perceção dos laços família-exploração.

Nota-se a associação do parâmetro estatuto dos produtores (a) com os dois outros (b) e (c): a importância da

exploração aumenta do *familiar*, para o *semifamiliar* e *empresário* e, na mesma sequência (a que se junta a *sociedade*), diminui a quota de autoconsumo.

A interseção das dimensões “origem do rendimento” e “destino da produção” (eleita a grandeza do autoconsumo opoente à da venda/mercado) demarca os arquétipos⁷ do Quadro 2.

...a importância da exploração aumenta do familiar, para o semifamiliar e empresário e, na mesma sequência (a que se junta a sociedade), diminui a quota de autoconsumo.

Quadro 1 – Proventos da exploração no Rendimento das famílias e Autoconsumo como destino da produção

Expl./Rend. Fam. (%)	Total	Produtor individual				Sociedade
		Total	Familiar	Semifamiliar	Empresário	
		39	31	45	51	
Autoconsumo (%)	26	31	36	22	17	6

Fonte: INE, RA2019, ap. esp. = apuramento específico

⁵ De fora as figuras jurídicas *baldio* e *outras*.

⁶ O conhecimento empírico mostra que assim não é. Um segmento, dependendo do volume da prestação familiar, poderá ser categorizado como *sociedade* “familiar” ou “semifamiliar”.

⁷ Cf.: Baptista, F. O., 2001. *Agriculturas e territórios*. Celta ed., pp. 63-71 e 83-96; Rolo, J. C. e Cordovil, F., 2018. *Territórios, rural e agriculturas – Portugal nos anos 2000*. <https://www.inia.pt/images/publicacoes/livros-manuais/silva-lusitana/5>, pp. 66-93; Ruiz-Maya, L. e Regidor, J. G., 2019. *Evolución de la Agricultura Española 1982-2009 ¿Una Reforma Agraria Silenciosa?* Ed. MAPA; Rolo, J. C., 2021. *Modalidades*. https://www.inia.pt/images/publicacoes/2021/joaquim-rolo/Rural_modalidades_agricultura_Joaquim-Rolo_3-3-2021.pdf; Cordovil, F., 2021. *Agricultura e Política Agrícola*, pp. 11-14.

Quadro 2 – Arquétipos resultantes da interseção das dimensões “origem do rendimento” e “destino da produção”

Modalidades	Expl. no Rendimento Familiar * Autoconsumo (Un.: %)		Importância (%)					
	Provento da expl./ Rend. Familiar (prod. indiv.)	Autoconsumo/ Produção (prod. indiv. + socied.)	Global	N.º expl.	UTA	VPP	ST	SAU
Setorial agrícola - comercial	Sociedades	< 25	32,7	4,9	21,3	51,1	33,9	36,8
	Prod. Indiv.> 75 + Socied.		44,5	10,5	31,2	65,3	47,4	52,0
Comercial - agrícola+património	> 25 a <= 75		16,5	15,1	16,1	15,2	18,6	20,2
Património - comercial	< 25		13,6	23,5	16,0	9,5	11,5	11,1
Património - não comercial	Sociedades	> 75	0,3	0,2	0,2	0,3	0,5	0,4
	> 75		0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
	25 a <= 75		0,9	1,7	1,7	0,3	0,7	0,5
	< 25		11,0	29,1	17,7	3,2	6,4	4,5
	Sociedades	> 25 a <= 75	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,6
	> 75		0,7	0,8	1,1	0,5	0,6	0,6
	< 25		6,2	14,0	10,2	2,6	3,9	3,2
	total		19,7	46,2	31,4	7,5	12,7	9,9
Intermédio de Rend. e Autocons.	> 25 a <= 75 (≈30)	> 25 a <= 75 (≈40)	2,7	4,3	4,6	1,5	2,2	2,0

UTA – Unidade de Trabalho Ano; VPP – Valor da Produção Padrão; ST – Superfície Total; SAU – Superfície Agrícola Utilizada. Fonte: INE, RA2019 ap. esp.

(i) setorial agrícola – comercial: os proventos da exploração são centrais no rendimento familiar – é o qualificativo setorial agrícola –, e são obtidos primordialmente no mercado de bens agrícolas (produtos vegetais e animais),

(ii) comercial – agrícola + património: prevalece o mercado como destino da produção (+ de 75%), mas o contributo da exploração no rendimento situa-se em estado intermédio (são os réditos anuais e os expectáveis, a prazo, do ativo/património),

(iii) património – comercial: o rendimento anual da exploração complementa proventos familiares de outras origens, sendo criado sobretudo por transa-

ções mercantis (o epíteto “comercial”); uma lógica de segurança patrimonial com o rendimento esperável a prazo,

(iv) património – não comercial (territorial): são sobretudo outras as funções da exploração que não a produção de bens agrícolas transacionáveis.

***Uma diminuta quota de explorações
(10,5%), fruindo um pouco menos de
50% da superfície total (ST), responde
por 65% da economia de bens
agrícolas...***

Da vista global da importância das modalidades salienta-se:

Uma diminuta quota de explorações (10,5%), fruindo um pouco menos de 50% da

superfície total (ST), responde por 65% da economia de bens agrícolas; é o segmento setorial agrícola – comercial. Por sua vez, a modalidade património

– não comercial surge com um peso económico-territorial na ordem de 20%, mas são cerca de 50% das unidades.

Com o acoplamento do estatuto jurídico/trabalho dos agentes sobressai a bipolarização de importância entre produtores *familiar* (46,5%) e *societário* (33,5%) – compara com 6% do *semifamiliar* e cerca de 10% do *empresário* (vd. Anexo A2). E exprime-se: (i) no âmbito do produtor *familiar*, o elevado impacto do arquétipo património – não comercial (33%), que se contrapõe a menos de 20% da relevância do modelo setorial agrícola – comercial – são 5% das unidades; (ii) no âmbito das *sociedades*, a muito forte relevância do modelo comercial⁸.

... e partição de recursos

Que níveis de afetação dos recursos regadio, cultivos permanentes, gados e florestais (vd. Anexo A2)?

A *sociedade* usufrui 50 % da superfície irrigável. No *familiar*, com cerca de 30%, a modalidade património – não comercial emerge com a quota mais notável (30%) – compara com 20% do setorial agrícola – comercial; este aumenta de relevo quando se passa do produtor *familiar* para o *semifamiliar* e para o *empresário*.

Nos cultivos arbóreo-arbustivos é o impacte, notável, do modelo património – não comercial dos produtores *familiar* e *semifamiliar* que sobressai. Nota-se que as modalidades *familiares* concentram a principal fatia de culturas permanentes (40%; 30% nas *sociedades*).

Na partição dos gados, é profundo o fosso entre as explorações *societária* e *familiar* (60%, contra cerca de 25%) e, neste campo, independente do estatuto do produtor, é o modelo setorial agrícola – comercial o detentor principal.

Em redor de 45% da superfície de floresta do Continente foi declarada em explorações. Tal extensão

está em quase 30% sob a gestão do produtor *familiar* (42% nas *sociedades*). E, adentro da agricultura *familiar*, sobreleva-se o predomínio do arquétipo património – não comercial. Salientam-se as elevadas proporções detidas pelo produtor *familiar* do modelo património – não comercial das superfícies de eucalipto (acima de 55%) e de pinheiro-bravo (mais de 60% – vd. Anexo A2).

Traços estruturais

O fundiário e os réditos

O contraste na dimensão fundiária e nos resultados económicos das modalidades é bem vincado (vd. Anexo A3).

Repara-se:

(a) na modalidade *familiar* setorial agrícola – comercial (5% dos produtores *familiares*) a ST é bem superior à média do Continente e também a medida dos réditos por unidade de trabalho (o VPP/UTA) supera o valor do Continente;

(b) na disparidade dos resultados económicos, para lá da natureza dos agentes: na agricultura *familiar*, os 26 mil € de VPP/UTA – o que equivale a 16 mil € de ‘rendimento’ – na modalidade setorial agrícola – comercial confrontam com 9 mil e cerca de 4 mil € nos modelos património – comercial e património – não comercial. Ou, no *empresário*, os quase 40 mil € no modelo setorial agrícola – comercial comparam com um pouco menos de 8 mil €/UTA no modelo património – não comercial;

(c) por fim, nas ajudas da Política Agrícola Comum (PAC) – em apreço, sublinha-se, o número de beneficiários e não os montantes: anota-se o crescente aumento de expressão com a diminuição do peso relativo do trabalho familiar e o minguar, no âmbito de qualquer natureza dos agentes, da abrangência da passagem do arquétipo setorial agrícola – comercial para os de maior índole patrimonial.

⁸ Contas feitas (RA2019): as *sociedades* com > 100 mil € de VPP anual e com < 1 ha de ST e sem SAU (pecuária intensiva, sobretudo de granívoros) representam 3%, uma importância global de 5,5% e reúnem 30% dos gados (70% do efetivo avícola).

O trabalho

A métrica da aceção da natureza do produtor *individual* dita as relações entre o trabalho familiar e não familiar; assomando na individualidade das três categorias o critério peso do trabalho familiar (vd. Anexo A1).

Aqui, o foco, sob a ótica da diversidade de lógicas dos agentes, é a composição da natureza do quantitativo anual de trabalho para as tarefas na exploração, em especial a parte não familiar. Para lá da relação com o dispositivo de equipamentos/tecnologias mobilizáveis, está em causa a decisão entre a realização (a oportunidade e a mão-de-obra disponível) das tarefas e os custos inerentes (salários e/ou adjudicação de serviços); e com ela a implicação na avaliação do resultado económico da exploração.

Assim (vd. Anexo A3): (i) seja qual for a natureza do produtor, é claro o maior quantitativo de trabalho movido pelo modelo sectorial agrícola – comercial face aos restantes arquétipos, em especial o património – não comercial; (ii) nos produtores individuais, mesmo, destaca-se, no *empresário*, a supremacia no trabalho não familiar é do assalariado eventual e da contratação de serviços, em detrimento do trabalho permanente; (iii) o apelo ao assalariado eventual pelo *empresário* do modelo sectorial agrícola – comercial supera o do registo da *sociedade* comercial, ao invés do que ocorre, quer com os trabalhadores permanentes (duas vezes mais), quer com o trabalho sob a forma da prestação de serviços; (iv) o nível médio de trabalho no *empresário* sectorial agrícola – comercial ronda o da *sociedade*.

Sistema de produção: as ocupações do solo e os gados Matos e floresta vs. SAU e o regadio

Em primeiro lugar, a saliência para a abordagem do espaço da *exploração agrícola*: a ST e não apenas a SAU; SAU que subjaz à tipificação pela dimensão económica – o VPP – das explorações e onde assentam diretrizes basilares da PAC. Anote-se que o complementar da SAU na ST respeita, no essencial, à superfície de matos e florestas estremes, e a sua proporção na ST (no Continente está no limiar de 20%) é bem distinta regionalmente. O que, em consequência,

se manifesta nos contrastes regionais de base fundiária onde se enraízam orientações da PAC. Sublinha-se ainda o impacte do (des)equilíbrio dos pesos daquelas duas extensões da ST na delimitação do universo *exploração agrícola*: esta, reduzida na sua ST à área de matos e florestas estremes, sairá daquele universo – minguando o espaço da figura “produtor agrícola” no *solo rústico*.

Agora, as modalidades (vd. Anexo A4): (i) em quebra da SAU, a quota de matos e florestas estremes na ST ganha ascendente, nomeadamente perante o modelo sectorial agrícola – comercial, nos modelos de mais forte traço

patrimonial; (ii) veja-se o modelo *familiar* património – não comercial: na ST, a SAU ronda 60% (mas é quase 90% no sectorial agrícola – comercial) e a superfície de matos e florestas eleva-se a perto de 35% (menos de 10% no modelo sectorial agrícola – comercial).

Em segundo lugar, veja-se o potencial de regadio da SAU (a *irrigável*: em 50% no domínio de *sociedade*) e respetivo uso: (i) é no arquétipo património – não comercial, e não, frisa-se, no sectorial agrícola –

...a saliência para a abordagem do espaço da exploração agrícola: a ST e não apenas a SAU; SAU que subjaz à tipificação pela dimensão económica – o VPP – das explorações e onde assentam diretrizes basilares da PAC.

O que, em consequência, se manifesta nos contrastes regionais de base fundiária onde se enraízam orientações da PAC.

...exploração agrícola: esta, reduzida na sua ST à área de matos e florestas estremes, sairá daquele universo – minguando o espaço da figura “produtor agrícola” no solo rústico.

comercial, dos produtores *familiar* e *empresário*, que o peso relativo da SAU irrigável se aproxima do modelo *societário* comercial (na ordem de 20%); (ii) todavia, o registo do uso efetivo da rega é de declínio dos agentes do modelo setorial agrícola – comercial para os de maior feição patrimonial (por ex., no produtor *familiar*: cerca de 90% da terra irrigável é regada, mas no modelo patrimonial – não comercial é de 75%).

Perante a constatação – e, destaca-se, hoje, a superfície irrigável é cerca de 30% inferior à do início de 1990 –, que opções ao não uso de potencial de rega acantonado nos modelos de cariz patrimonial?

Cultivos temporários vs. cultivos permanentes e os gados

Fixam-se as porções de duas parcelas da SAU: a de culturas temporárias e a de cultivos arbóreo-arbustivos; o resto são prados e pastagens permanentes – e o que representam na presença do gado herbívoro e o inerente reflexo no valor económico da SAU, aferido pelo VPP.

Parcelas que, afora o produtor *semifamiliar* com o ascendente das culturas permanentes, atingem quotas similares nos três outros tipos de produtores (em redor de 25% no *familiar* e de 20% no *empresário* e no *societário*). Contudo, a heterogeneidade é marcante ao nível das modalidades; um realce (vd. Anexo A4): seja qual for o estatuto do agente, é claro o aumento do peso relativo das culturas permanentes no trajeto das modalidades setorial agrícola – comercial para as de maior feição patrimonial.

A última nota reporta aos gados e cinge-se ao valor dos bovinos; destaca-se: (i) o grande predomínio do efetivo bovino nos produtores individuais do modelo

setorial agrícola – comercial (quase 60% no produtor *familiar* e em redor de 65% no *semifamiliar* e *empresário*), cujo peso relativo decresce nos modelos de maior cariz patrimonial; (ii) cenário que se altera, forte, nas *sociedades*:

a fração de bovinos declina para menos de 35%, o que advém do impacte de outros gados, em particular dos granívoros nas sociedades “sem terra”.

Nota final

O pressuposto: não há *campo* sem (a)gentes, nem políticas rurais não alicerçadas no que são os agentes. O contributo colocou os agentes económicos com *exploração agrícola* – na pluralidade antevista de rumos de vida – no centro da análise.

A convicção: ter em conta a racionalidade económica dos que tomam as decisões na/sobre a *exploração* é condição essencial

no delineamento ajustado de medidas de política; reflete-se, na atualidade, na *visão* da *estratégia nacional* do PEPAC: *uma gestão ativa de todo o território ...*⁹.

Perante a constatação – e, destaca-se, hoje, a superfície irrigável é cerca de 30% inferior à do início de 1990 –, que opções ao não uso de potencial de rega acantonado nos modelos de cariz patrimonial?

O pressuposto: não há campo sem (a)gentes, nem políticas rurais não alicerçadas no que são os agentes.

A convicção: ter em conta a racionalidade económica dos que tomam as decisões na/sobre a exploração é condição essencial no delineamento ajustado de medidas de política...

⁹ <https://www.gpp.pt/index.php/pepac/pepac-plano-estrategico-da-pac-2023-2027>

Anexo

A1. Dados e conceitos

1. A informação de base está num apuramento, feito pelo INE, de dados do RA2019. No seu desenho, fixaram-se as classes dos critérios: (a) trabalho produtor *individual - familiar* (+ 75% das unidades de trabalho anuais, UTA, é de *mão-de-obra*, MO, *familiar*), *semifamiliar* (> 50% a <= 75% das UTA de MO *familiar*), *empresário* (<= 50% de MO *familiar*); (b) origem do rendimento do produtor – <= 25% da exploração, > 25 a < 50%, > 50 a < 75% e > 75% da expl.; (c) destino da produção, pelas classes de autoconsumo (vs. venda/mercado) – idem (b). Nota-se: o modelo intermédio de rendimento e de autoconsumo é irrelevante nos produtores *semifamiliar* e *empresário* e no *familiar* significa cerca de 5%; em A2, A3 e A4 inclui-se, no âmbito dos *produtores individuais*, em património – não comercial.

2. Importância global (das modalidades) = valor do índice: (social = n.º expl. e trabalho, UTA; territorial = ST das expl.; económica = VPP de bens agrícolas): em % ((n.º expl. + n.º UTA) / 2 + ST + VPP) / 3.

3. VPP, Rendimento e Autoconsumo

O VPP é uma medida padronizada do valor dos produtos vegetais e animais. Não inclui os inerentes encargos, nem os subsídios. Face ao VPP/UTA, retenha-se: na média 2015-19 na agricultura nacional (INE, *CEA regionais*, p. correntes): Valor Acrescentado Bruto (VAB)/UTA = 12 150,1 €/ano; VAB + Subsídios aos produtos e à produção /UTA = 16 189,4 €. O rendimento da exploração é o rendimento das “atividades da exploração”: i. agropecuária – medida pelo VPP -, ii. florestal e, iii. outras não agrícolas; a que se juntam as ajudas/subsídios. Rendimento daquelas parcelas que é o resultado: (valor da produção + ajudas/subsídios) – os encargos com a produção. Este é o conceito do quesito sobre a % do rendimento da exploração no rendimento familiar.

O autoconsumo no RA2019: o “destino da produção agrícola”, ou seja, a identificação do 1.º agente económico com o qual o produtor efetuou as transações dos produtos. É registado como a % (em relação ao total) de produção consumida pelo agregado doméstico do produtor (com as ofertas a familiares).

As estimativas das quotas de rendimento da exploração e de autoconsumo baseiam-se nos dados das 4 classes de importância referidas em 1., sabendo que: rendimento = *produtores individuais*; autoconsumo = total de produtores (inclui: *baldio* e *outra* – Estado, fundações...).

4. Trabalho na exploração: UTA = 225 dias-ano = 1 800 horas-ano; assal. eventuais = contratados pelo produtor, de forma irregular (ocasionais e ou sazonais); prestação de serviços = MO *contratada*, mas de *trabalhadores por conta própria ou empregados de terceiros* e que *desempenham funções no âmbito de uma prestação de serviços* (inclui o *trabalho contratado a empresas de trabalho temporário*); por convenção, nas *sociedades*, todo o trabalho é contado sob a norma do assalariamento ou de prestação de serviços (“mão-de-obra não familiar”).

5. Uso do solo

matos e florestas estremes = sem quaisquer outras ocupações/cultivos;

povoamentos florestais = áreas de sobreiros (com e sem culturas sob coberto), azinheiras (com e sem culturas sob coberto), carvalho, pinheiro-bravo, eucalipto, choupo e outros];

SAU = além das parcelas individualizadas de culturas temporárias (mormente as culturas herbáceas anuais) e permanentes, contam-se a horta familiar e, sobretudo, os prados e pastagens permanentes

(vd., no relativo a 3., 4. e 5., INE, *Manual de Instruções*, RA2019).

A2 – Modalidades de agricultura (natureza dos agentes-inserção na economia): relevância e participação de recursos

Modalidades de explorações/agentes no Continente	Importância (social, territorial e económica)	PARTIÇÕES (%) [Total = % no total das explorações; Modalidades = % nos totais de <i>familiar, semifamiliar, empresário, sociedade</i>]									
		N.º expl.	N.º UTA	VPP	Sup. Total	Superfície		Gados (CN total)	Sup. Povoamentos florestais		
						Irrigável	Culturas perman.		Total	Euca-lipto	Pinheiro bravo
TOTAIS (n.º expl. c/ sup. total; VPP = 10 ⁶ €; 10 ³ ha; 10 ³ CN)		266 039	293 236	6 227,2	4 987,7	627	856	2 267	1 523	201	178

Familiar

Total	46,5	82,5	63,7	29,6	36,9	31,3	40,2	25,7	29,1	42,7	45,7
Setorial agrícola - comercial	17,3	5,3	9,9	26,0	18,3	20,2	10,3	34,5	16,0	6,6	4,3
Comercial - agrícola+património	23,2	12,0	16,1	28,3	27,3	24,6	22,4	33,9	28,1	14,4	10,9
Património - comercial	21,6	25,3	21,0	20,7	21,0	19,1	28,2	12,9	19,5	16,2	15,8
Património - não comercial	32,7	52,5	46,2	20,4	28,4	29,9	33,9	14,1	32,1	56,2	62,9

Semifamiliar

Total	6,1	6,7	5,1	6,0	6,5	5,5	9,3	3,9	6,0	5,0	4,7
Setorial agrícola - comercial	26,6	8,5	22,2	35,6	28,8	35,8	18,6	48,1	30,4	8,7	6,2
Comercial - agrícola+património	29,9	20,0	29,0	32,4	32,7	30,4	30,6	36,9	33,9	26,8	21,6
Património - comercial	28,1	41,9	30,4	23,3	24,9	22,5	33,8	10,2	22,1	28,5	35,5
Património - não comercial	15,4	29,5	18,4	8,6	13,6	11,3	17,0	4,7	7,5	30,9	31,9

Empresário

Total	9,6	5,1	8,6	11,7	14,0	11,7	14,9	8,8	15,6	10,9	7,4
Setorial agrícola - comercial	30,7	12,3	26,9	35,2	34,2	36,5	22,6	45,3	34,4	24,8	23,8
Comercial - agrícola+património	38,1	28,8	34,4	37,7	43,4	40,5	42,4	36,4	45,5	39,1	29,2
Património - comercial	24,4	42,8	28,3	19,5	17,4	18,9	28,5	9,4	15,5	23,8	28,7
Património - não comercial	6,7	16,1	8,8	5,8	4,9	4,1	6,5	8,9	4,7	12,3	18,3

Sociedade

Total	33,5	5,3	21,8	51,8	35,0	50,6	34,8	60,9	42,2	37,6	16,4
Comercial	96,9	92,6	97,8	98,6	97,0	98,4	97,5	99,2	97,7	97,4	93,9
Outra	3,1	7,4	2,2	1,4	3,0	1,6	2,5	0,8	2,3	2,6	6,1

Fonte: INE, RA2019, ap. esp.

A3 – Traços estruturais das modalidades de agricultura (I): base fundiária, réditos e trabalho

Modalidades de explorações/ agentes no Continente	Sup. total/ expl. (ha)	VPP /UTA (mil €)	Beneficiários de ajudas/N.º expl c/SAU (%)	Trabalho na exploração ^(a)					
				Total	Familiar	Não Familiar			
						Total	Assal. permanente	Assal. eventual	Prest. de serviços
				UTA/expl.					
Global	18,7	21,2	60,6	1,1	0,7	81,4	48,2	24,5	8,6

Familiar

Total	8,4	9,9	58,2	0,9	0,8	5,7	0,1	4,4	1,2
Setorial agrícola - comercial	29,1	25,7	77,8	1,6	1,5	13,0	0,4	9,6	3,0
Comercial - agrícola+património	19,1	17,0	79,7	1,1	1,1	10,8	0,1	8,4	2,3
Património - comercial	6,9	9,4	60,3	0,7	0,7	6,2	0,0	4,9	1,2
Património - não comercial	4,8	3,9	50,4	0,8	0,8	3,4	0,0	2,7	0,7

Semifamiliar

Total	18,5	24,9	70,4	0,8	0,5	68,8	12,2	49,9	6,8
Setorial agrícola - comercial	62,1	40,0	80,2	2,2	1,4	180,9	57,6	106,0	17,4
Comercial - agrícola+património	30,1	27,8	82,8	1,2	0,8	101,1	19,6	70,8	10,7
Património - comercial	11,0	19,1	69,0	0,6	0,4	49,8	4,9	39,7	5,3
Património - não comercial	5,5	3,0	14,8	0,4	0,3	31,0	4,5	24,0	2,5

Empresário

Total	51,6	28,8	73,9	1,9	0,5	314,2	130,0	151,8	32,4
Setorial agrícola - comercial	143,8	38,0	81,3	4,3	1,0	724,7	359,7	286,7	78,3
Comercial - agrícola+património	78,0	32,5	85,9	2,3	0,5	388,3	153,6	191,0	43,7
Património - comercial	21,0	20,3	69,9	1,2	0,3	210,9	71,4	117,9	21,6
Património - não comercial	9,0	7,8	48,4	0,8	0,2	118,3	38,1	75,5	4,8

Sociedade

Total	123,4	50,5	75,0	4,5		1 016,1	731,9	182,5	101,7
Comercial	129,3	50,9	77,5	4,8		1 073,2	770,9	194,0	108,3
Outra	49,8	33,1	45,0	1,3		298,4	241,3	38,5	18,6

(a) UTA = 225 dias-ano = 1 800 horas-ano. Fonte: INE, RA2019 ap. esp.

A4 – Traços estruturais das modalidades de agricultura (II): uso do solo, regadio, cultivos e gados

Modalidades de explorações/agentes no Continente	% na Superfície Total		SAU: o regadio		Ocupação da SAU (%)		Bovinos % no total de CN herbívoros e granívoros
	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	Matos e florestas estremes	Sup. irrigável (% da SAU)	Sup. Regada/ Sup. Irrigável (%)	Culturas temporárias	Culturas permanentes	
Global	77,0	19,2	16,3	89,7	22,0	22,3	40,0

Familiar

Total	75,2	20,5	14,2	83,3	25,2	24,9	47,8
Setorial agrícola - comercial	88,5	9,3	13,3	90,2	29,8	11,9	58,0
Comercial - agrícola+património	83,5	13,9	11,5	85,3	24,7	18,4	49,5
Património - comercial	75,7	19,4	12,8	84,7	21,3	33,3	42,8
Património - não comercial	59,0	34,0	19,0	74,9	23,2	37,3	39,1

Semifamiliar

Total	78,5	18,4	13,3	85,1	20,9	30,9	56,5
Setorial agrícola - comercial	90,4	8,0	14,4	81,4	24,6	17,4	65,2
Comercial - agrícola+património	81,9	15,6	11,9	91,7	21,1	27,8	49,7
Património - comercial	71,1	24,7	13,3	87,3	16,3	46,3	48,1
Património - não comercial	35,6	23,7	8,8	44,6	9,8	33,9	12,8

Empresário

Total	81,2	16,4	13,0	90,9	20,4	22,6	59,7
Setorial agrícola - comercial	84,4	14,0	13,4	92,5	22,9	14,4	64,5
Comercial - agrícola+património	83,5	14,5	11,8	90,9	19,5	21,4	65,3
Património - comercial	75,2	20,8	15,2	90,0	17,9	39,8	62,0
Património - não comercial	46,5	45,1	22,2	74,4	13,1	56,2	11,0

Sociedade

Total	83,0	14,3	21,9	93,8	21,7	20,6	32,7
Comercial	83,4	14,0	22,1	93,9	21,8	20,6	32,6
Outra	70,0	24,1	13,7	91,0	18,7	20,1	47,2

Fonte: INE, RA2019.ap. esp.

Os grandes desafios da produção: aumentar a área de regadio, concentrar a oferta e equilibrar sustentabilidade ambiental, social e económica

GONÇALO SANTOS ANDRADE

Presidente da Portugal Fresh

A análise aos principais números do Recenseamento Agrícola de 2019, divulgados pelo INE em 2021, juntamente com a análise efetuada pela Direção de Serviços de Estatística do GPP, demonstram que é urgente Portugal aumentar a área de regadio. A superfície irrigável, onde conseguimos desenvolver uma agricultura mais competitiva e virada para o mercado global, representa apenas 16% da Superfície Agrícola Utilizada e as alterações climáticas dificultam, cada vez mais, as culturas tradicionais de sequeiro.



PORTUGAL FRESH
FRUTAS LEGUMES FLORES

Mesmo na área de regadio, é urgente a modernização e revitalização dos perímetros de rega, muitos deles com mais de 50 anos e com perdas na distribuição inadmissíveis para os dias de hoje. Só com a devida requalificação, será possível aproveitarmos o

...é urgente Portugal aumentar a área de regadio. A superfície irrigável, onde conseguimos desenvolver uma agricultura mais competitiva e virada para o mercado global, representa apenas 16% da Superfície Agrícola Utilizada ...

A dimensão média das explorações, embora tenha duplicado nos últimos 30 anos, ainda é baixa (13,7 hectares), e este dado reforça a necessidade de os produtores estarem organizados e criarem uma verdadeira escala de oferta.

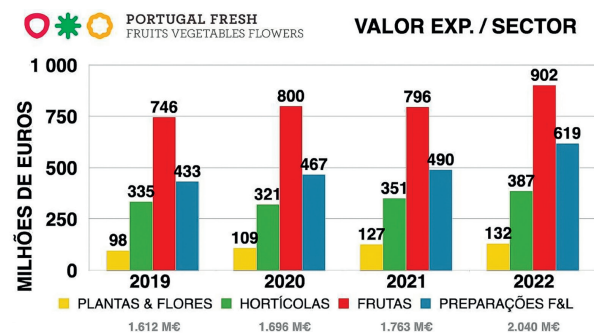
acesso aos recursos hídricos. O setor das frutas, legumes, plantas ornamentais e flores (FLF) tem um enorme potencial de crescimento mas, sem acesso a água, não conseguirá manter a competitividade.

A dimensão média das explorações, embora tenha duplicado nos últimos 30 anos, ainda é baixa (13,7 hectares), e este dado reforça a necessidade de os produtores estarem organizados e criarem uma verdadeira escala de oferta. Desde a criação da Organização Comum de Mercado (OCM) para as frutas e legumes em 1997 – uma política muito inovadora e de extrema importância para o setor –, os produtores

foram incentivados a associarem-se em Organizações de Produtores (OP) para reforçar a orientação para o mercado e a competitividade do setor, criar dimensão para maximizar valor, adaptar a produção às expectativas e exigências dos consumidores (cada vez

mais atentos e informados), melhorar a capacidade de gestão de crise, respeitar práticas ambientais e incentivar o consumo de frutas e legumes. Foi criada uma ferramenta que facilitou o progresso técnico e económico, denominada Programas Operacionais (PO), que permitiu que toda a produção se organizasse.

O grau de adesão foi muito diferente nos vários Estados-Membros. Os países que mais e melhor se organizaram têm conseguido criar estruturas muito fortes, com enorme poder negocial, e remuneraram adequadamente os seus produtores. Os casos da Bélgica e dos Países Baixos são dois dos melhores exemplos.



Fonte: INE

Organizar a produção: uma meta a atingir

Em Portugal, o setor das FLF teve um enorme crescimento e desenvolvimento na última década, mas a verdade é que mantém um grau de organização muito baixo. A média europeia de organização e valor da produção comercializada através de OPs situa-se nos 50%. A Bélgica ultrapassa os 90%. Estimo que em Portugal esteja abaixo dos 20%.

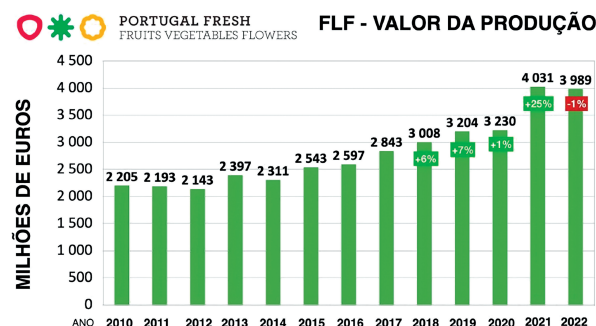
Em 2010, o valor de produção do setor das FLF foi de 2 205 milhões de euros, com as exportações a corresponderem a 35% (780 milhões de euros). Em 2022, o valor da produção atingiu cerca de 4 000 milhões e as exportações, ligeiramente, acima de 2 000 milhões de euros.

Portugal tem de criar mecanismos de apoio e incentivos aos produtores para integrarem estas estruturas, quer com estratégias nacionais para os programas operacionais mais ambiciosas e menos burocráticas, quer privilegiando nos programas de desenvolvimento rural apoios majorados aos produtores que integram estas estruturas.

Se retirarmos o valor da produção das plantas ornamentais e flores (597 milhões de euros em 2022), podemos verificar que o valor da produção do setor das frutas e legumes é cerca de 3 400 milhões de euros e o valor de produção comercializada (VPC) das OPs ronda os 500 milhões de euros. Na Bélgica, em 2022, só a OP BelOrta teve um volume de negócios

superior a 500 milhões de euros.

Portugal tem de criar mecanismos de apoio e incentivos aos produtores para integrarem estas estruturas, quer com estratégias nacionais para os programas operacionais mais ambiciosas e menos burocráticas, quer privilegiando nos programas de desenvolvimento rural apoios majorados aos produtores que integram estas estruturas.



Fonte: INE

Condições justas de acesso ao mercado

Ao analisarmos a percentagem de explorações e dimensão económica por natureza jurídica, e também a dimensão económica das explorações, vemos a importância de haver apoios específicos aos pequenos agricultores. Estes agricultores são fundamentais para a ocupação de territórios de baixa densidade, para a coesão territorial e para evitarmos o abandono dos terrenos rurais, dando origem a desertificação e fogos. No entanto, é urgente medir o retorno destes apoios, que não podem funcionar apenas como medidas de sobrevivência. Estes produtores têm enormes custos de produção, como

referido no artigo do GPP, e fraca – para não dizer nula – relação com o mercado. Estamos a injetar verbas em produtores desorganizados que vão prejudicar os preços de mercado. Há que apoiar fortemente estes produtores, mas criando regras de integração dos mesmos em estruturas organizadas, a fim de garantirmos um retorno do investimento efetuado e dando condições justas de acesso ao mercado.

Outro grande desafio do setor, que há muito está identificado, é a renovação geracional e os dados do INE confirmam essa necessidade. Principalmente, no que se refere ao produtor singular: 53% do total têm idade igual ou superior a 65 anos. A formação contínua ao longo da vida dos produtores e dirigentes do setor deve ser uma prioridade e pode contribuir para uma maior concentração da oferta e maior poder de negociação do setor primário.

Produzir mais e com maior eficiência

O país tem condições climáticas muito favoráveis para aumentar a sua produção de frutas, legumes e flores. Há procura no mercado global pelos nossos produtos. Principalmente no mercado local, a União Europeia a 27, é essencial termos a ambição de produzir mais utilizando de uma forma mais eficiente os recursos. É cada vez mais relevante encontrarmos um equilíbrio entre a sustenta-

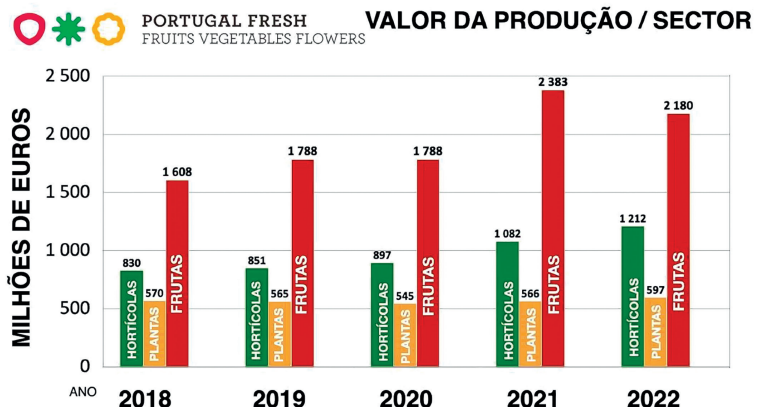
Ao analisarmos a percentagem de explorações e dimensão económica por natureza jurídica, e também a dimensão económica das explorações, vemos a importância de haver apoios específicos aos pequenos agricultores.

Há que apoiar fortemente estes produtores, mas criando regras de integração dos mesmos em estruturas organizadas, a fim de garantirmos um retorno do investimento efetuado e dando condições justas de acesso ao mercado.

É cada vez mais relevante encontrarmos um equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, social e económica, em que o resultado final seja um aumento da produção de alimentos com o grande objetivo de diminuirmos a importação de países terceiros.

bilidade ambiental, social e económica, em que o resultado final seja um aumento da produção de alimentos com o grande objetivo de diminuirmos a importação de países terceiros. Na União Europeia produzimos produtos de qualidade, com elevada segurança alimentar e a preços acessíveis. Temos de reforçar este caminho.

Portugal tem de fazer escolhas. Há que ter coragem para conseguir reservar mais água com charcas, reservatórios, barragens de pequena, média e grande dimensão e modernizar os perímetros de rega existentes. A procura de dietas equilibradas e saudáveis é crescente por parte dos consumidores e o setor das FLF pode desempenhar um papel importante na satisfação destas necessidades. O setor é importante para as nossas exportações e para a economia do país. Precisamos de coragem política e obras efetivas para uma gestão eficiente e adequada dos recursos hídricos.



Fonte: INE

Sistema alimentar e transição energética – reflexões para o futuro

JÚLIA SEIXAS

Professora Catedrática, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa

O retrato da agricultura portuguesa fornecido pelo Recenseamento Agrícola de 2019 (INE, 2021) revela um setor com tendências peculiares nos últimos 30 anos (RA 1989): o número de explorações agrícolas caiu para menos de metade, e a mão-de-obra agrícola decresceu em 42%; a dimensão média das explorações duplicou, passando de 6,7 ha para 13,7 ha; as explorações geridas por sociedades aumentaram de 0,7% para 5%, e as geridas por produtores singulares caíram de 99% para 95%, o que representa a perda de 319,3 mil produtores singulares. As explorações com menos de 5 hectares são dominantes, 73,4% do total do país, e cerca de 72% desse total são de muito pequena dimensão económica (< 8000 €). A idade média dos produtores singulares é de 64 anos, o seu nível escolar e a formação profissional são baixos (apenas 19% têm o ensino secundário ou superior), a esmagadora maioria assume que continua na atividade agrícola por questões afetivas (49%) e como complemento ao rendimento (35%), sendo que a fonte de rendimento do agregado de 85% dos produtores é exterior à exploração agrícola.

O uso da água na atividade agrícola reportado no RA 2019 merece destaque, sobretudo tendo em conta informação que tem vindo a ser publicada sobre padrões de precipitação expectáveis para Portugal

(Soares, P. 2023). Nos últimos 30 anos, registou-se um aumento de 16% na superfície irrigável (i. e. com infraestruturas de rega), 631 mil hectares em 2019, dos quais 566 mil hectares efetivamente regados, um aumento de 21% face a 2009. O olival, nas culturas permanentes, e os cereais para grão, nas culturas temporárias, representam 41% do total da área regada em 2019. O Alentejo foi a região com maior variação de área regada face a 2009 (58,3%), com um crescimento relevante na rega de superfície de culturas permanentes, nomeadamente olival e vinha. Juntamente com o Ribatejo e Oeste, representam 60% do total de superfície regada. Dois terços das explorações com superfície irrigável são de muito pequena dimensão económica e apenas 5% de grande dimensão; no entanto, em termos de área, 56% desta superfície localiza-se nas explorações de grande dimensão e 14% nas muito pequenas.

O consumo de energia por Superfície Agrícola Utilizada (SAU), publicada pela PORDATA, é de 6 GJ/ha em 2021, um valor em linha com a média da série desde 1995, enquanto o balanço energético da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) aponta, para o mesmo ano de 2021, um valor de 4,4 GJ/ha, um aumento de 21% face a 2009 (3,7 GJ/ha). Claramente, há necessidade de melhorar e produzir informação

finia sobre o uso de recursos como água, energia e outros como fertilizantes, que permita apurar a eficiência no seu uso (i.e. rácio entre consumo de recursos e quantidade ou valor produzido). O retrato do setor agrícola revela uma evolução modesta nos últimos 30 anos no modelo de produção e, no caso do consumo de energia, em sentido oposto ao desejado, sobretudo se atentarmos ao que está a acontecer em diversas regiões do mundo, com novos modelos de produção, de elevada intensidade tecnológica e muito alta eficiência no uso de recursos.

A premência da crise climática, sentida em quebras de produtividade e nas perdas associadas a desastres meteorológicos e climáticos, os requisitos do quadro regulamentar na União Europeia e a nível internacional, a existência de consumidores crescentemente mais exigentes e de novas regras do sistema financeiro em indicadores de reporte em matéria de Governança ambiental, social e empresarial (ESG, na sigla inglesa), com ênfase na emissão de dióxido de carbono (CO₂), têm determinado que a esmagadora maioria das empresas e outras organizações coloquem o tema da transição climática, centrando-se sobretudo na energia, na sua estratégia e objetivos, com impacto nos modelos de produção.

Os sistemas energético (que inclui extração e transporte de recursos energéticos, produção, transporte e distribuição de formas de energia final, e consumo final) e alimentar (que inclui produção, transporte e distribuição, consumo e destino final do desperdício alimentar) são apontados como os maiores responsáveis pela (in)sustentabilidade do Planeta, e a atual explosão de soluções de base tecnológica em ambos justifica atentarmos à sua interface. Rockstrom *et al* (2020) aponta o sistema alimentar como o

Claramente, há necessidade de melhorar e produzir informação fina sobre o uso de recursos como água, energia e outros como fertilizantes, que permita apurar a eficiência no seu uso (i.e. rácio entre consumo de recursos e quantidade ou valor produzido).

principal impulsionador do Antropoceno. A produção de alimentos é a principal responsável por taxas sem precedentes de uso de solo (ocupa atualmente cerca de 50% da área total livre de gelo do Planeta) e de água (consome cerca de 70% do uso global de água doce) (Shukla *et al*, 2019). A produção de alimentos é das maiores fontes de poluição de água doce (Evans *et al*, 2019) devido ao uso excessivo de nitratos e fosfatos e de pesticidas (64% da área agrícola mundial em risco, Tang *et al*, 2021). O atual sistema alimentar global é o principal *driver* da perda de biodiversidade, sendo a agricultura uma ameaça conhecida para 24 000 das 28 000 (86%) espécies em risco de extinção (Benton *et al*, 2021).

Crippa *et al* (2021) concluíram que o sistema alimentar global é responsável por 1/3 das emissões globais de gases com efeito de estufa (GEE), sendo a atividade agrícola e alterações de uso do solo o maior emissor. A produção de alimentos é responsável por 40% da emissão total de GEE, a alteração de uso do solo é responsável por 32%, enquanto a cadeia de abastecimento por 17% e o pós-*retail* (i.e. cozinha e gestão de resíduos) por 12%. De acordo com a FAO, os sistemas alimentares atuais usam cerca de 30% da energia disponível globalmente, sendo a maior parte assegurada por combustíveis fósseis. Importa notar que, do total da energia consumida pelos sistemas agroalimentares, 70% ocorre depois da produção, i.e., no transporte, processamento, embalagem, expedição, armazenamento, comercialização e preparação final. Os impactos do sistema alimentar na saúde humana estão também extensamente documentados (e.g. Poppy e Baverstock 2019; Willet *et al*, 2019).

O manancial de informação que tem vindo a ser apurada sobre os impactos ambientais dos sistemas de produ-

Novos modelos de produção de alimentos, do uso da água, do uso do solo e de energia devem ser equacionados, bem como a reinvenção de cadeias curtas e muito curtas de transporte como modelo futuro para melhorar a sustentabilidade do sistema alimentar.

ção de alimentos, da escala local à global, e a expectativa para a sua evolução no contexto das alterações climáticas, obriga à reflexão sobre como o devemos abordar, sob pena de não ajustarmos políticas e práticas para que a próxima geração de agricultores portugueses não venha a ser perdedora. Novos modelos de produção de alimentos, do uso da água, do uso do solo e de energia devem ser equacionados, bem como a reinvenção de cadeias curtas e muito curtas de transporte como modelo futuro para melhorar a sustentabilidade do sistema alimentar. Associada a esta visão, as cidades e áreas urbanas têm/são espaços para produção de alimentos em múltiplos modelos (e.g. subterrâneos, telhados, espaços públicos), sendo Paris um caso conhecido. Estes novos modelos têm um impacto muito significativo no consumo de energia.

Atualmente, o sistema alimentar não é considerado nas ferramentas de avaliação e promoção da transição energética de forma explícita e coerente, nas suas diversas componentes, mas de forma dispersa: a produção de alimentos (usualmente incluída no consumo de energia na agricultura), a transformação dos alimentos (no consumo de energia na indústria), a distribuição longa e curta (no consumo de energia nos transportes) e a sua preparação (no consumo de energia nos edifícios). As ferramentas (por exemplo, *integrated assessment models*) usadas para perspetivar a transição energética consideram maioritariamente estes consumos de energia alinhados com padrões do passado, isto é, sem evoluções futuras dinâmicas. Esta limitação sobre as interações do sistema energético com o sistema alimentar gera um nível de incerteza significativo para projeções futuras, com impacto direto desde logo na perspetiva sobre os sistemas agrícolas. Por exemplo, o crescimento de modos de produção de alimentos de base tecnológica (e.g. hidroponia, agricultura celular, agricultura de precisão) representa, a prazo, uma pressão enorme para o setor elétrico, já de si muito pressionado pela crescente eletrificação da economia com o objetivo da neutralidade carbónica.

Crescentemente, o sistema alimentar é abordado de forma holística, considerando as suas relações com o sistema energético e o ciclo da água, no que se designa por *nexus* energia-água-alimentos, por só assim ser possível uma compreensão mais abrangente e mais correta do uso de recursos. O aumento da área regada de 21% nos últimos 10 anos em Portugal, não só requer mais recurso água, como mais recurso a energia (+21% de acordo com a DGEG), nomeadamente para alimentar os sistemas de rega. As alterações climáticas agravam o desempenho deste *nexus*, sobretudo pela limitação de recursos disponíveis. Projeções dos impactos esperados de trajetórias futuras do sistema climático reportam:

- i) limitação crescente da disponibilidade de água nos ecossistemas globalmente em mais de 73% da área terrestre, com implicações para a sua produtividade e por isso escassez de alimentos, *stress* hídrico, interrupção do sequestro de CO₂ pelos ecossistemas terrestres, e redução da biodiversidade, para o cenário RCP 8.5 (Denissen *et al*, 2022); redução da produção agrícola global, sendo difícil de compensar com irrigação devido à indisponibilidade de água e necessidade de expansão das infraestruturas (Zhu *et al*, 2022);
- ii) aumento consistente na procura de energia estimado por vários modelos na Europa do Sul, para o cenário RCP4.5 (van Ruijven *et al*, 2019); aumento muito importante da produção de eletricidade que, dos atuais 20% no balanço global de energia, passará para 50% em 2050 numa trajetória consistente com o objetivo do Acordo de Paris (IEA, 2022).
- iii) aumento da escassez de água nas cidades, incluindo em Portugal, no cenário RCP2.6 (He *et al*, 2021);

As projeções disponíveis para o Sul da Europa para a evolução do sistema energético, para o ciclo da água e para a produção de alimentos tornam muito desafiante a manutenção da economia e dos padrões e práticas como hoje as conhecemos.

As projeções disponíveis para o Sul da Europa para a evolução do sistema energético, para o ciclo da água e para a produção de alimentos tornam muito desafiante a manutenção da economia e dos padrões e práticas

como hoje as conhecemos. O *nexus* energia-água-alimentos é de elevada complexidade, resultando do cruzamento entre tecnologias, recursos naturais disponíveis, hábitos culturais, valores e preferências individuais, disponibilidade económica, contexto macroeconómico, inovação e psicologia de comportamento, entre outros. Abordagens convencionais assentes em conhecimento do passado sobre o funcionamento do sistema energético, do ciclo da água e do sistema alimentar, são desadequadas para perspetivar o futuro porque: i) os sistemas humanos serão alterados por força de adaptação às condições de um clima diferente, e respostas à exigência da neutralidade carbónica; ii) os sistemas naturais, de que dependemos, entregarão os seus serviços de forma diferente devido às alterações no padrão climático global.

O impacto projetado das alterações climáticas constitui uma pressão adicional à atual expectativa sobre o crescimento da procura de serviços de energia e de produção de alimentos, devido ao aumento da população e dos seus padrões de consumo e conforto. O enorme manancial de conhecimento e dados disponíveis sobre evidências atuais e projeções futuras (Arias *et al*, 2021) das alterações do sistema climático (e.g. déficit hídrico, aumento da frequência e magnitude de fenómenos extremos), e os seus impactos sobre os sistemas naturais e humanos, tem exigido a necessidade de:

1. perspetivar a atividade humana (e.g. 30-50 anos) e o funcionamento dos sistemas naturais (e.g. 100 a 300 anos para o sistema climático), o que implica lidar com a co-evolução de sistemas interconectados, como é o caso do energético e do alimentar;
2. ter em atenção as relações efetivas e complexas (usualmente com efeitos de retroação), mais ou menos explícitas, em domínios distintos, devido a impactos de segunda e terceira ordem. Por

Abordagens convencionais assentes em conhecimento do passado... são desadequadas para perspetivar o futuro...

A produção de alimentos tem vindo a conhecer uma evolução extraordinária em novos modelos e tecnologias que, progressivamente, conquistam o mercado.

exemplo, a alteração do padrão espacial da disponibilidade de água e temperatura tem impacto na produtividade primária dos ecossistemas que, por sua vez, afeta a produção de alimentos. A disponibilidade de água pode ser conseguida com estratégias diversas como a sua redistribuição a grandes distâncias (e.g. transvases de uma bacia hidrográfica para outra) e a produção de água doce a partir da dessalinização de água do mar (sobretudo em regiões muito áridas). Ambas as alternativas requerem uma elevada quantidade de energia, até agora na sua maioria proveniente de combustíveis fósseis, contribuindo assim para aumentar as emissões de GEE e para a alteração do sistema climático, fechando-se o ciclo retroativamente.

3. considerar múltiplas escalas, já que os sistemas energéticos e alimentares atravessam escalas distintas, do global, como a produção de formas de energia fóssil para distribuição mundial e o comércio internacional de alimentos, ao local, como a produção de electricidade com recursos renováveis disponíveis localmente ou a produção local de alimentos (e.g. *urban farming*) para consumo local. Assim, os impactos das alterações climáticas e as opções de adaptação e resiliência configuram riscos distintos para as comunidades.

A produção de alimentos tem vindo a conhecer uma evolução extraordinária em novos modelos e tecnologias que, progressivamente, conquistam o mercado. É o caso da agricultura digital ou de precisão (e.g. *smart farming*, Sharma *et al*, 2022) apoiada em sensores e tecnologias digitais que promovem o uso mais eficiente de *inputs* (e.g. água, fertilizantes), da agricultura celular (Smith *et al*, 2022) vocacionada para a produção de proteína animal em laboratório, da tecnologia genética, em uso em várias partes do mundo (Organismos Geneticamente Modificados) em frutas e cereais, da agricultura em ambiente controlado como a hidroponia e a aeroponia. Estes

modelos, embora com recurso a tecnologias diferentes, alinham com o conceito de intensificação sustentável que procura o equilíbrio entre o aumento da produtividade das culturas e a redução de *inputs*, sem expandir o uso da terra (Cassman e Grassini, 2020). Muitos deles são passíveis de serem desenvolvidos em ambiente ‘urbano’, em condições de resiliência climática, isto é, não expostos diretamente aos riscos de extremos climáticos, o que representa uma enorme vantagem face a sistemas convencionais.

Os hábitos e padrões de consumo determinam o perfil do sistema alimentar, sendo por isso uma componente muito importante. Importa referir o *boom* atual do mercado de alimentos à base de plantas que, segundo a Bloomberg Intelligence (2021), pode representar 7,7% do mercado global de proteínas até 2030, com um valor de mais de US\$162 mil milhões, ficando acima de US\$29,4 mil milhões já em 2020. A tendência para opções de base vegetal tem vindo a conhecer taxas de crescimento muito grandes, sobretudo junto da população mais jovem. No Reino Unido, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas aderiram ao movimento Veganuary (consumir apenas alimentos baseados em plantas durante o mês de janeiro) em 2023, o que compara com 500 000 em 2021 e 100 000 em 2020, refletindo uma taxa de adesão extraordinária.

Atendendo à explosão de modelos de produção de alimentos, intensivos em tecnologia e por isso de elevada intensidade energética, bem como a importância atual da produção local de eletricidade, é urgente explorar a interface, atual e futura, entre sistema energético e sistema alimentar, e uso de água. Em particular, importa considerar desde já os seguintes aspetos:

- i) avaliar a eficiência do uso de recursos (pelo menos em energia, água, solo, fertilizantes) de novos sistemas de produção de alimentos,

Estes modelos alinham com o conceito de intensificação sustentável que procura o equilíbrio entre o aumento da produtividade das culturas e a redução de inputs, sem expandir o uso da terra.

incluindo os modelos *indoor*, intensivos em tecnologia, como agricultura digital, agricultura celular, tecnologia genética, e agricultura em ambiente controlado (e.g. hidroponia, aeroponia), por comparação com sistemas

convencionais para a produção do mesmo tipo de alimento.

- ii) avaliar se os novos sistemas de produção de alimentos, baseados em tecnologia podem induzir a alteração para cadeias curtas e muito curtas de transporte e distribuição de alimentos para os centros consumidores, e qual o impacto no consumo de energia e respetiva pegada de carbono, bem como na potencial libertação ou expansão da superfície agrícola;
- iii) perspetivar de que modo as novas tendências relativas ao sistema alimentar, governadas por valores individuais e culturais (e.g. dietas baseadas em plantas), ou pela inovação (e.g. agricultura celular) pode impactar a procura de serviços de energia e uso de água.
- iv) avaliar se a visão de um modelo de *prosumers* de alimentos (produção por famílias e empresas não-agrícolas) é viável e em que condições, acompanhando a tendência dos *prosumers* de energia (projeta-se para 2050, em Portugal, que a produção descentralizada de electricidade represente 25% do total, APA, 2019).

...o nexus energia-água-alimentos deve ser a base para a análise de dados, para a discussão de políticas públicas e inclusivamente para a formação de recursos humanos.

A transição climática sustentável está a obrigar a alterações de paradigma em vários domínios sociais e da economia, incluindo na agricultura. É neste contexto de inovação, acelerado pela

premência das alterações climáticas, que a reflexão sobre os dados revelados pelo Recenseamento Agrícola 2019 deve fazer-se, com o intuito de perceber e desenhar o futuro da agricultura portuguesa. Da perspetiva da neutralidade climática, não é possível equacionar-se este futuro sem a sua ligação ao uso

da água e ao consumo de energia, razão pela qual o *nexus* energia-água-alimentos deve ser a base para a análise de dados, para a discussão de políticas públicas e inclusivamente para a formação de recursos humanos. Sem reconhecermos esta complexidade e sem nos equiparmos com ferramentas para a compreender, o retrato das explorações agrícolas trazido pelo próximo Recenseamento Agrícola não revelará o que todos desejamos: um setor inovador, eficiente e sustentável, neutro em carbono e resiliente às alterações climáticas, e de elevado valor acrescentado.

Referências bibliográficas

- APA (2019) Roadmap for carbon Neutrality 2050. Long-term strategy for carbon neutrality of the Portuguese economy by 2050. Agência Portuguesa do Ambiente. Amadora. 102 pp.
- Arias, P.A., N. Bellouin, et al (2021) Technical Summary. In *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 33–144. DOI:10.1017/9781009157896.002.
- Benton, T.G., C. Bieg, H. Harwatt, R. Pudasaini and L. Wellesley (2021) Food system impacts on biodiversity loss. Chatham House, the Royal Institute of International Affairs. London. ISBN 9781784134334. 75 pp.
- Bloomberg Intelligence (2021) Plant-Based Foods Poised for Explosive Growth. 18 pp
- Cassman, K.G., Grassini (2020) P. A global perspective on sustainable intensification research. *Nature Sustainability* 3, 262–268. DOI: 10.1038/s41893-020-0507-8
- Crippa, M., E. Solazzo, D. Guizzardi, F. Monforti-Ferrario, F. N. Tubiello & A. Leip (2021) Food systems are responsible for a third of global anthropogenic GHG emissions. *Nature Food* 2, 198–209. DOI: 10.1038/s43016-021-00225-9
- Denissen, J.M.C., Teuling, A.J., Pitman, A.J. et al. (2022) Widespread shift from ecosystem energy to water limitation with climate change. *Nature Climate Change* 12, 677–684 (2022). DOI: 10.1038/s41558-022-01403-8
- Evans, A., J. Mateo-Sagasta, M. Qadir, E. Boelee, A. Ippolito (2019) Agricultural water pollution: key knowledge gaps and research needs. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, Volume 36, 20-27, DOI: 10.1016/j.cosust.2018.10.003.
- He, C, Z Liu, J Wu et al. (2021) Future global urban water scarcity and potential solutions. *Nature Communications* 12, 4667. DOI: 10.1038/s41467-021-25026-3
- IEA (2022), *World Energy Outlook 2022*, IEA, Paris <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2022>, License: CC BY 4.0 (report); CC BY NC SA 4.0 (Annex A)
- Poppy, G. M., J. Baverstock (2019) Rethinking the food system for human health in the Anthropocene, *Current Biology*, Volume 29, Issue 19, R972-R977, DOI: 10.1016/j.cub.2019.07.050
- Rockström, J., Edenhofer, O., Gaertner, J. & Fabrice DeClerck (2020) Planet-proofing the global food system. *Nature Food* 1, 3–5. DOI: 10.1038/s43016-019-0010-4
- Sharma, A., M. Georgi, M. Tregubenko, A. Tselykh, A. Tselykh (2022) Enabling smart agriculture by implementing artificial intelligence and embedded sensing. *Computers & Industrial Engineering*, Volume 165, 107936, DOI: 10.1016/j.cie.2022.107936.
- Shukla, P.R., J. Skea, et al (eds.) (2019) Technical Summary. In: *Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. DOI: 10.1017/9781009157988.002
- Smith, D., M. Helmy, N. D. Lindley, K. Selvarajoo (2022) The transformation of our food system using cellular agriculture: What lies ahead and who will lead it? *Trends in Food Science & Technology*, Volume 127, 368-376, DOI: 10.1016/j.tifs.2022.04.015.
- Soares, Pedro M., D. Lima (2023) Avaliação da vulnerabilidade do território Português às alterações climáticas em 2100 Projeções Climáticas, Extremos e Índices Portugal Continental. 1º Workshop setorial Roteiro Nacional para a Adaptação 2100. 4 maio 2023. Lisboa.
- Tang, F.H.M., Lenzen, M., McBratney, A. et al. (2021) Risk of pesticide pollution at the global scale. *Nat. Geosci.* 14, 206–210. DOI: 10.1038/s41561-021-00712-5
- Van Ruijven, B.J., De Cian, E. & Sue Wing, I. (2019) Amplification of future energy demand growth due to climate change. *Nature Communications* 10, 2762. DOI: 10.1038/s41467-019-10399-3
- Willett, W., Rockström, J., Loken, B., Springmann, M., Lang, T., Vermeulen, S. et al. (2019) Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. *The Lancet Commissions*, vol 393 (10170) P447-492. DOI: 10.1016/S0140-6736(18)31788-4
- Zhu, P., Burney, J., Chang, J. et al. (2022) Warming reduces global agricultural production by decreasing cropping frequency and yields. *Nature Climate Change* 12, 1016–1023. DOI: 10.1038/s41558-022-01492-5

OBSERVATÓRIO

CULTIVAR

Fig. *FORMAR PELA INSTRUÇÃO, DESENVOLVER.*

Os números do Recenseamento Agrícola 2019*

RUI TRINDADE E RUI PEREIRA

Direção de Serviços de Estatística, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Introdução

Nas últimas décadas, o setor agrícola atravessou, contínua e prolongadamente, um processo de mudança em resultado de um conjunto alargado de fatores, quer internos quer externos, entre os quais se podem evidenciar:

- As características sociais e naturais que informam o contexto da realidade agrícola local com particular destaque para fatores como a distância a centros urbanos e a redução da oferta de serviços básicos, o nível de integração e a relevância económica da atividade florestal, a concentração/dispersão da propriedade, o relevo, o clima e as características do solo, entre outros.
- A concorrência intersetorial resultante do processo de desenvolvimento e modernização socioeconómica, terceirização da economia, com setores que permitem remunerações dos fatores mais atrativas que os sistemas agrícolas tradicionais.
- A concorrência intrasetorial cada vez mais intensa, quando os diferentes tipos de agricul-

tura se integram em espaços económicos cada vez mais vastos e com menos proteções de mercado.

- As políticas públicas, com particular destaque para as que resultam da aplicação nacional da Política Agrícola Comum (PAC), com estímulos e objetivos diferenciados, dos quais se podem realçar os estímulos à produção, ou à não produção, à multifuncionalidade, à extensificação, ao investimento, à conservação ambiental — seja a preservação de recursos naturais, seja a promoção da biodiversidade —, ao uso parcimonioso de fatores de produção, à pequena agricultura e muitos outros.

Este conjunto de fatores tem exercido pressão sobre os sistemas de produção, e sobre os produtores, com efeitos diferenciados na sua sustentabilidade e com alterações significativas nas funções de utilização dos fatores de produção — trabalho, terra e capital. Estas alterações deram origem, igualmente, a um conjunto de dinâmicas de alteração do uso destes fatores estruturais das explorações com impactos também diferenciados.

* Instituto Nacional de Estatística - Recenseamento Agrícola. Análise dos principais resultados: 2019. Lisboa: INE, 2021. Disponível na [www: <url=https://www.ine.pt/xurl/pub/437178558>](https://www.ine.pt/xurl/pub/437178558). ISBN 978-989-25-0562-6.

Todos os quadros, gráficos e figuras foram elaborados pelo GPP a partir de dados do INE referentes a: RA 2019, 2009, 1999, 1989 e, quando assinalado, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas (IEEA) 1993 a 2016, e Estimativas de População Residente.

De uma forma global, e recorrendo à análise das características estruturais das explorações, podem-se inferir diversas dinâmicas, das quais destacamos três grandes eixos:

- Onde existia estrutura fundiária com dimensão suficiente para suportar um processo de extensificação, a superfície foi integrada na Superfície Agrícola Utilizada (SAU) com utilização na pastoreio e silvo-pastoreio, resultando numa superfície muito significativa que, para além da produção alimentar com elevado potencial de sustentabilidade ambiental, desempenha funções muito relevantes, quer na gestão de um território que dificilmente poderia ter outra utilização, quer no potencial de sequestro de carbono proporcionado pelo incremento de matéria orgânica nos solos, quer ainda na promoção da biodiversidade enquanto produtora de serviços de ecossistemas.
- Quando coexiste alguma dimensão fundiária e acesso à terra, capacidade empresarial e financeira, e disponibilidade de água para irrigação, surgem explorações com elevado potencial produtivo, que se juntam a bolsas territoriais produtivas já existentes, com sistemas de produção modernizados e tecnologicamente diferenciados, onde o regadio é mais eficaz, e que, embora algumas vezes sujeitas a uma pressão social sobre o seu desempenho ambiental, são o eixo fundamental da produção alimentar nacional.
- Noutros casos ainda, a estrutura fundiária da exploração não tem dimensão suficiente para suportar processos de extensificação ou modernização, a que se junta a dificuldade de os produtores se organizarem para concentrar a oferta, levando a uma menor capacidade de gerar rendimentos aceitáveis, e não garantindo assim condições para assegurar uma sucessão geracional adequada. Estas explorações saem da atividade produtiva.

Note-se ainda que muitas destas explorações constituíam sistemas agroflorestais, onde a floresta estreme estava integrada na gestão da exploração. O seu desaparecimento como entidade gestora do território levou ao abandono

de muitas áreas florestais. Territorialmente, observa-se também que, nos locais onde tradicionalmente existiam explorações com dimensão económica, se verifica algum efeito de integração de superfícies que saem da atividade produtiva. Naqueles onde não se verificava a presença de agentes agregadores, a superfície é abandonada em maior grau.

A análise das características estruturais das explorações, aqui entendidas como o modo como cada exploração utiliza os fatores de produção que lhe dão estrutura (terra, capital e trabalho), e das suas dinâmicas, permite aprofundar as relações de causa-efeito entre estas características, os fatores já evidenciados e as várias funções que o setor agrícola desempenha, nomeadamente a produção de alimentos, a gestão do território e a conservação do ambiente.

As análises realizadas neste documento têm por base, na esmagadora maioria dos casos, os dados disponibilizados pelo INE no seu portal, e por essa razão optou-se por utilizar as definições e grelhas de análise que esses dados permitem. Este artigo não pretende ser uma análise definitiva das estruturas da agricultura, mas antes fornecer um ponto de partida que permita levantar questões que levem a estudos mais detalhados, e com outras grelhas de análise e outros pontos de vista.

1. Explorações agrícolas

Existem em Portugal, segundo o Recenseamento Agrícola (RA) de 2019, 290 229 explorações agrícolas, que ocupam 5 121 413 hectares, dos quais 3 963 945 são Superfície Agrícola Utilizada (SAU), ou seja uma dimensão média de 13,7 ha por exploração. A superfície irrigável é de 630 517 hectares, que correspondem a cerca de 16% da SAU.

O volume de mão-de-obra é de 314 509 UTA¹ (Unidade de Trabalho Ano), respeitantes a 648 252 pessoas, das quais 213 984 são UTA familiares. O efetivo animal é constituído, aproximadamente, por 2,5 milhões de Cabeças Normais (CN).

¹ 1 UTA = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia

Quadro 1 – Número de explorações agrícolas e superfície em 2019 e variação face a 1989, por região agrária

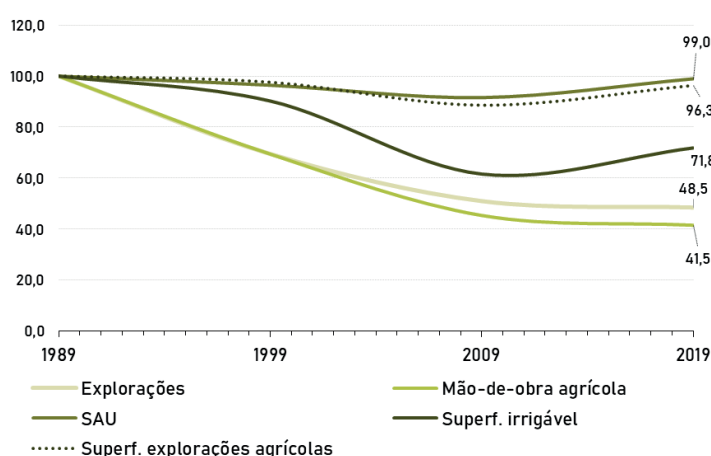
	N.º explorações	Superfície das explorações agrícolas (ha)	Superfície Agrícola utilizada (SAU)	SAU média (ha/exploração)	N.º explorações	Superfície das explorações agrícolas (ha)	Superfície Agrícola utilizada (SAU)	SAU média (ha/exploração)
	2019				Variação 1989-2019 (%)			
Portugal	290 229	5 121 412	3 963 944	13,7	-51,5	-3,7	-1,0	104,2
Continente	266 039	4 987 657	3 838 708	14,4	-51,7	-3,3	-1,1	104,9
Entre Douro e Minho (EDM)	44 560	339 921	212 639	4,8	-60,0	-26,8	-26,6	83,6
Trás-os-Montes (TM)	65 211	677 888	450 701	6,9	-19,0	4,9	-7,9	13,8
Beira Litoral (BL)	44 245	226 117	129 848	2,9	-64,7	-46,9	-43,9	59,0
Beira Interior (BI)	33 617	585 281	391 754	11,7	-44,3	-10,6	-9,7	62,2
Ribatejo e Oeste (RO)	34 486	559 369	409 095	11,9	-65,5	-15,6	-8,2	166,1
Alentejo (ALT)	31 131	2 399 558	2 144 066	68,9	-33,8	18,3	15,7	74,9
Algarve (ALG)	12 789	199 523	100 605	7,9	-51,1	-27,4	-26,4	50,4
RA Açores (RAA)	10 656	127 076	120 632	11,3	-56,9	-14,2	1,4	135,1
RA Madeira (RAM)	13 534	6 679	4 604	0,3	-41,6	-38,2	-34,3	12,3

Ao longo dos 30 anos que medeiam entre o RA 1989 e o de 2019, o número de explorações caiu para menos de metade, sendo acompanhado pela redução da mão-de-obra agrícola, que desceu para 42% da verificada em 1989. Na superfície gerida pelas explorações agrícolas e na SAU, registou-se uma quebra muito ligeira com -3,7% (-194 747 ha) e -1,0% (-41 628 ha), respetivamente. Face a esta situação, a dimensão média das explorações duplicou, passando de 6,7 ha para 13,7 ha. Este ajustamento estrutural está muito ligado às dinâmicas dependentes da estrutura fundiária das explorações: o desaparecimento expressivo de explorações, que se dá essencialmente nas de pequena dimensão, arrastou consigo as outras variáveis.

A superfície irrigável decresceu para 72% da que existia em

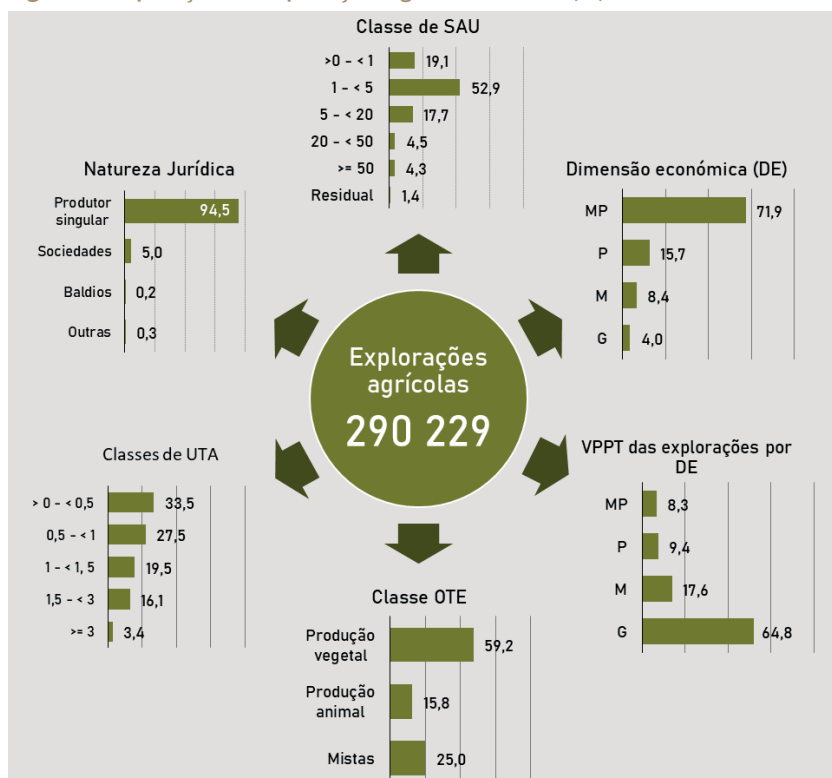
1989, evidenciando, no entanto, uma inversão da tendência de descida nos últimos 10 anos (Gráfico 1).

As explorações com menos de 5 hectares representam 73,4% do total do país e cerca de 72% desse total são de muito pequena (MP) dimensão económica²

Gráfico 1 – Evolução, em índice 100=1989, do número de explorações, mão-de-obra agrícola, Superfície Agrícola Utilizada (SAU), superfície irrigável e superfície das explorações agrícolas no período 1989 -2019

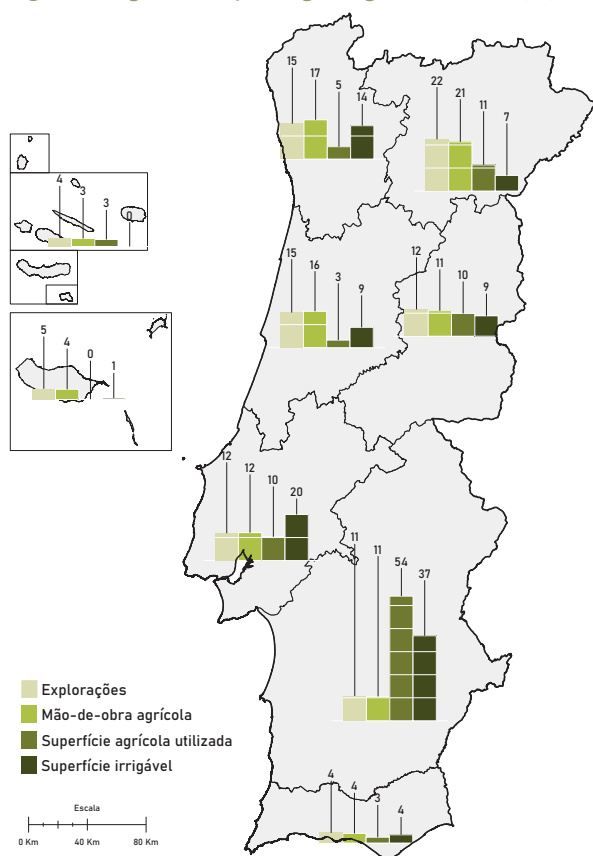
² Dimensão económica (DE) de uma exploração é o Valor da Produção Padrão Total (VPPT) respetiva, expresso em euros. A VPPT corresponde à soma dos diferentes valores da produção padrão (VPP) obtidos para cada atividade, multiplicando os VPP unitários pelo número de unidades de área ou de efetivo existentes para essa atividade na exploração.

A UE, no Regulamento de Execução (UE) 2015/220 da Comissão, define coeficiente ou valor de produção padrão de uma atividade agrícola como o valor monetário médio da produção bruta de cada variável agrícola, correspondente à situação média numa determinada região, por unidade de produção e para um período de referência. "Período de referência" é habitualmente referido como "produção-padrão N-3, um período que abrange os cinco anos sucessivos do ano N-5 ao ano N-1, sendo N o ano em que se realiza um inquérito sobre a estrutura das explorações agrícolas", ou seja, para o recenseamento 2019/20, por exemplo, o VPP 2017 corresponde à média dos VPP de cada atividade nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019.

Figura 1 – Repartição das explorações agrícolas em 2019 (%)

(< 8 000 € de VPP), sendo que apenas 4% das explorações são de grande (G) dimensão ($\geq 100\,000$ € de VPP). No entanto, estas últimas representam aproximadamente 65% do Valor de Produção Padrão Total (VPPT).

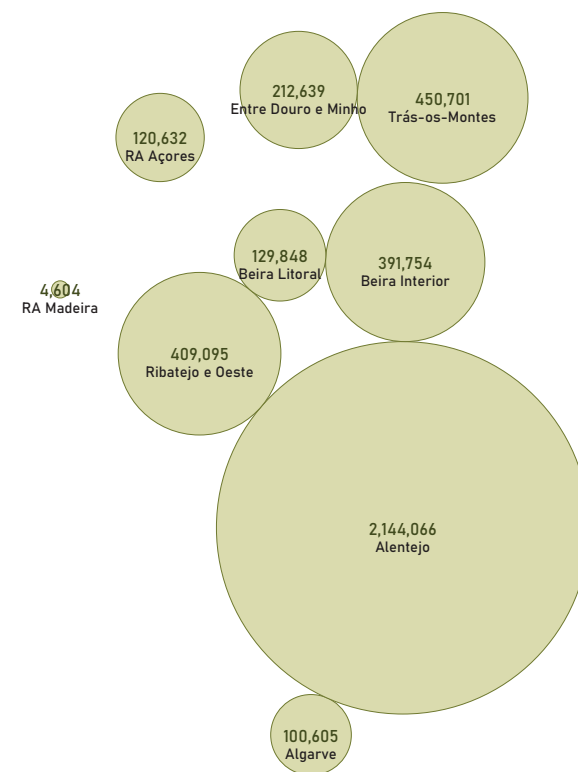
A Orientação Técnico-Económica (OTE) predominante é a especialização em produções vegetais em mais de 59% das explorações, que representam 47% do VPPT do país, enquanto as explorações especializadas em produção animal (16%) registam 41%. Quase 95% das explorações são de produtores singulares e apenas 5% de sociedades e 61% está classificada com menos de 1 Unidade de Trabalho Ano (UTA).

Figura 2 – Agricultura por Região Agrária em 2019 (%)

A estrutura das explorações agrícolas apresenta uma notável diversidade a nível regional, nomeadamente no que diz respeito à localização, à mão-de-obra e à dimensão física e média.

- Cerca de 2/3 das explorações e da mão-de-obra (65%) encontram-se nas regiões agrárias localizadas no Norte e Centro do Continente;
- O Alentejo concentra a maior parte da SAU (54%) e, conjuntamente com o Ribatejo e Oeste e o Entre Douro e Minho, reúnem 71% da superfície irrigável;
- A SAU média no Alentejo é de 68,9 hectares, sendo a única região com um valor superior ao verificado no Continente (14,4 ha) e no país (13,7 ha).

A região agrária de Trás-os-Montes, com 65 211 explorações, concentra 22% destas, embora os 450 701 hectares de superfície apenas representem 11% da SAU. O Alentejo tem 54% desta superfície, totalizando 2 144 066 ha para 31 131 explorações, o que lhe confere uma dimensão média cinco vezes superior ao verificado no país. A superfície irrigável

Figura 3 – Número de explorações agrícolas por Região Agrária em 2019**Figura 4 – Superfície Agrícola Utilizada (SAU) por Região Agrária em 2019 (ha)**

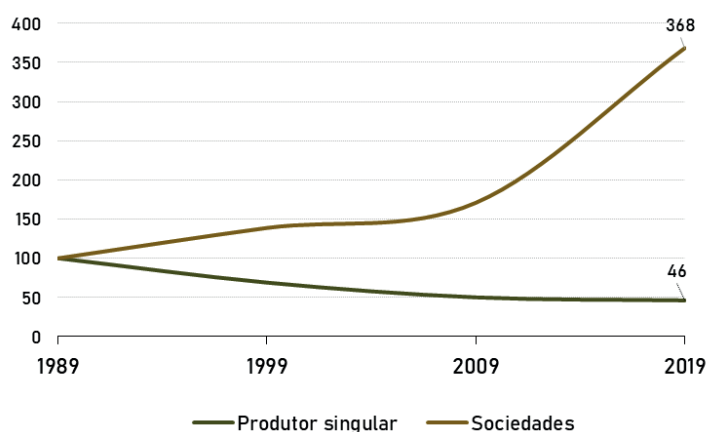
no Alentejo representa 37% do total, consequência da implementação do sistema do Alqueva. A repartição regional da mão-de-obra agrícola é proporcional à verificada no número de explorações.

2. Natureza jurídica das explorações

Em 1989, mais de 99% das explorações agrícolas eram geridas por produtores singulares e apenas 0,7% por sociedades. No Recenseamento de 2019 o número de explorações de produtores singulares ainda é muito significativo (94,5%), enquanto as explorações de sociedades representam 5%, em resultado de um crescimento de 268% ao longo destes 30 anos. Assim, como é possível constatar pela observação do Gráfico 2, tomando como referência o ano de 1989, o número de explorações de

sociedades cresceu 3,68 vezes e, em sentido inverso, as explorações de produtores singulares decresceu para menos de metade com uma variação de -54%.

Mais de 84% da superfície agrícola utilizada (SAU), cujo total decresceu ligeiramente neste período, encontrava-se em 1989 nas explorações geridas por produtores singulares e apenas 9,4% nas socieda-

Gráfico 2 – Evolução, em índice 100=1989, do número de explorações de acordo com a natureza jurídica, no período 1989-2019

des. O crescimento acentuado registado até 2019 (288%) nestas últimas levou a que passassem a deter cerca de 37% desta superfície, enquanto a dos produtores singulares, que decresceu -31%, passou a representar aproximadamente 59% (Gráfico 3 e Gráfico 4).

Regionalmente, é em Trás-os-Montes que há uma maior concentração de explorações de produtores singulares (23%) e é no Alentejo que se regista o maior peso de explorações de sociedades (30%). O Alentejo concentra ainda 46% da SAU gerida por produtores singulares e 72% da SAU das sociedades (Quadro 2).

A natureza jurídica das explorações reparte-se quase na totalidade pelas classificações “Produtor singular” e “Sociedades”, que apresentam um maior equilíbrio no que diz respeito à SAU. As classificações “Baldios” e “Outros” são de dimensão tão insignificante que não são

Gráfico 3 – Evolução, em índice 100=1989, da SAU de acordo com a natureza jurídica, no período 1989-2019

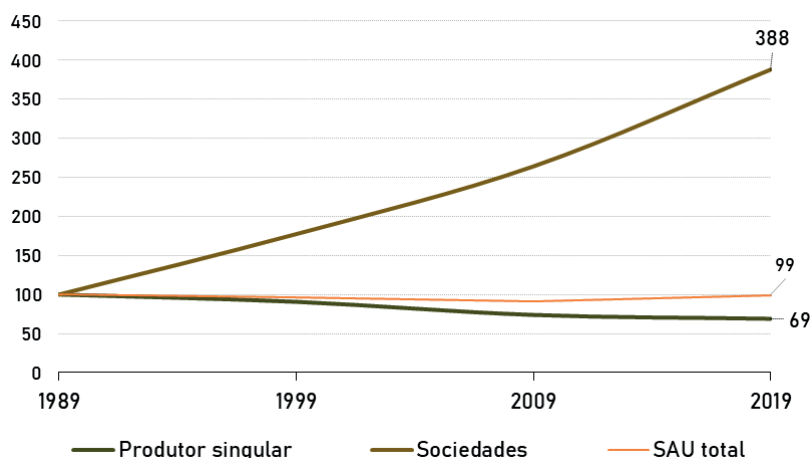
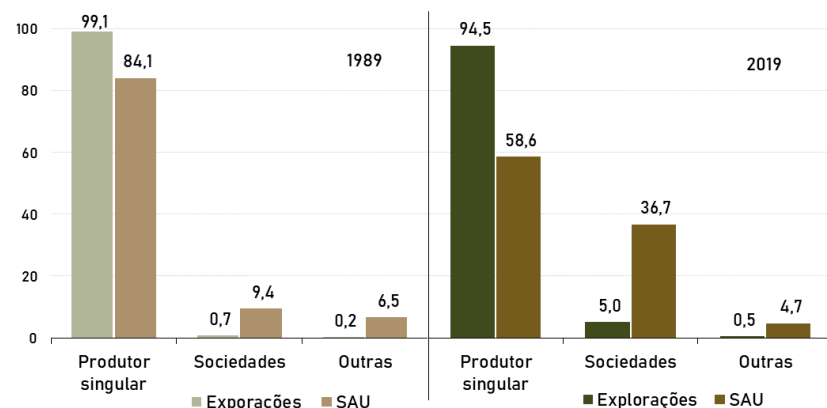


Gráfico 4 – Peso do número de explorações e SAU por natureza jurídica em 1989 e 2019 (%)



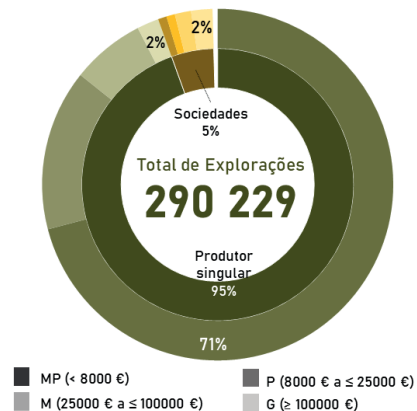
Quadro 2 – Número de explorações agrícolas e Superfície Agrícola Utilizada em 2019, por natureza jurídica e região agrária

	Produtor Singular				Sociedades				Baldios				Outras			
	Explorações		SAU (ha)		Explorações		SAU (ha)		Explorações		SAU (ha)		Explorações		SAU (ha)	
	(N.º)	(%)	(ha)	(%)	(N.º)	(%)	(ha)	(%)	(N.º)	(%)	(ha)	(%)	(N.º)	(%)	(ha)	(%)
Portugal	274 248	94,5	2 322 041	58,6	14 604	5,0	1 456 715	36,7	630	0,2	139 216	3,5	747	0,3	45 972	1,2
Continente	250 615	91,4	2 206 165	95,0	14 142	96,8	1 448 524	99,4	627	99,5	138 977	99,8	655	87,7	45 042	98,0
Entre Douro e Minho	42 045	15,3	1 06 742	4,6	2 113	14,5	22 729	1,6	293	46,5	80 299	57,7	109	14,6	2 870	6,2
Trás-os-Montes	63 304	23,1	360 620	15,5	1 454	10,0	37 504	2,6	298	47,3	50 182	36,0	155	20,7	2 396	5,2
Beira Litoral	42 675	15,6	108 966	4,7	1 474	10,1	18 851	1,3	13	2,1	717	0,5	83	11,1	1 313	2,9
Beira Interior	32 424	11,8	287 084	12,4	1 081	7,4	93 935	6,4	17	2,7	6 487	4,7	95	12,7	4 248	9,2
Ribatejo e Oeste	31 380	11,4	195 060	8,4	3 018	20,7	210 142	14,4	1	0,2	58	0,0	87	11,6	3 835	8,3
Alentejo	26 657	9,7	1 068 527	46,0	4 371	29,9	45 463	71,8	5	0,8	1 234	0,9	98	13,1	28 842	62,7
Algarve	12 130	4,4	79 165	3,4	631	4,3	19 900	1,4					28	3,7	1 540	3,3
RA Açores	10 293	3,8	111 541	4,8	302	2,1	7 957	0,5	3	0,5	240	0,2	58	7,8	894	1,9
RA Madeira	13 340	4,9	4 335	0,2	160	1,1	234	0,0					34	4,6	35	0,1

Gráfico 5 – Percentagem de explorações e dimensão económica por natureza jurídica em 2019

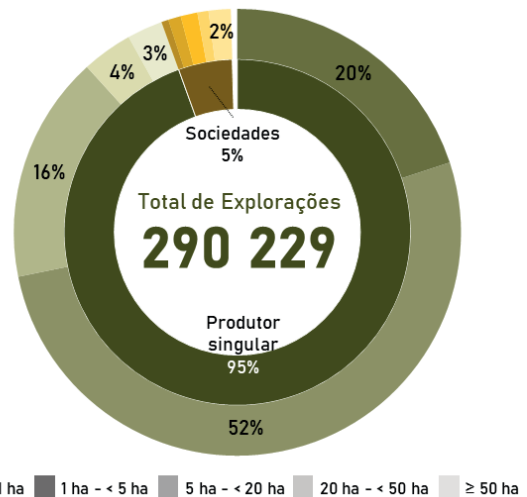
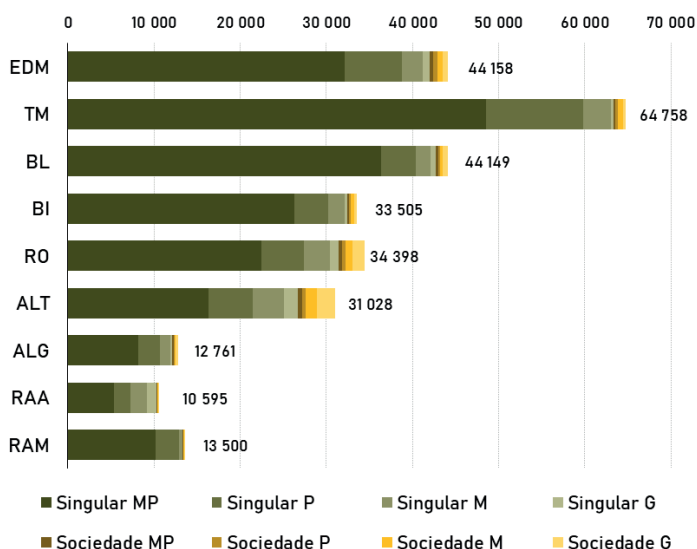
Neste gráfico, observa-se um anel interior que representa com a cor verde as explorações de produtores singulares e a castanho as sociedades, indicando ainda qual a representatividade de ambas no total de explorações.

O anel exterior representa as quatro classificações de dimensão económica (Muito pequena (MP); Pequena (P); Média (M) e Grande (G)), ajustadas para o mesmo tom de cor e representadas na legenda com tons cinza, dentro de cada uma das duas naturezas jurídicas e a sua dimensão face ao total.



mencionadas na análise. No Gráfico 5 destacam-se as explorações muito pequenas (MP) dos produtores singulares, que representam 71% do total. Nas explorações geridas por sociedades, a maior fatia é a das de grande dimensão económica (G), embora representem apenas 2% do total.

Na região agrária de Trás-os-Montes (TM), o número de explorações de muito pequena dimensão económica geridas por produtores singulares supera o total destas explorações em cada uma das outras regiões (Gráfico 6). O Alentejo (ALT) é a região onde há mais explorações de grande dimensão económica, geridas seja por produtores singulares, seja por sociedades.

Gráfico 7 – Percentagem de explorações e dimensão territorial por natureza jurídica em 2019**Gráfico 6 – Número de explorações das regiões agrárias por natureza jurídica e dimensão económica em 2019**

Relativamente à dimensão física das explorações, o Gráfico 7 mostra-nos que 72% das explorações são de pequena dimensão e geridas por produtores singulares, estando enquadradas nas classes de SAU <5 hectares. Apenas 5% é de dimensão ≥50 hectares, sendo 2% geridas por sociedades e 3% por produtores singulares.

3. Dimensão económica das explorações

Nota: Classes de Dimensão Económica

A análise da dimensão económica das explorações é tradicionalmente realizada tendo por base a classificação que resulta da tipologia comunitária de explorações agrícolas que, por sua vez, tem por base o Valor de Produção Padrão Total das explorações agrícolas (ver nota de rodapé 2), cuja metodologia provém de regulamentação comunitária de aplicação transversal a todos os inquéritos às estruturas do espaço europeu, permitindo a comparação dos dados entre todos os Estados-Membros e ao longo do tempo.

As classes de dimensão utilizadas para esta análise e a sua denominação [MP (Muito pequenas) < 8 000 euros; P (Pequenas) 8 000 - < 25 000 euros; M (Médias) 25 000 - < 100 000 euros; G (Grandes) >= 100 000 euros] resultam da forma de disponibilização dos dados pelo INE no seu portal. Esta classificação é específica para a agricultura e a sua denominação não pode ser considerada literal, nomeadamente se tivermos em consideração a grelha de avaliação utilizada para avaliar a dimensão das empresas na restante economia. Deve ser entendida como uma classificação relativa à distribuição das explorações agrícolas consideradas aptas a ser recenseadas.

Se aplicados os critérios de classificação de empresas em PME adaptados às explorações agrícolas e à informação disponível (o RA não inquiri sobre os valores do Balanço), verificamos que, das 290 mil explorações recenseadas, apenas 10 explorações não são PME, que 99,52% das explorações agrícolas são micro empresas, e que, mesmo no Alentejo onde predomina em grande escala a SAU gerida por explorações G (Grandes) >= 100 000 euros na classificação INE – RA, 88,45% da SAU está em micro explorações na classificação PME (ver classificação adaptada mais abaixo).

Volta-se assim a reforçar que a classificação de dimensão económica utilizada deve ser vista de um ponto de vista relativo à distribuição das explorações recenseadas e não por comparação com a classificação para empresas de outros setores.

Explorações, SAU, VPPT e UTA por categorias PME adaptadas e região agrária em 2019

	Categorias PME das Explorações, SAU, VPPT e UTA (% face ao total)											
	Categoria 1 - PME / TOTAL				Categoria 2 Pequenas / TOTAL				Categoria 3 Micro / TOTAL			
	Explorações	SAU	VPPT	UTA	Explorações	SAU	VPPT	UTA	Explorações	SAU	VPPT	UTA
Portugal	99,9966%	99,96%	99,04%	98,83%	99,95%	98,77%	91,53%	94,99%	99,52%	91,04%	75,45%	88,07%
Continente	99,996%	99,96%	98,96%	98,74%	99,95%	98,73%	90,81%	94,63%	99,49%	90,78%	73,78%	87,37%
Entre Douro e Minho	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,76%	99,29%	99,36%	99,78%	98,80%	94,37%	96,70%
Trás-os-Montes	100,00%	100,00%	99,98%	99,55%	99,99%	99,51%	98,85%	98,41%	99,79%	97,55%	94,19%	95,00%
Beira Litoral	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,98%	99,08%	92,84%	98,25%	99,72%	96,27%	75,04%	94,11%
Beira Interior	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	99,60%	99,52%	98,50%	99,84%	97,78%	92,16%	95,45%
Ribatejo e Oeste	100,00%	99,90%	98,82%	99,26%	99,90%	96,72%	82,87%	91,18%	98,84%	82,66%	59,05%	75,87%
Alentejo	99,97%	99,94%	97,51%	92,99%	99,83%	98,71%	90,61%	82,95%	98,65%	88,45%	70,12%	67,93%
Algarve	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,83%	97,89%	82,55%	85,78%	99,04%	91,92%	59,77%	72,40%
RA Açores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,78%	98,90%	95,63%	96,98%
RA Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,01%	100,00%	100,00%	99,92%	99,25%	92,65%	98,58%

Classificação PME adaptada pelos autores às explorações agrícolas:

Categoria 1 – A categoria das micro, pequenas e médias explorações (PME) é constituída por explorações que empregam menos de 250 UTA e cujo VPP total não excede 50 milhões de euros.

Categoria 2 – Na categoria das PME, uma pequena exploração é definida como uma exploração que emprega menos de 50 UTA e cujo VPP total não excede 10 milhões de euros.

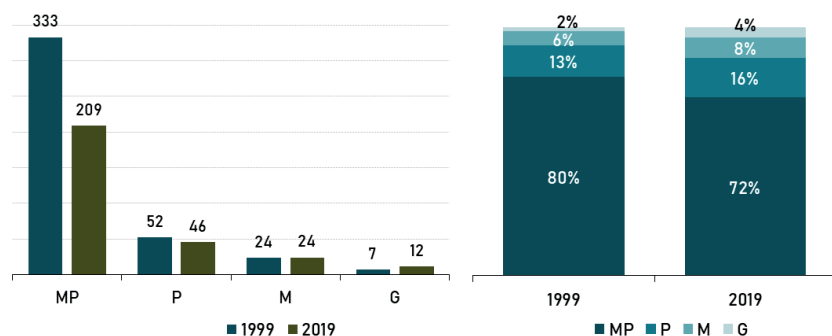
Categoria 3 – Na categoria das PME, uma micro exploração é definida como uma exploração que emprega menos de 10 UTA e cujo VPP total não excede 2 milhões de euros.

O decréscimo no número de explorações agrícolas no período entre 1999 (recenseamento com a informação mais antiga relativa à dimensão económica por alteração da metodologia) e 2019 foi de -30,2%, refletido na redução do número de explorações de muito pequena (MP) e pequena (P) dimensão (< 25 mil euros de VPP), que foi de -37,3% e -12,6% respetivamente, e que se deveu em muitos casos ao redimensionamento das explorações. Opostamente, as explorações de média (M) e grande (G) dimensão económica apresentaram uma variação de 2% e 66% respetivamente, aumentando a sua representatividade no total. Assim, em 1999, cerca de 92% das explorações (MP + P), tinham uma dimensão económica inferior a 25 mil euros de VPP, face a 88% em 2019. Com uma dimensão superior a 25 mil euros de VPP (M + G) o último recenseamento apresentou 12% das explorações, um crescimento de 17% em comparação com os 8% registados em 1999.

A estrutura fundiária portuguesa caracteriza-se por explorações agrícolas de muito pequena dimensão

económica (72%) e apenas 4% de grande dimensão (Gráfico 8), que no entanto gerem cerca de 47% da SAU do país (Gráfico 10).

Gráfico 8 – Explorações agrícolas (x 1000) por dimensão económica e respetivo peso no total (%)



Pela observação do Gráfico 9 e do Gráfico 10 podemos ainda verificar que cerca de 59% das explorações são especializadas em produções vegetais, sendo 3/4 destas de muito pequena dimensão económica. As explorações mistas representam 24% do total, das quais 4/5 também são de muito pequena dimensão. Com especialização em produtos animais encontram-se 17% do total das explorações.

A Orientação Técnico-Económica (OTE) de 40% da SAU é a especialização em produções vegetais e 41% em produtos animais, que ocorre sobretudo em explorações de média e grande dimensão económica. (Ver ponto 4)

Gráfico 9 – Explorações por dimensão económica e Orientação Técnico-Económica (%)

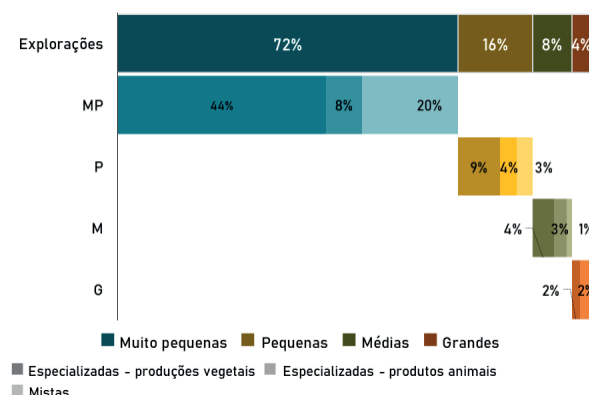
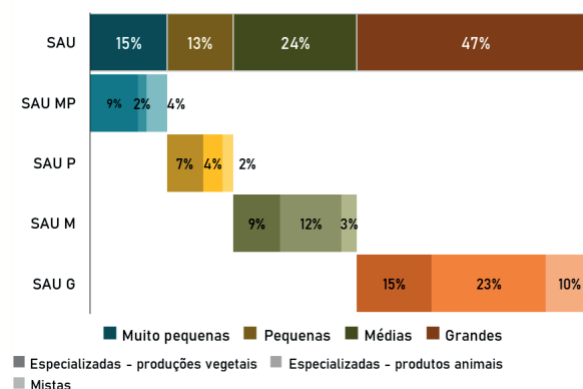


Gráfico 10 – SAU por dimensão económica e Orientação Técnico-Económica (%)



Como já foi referido, é em Trás-os-Montes que há mais explorações agrícolas e o Quadro 3, que resume o número de explorações e a SAU por

dobro do registado no país, onde essa dimensão média é de 160 ha.

Quadro 3 – Explorações e SAU por dimensão económica e região agrária em 2019

	Explorações por dimensão económica (n.º)					Superfície agrícola utilizada por dimensão económica (ha)				
	TOTAL	MP - Muito pequenas (< 8000€)	P - Pequena (8000€ - < 25000€)	M - Média (25000€ - < 100000€)	G - Grande (≥ 100000€)	TOTAL	MP - Muito pequenas (< 8000€)	P - Pequena (8000€ - < 25000€)	M - Média (25000€ - < 100000€)	G - Grande (≥ 100000€)
Portugal	290 229	208 739	45 614	24 236	11 640	3 963 944	2 055 519	522 520	970 859	1 865 046
Continente	266 039	193 087	40 824	21 779	10 349	3 838 709	596 168	505 102	926 627	1 810 812
Entre Douro e Minho	44 560	32 671	7 243	3 197	1 449	212 639	57 144	43 059	55 596	56 840
Trás-os-Montes	65 211	49 005	11 679	3 976	551	450 701	157 633	141 390	120 546	31 132
Beira Litoral	44 245	36 707	4 264	2 121	1 153	129 848	63 362	23 844	23 510	19 132
Beira Interior	33 617	26 597	4 102	2 307	611	391 753	93 422	67 310	128 236	102 785
Ribatejo e Oeste	34 486	22 975	5 362	3 820	2 329	409 094	61 865	44 063	78 306	224 860
Alentejo	31 131	16 863	5 547	4 986	3 735	2 144 066	136 133	163 595	495 958	1 348 380
Algarve	12 789	8 269	2 627	1 372	521	100 604	26 608	21 840	24 474	27 682
RA Açores	10 656	5 414	1 989	2 021	1 232	120 632	7 426	15 591	43 555	54 060
RA Madeira	13 534	10 238	2 801	436	59	4 605	1 925	1 827	678	175

dimensão económica, permite constatar que 75% das explorações desta região são de muito pequena dimensão económica (24% da categoria e 17% do total). No lado oposto, encontra-se o Alentejo como a região com maior número de explorações de grande dimensão económica (32% da categoria). Contudo, estas representam apenas 12% do total da região e 1,3% do país, embora totalizem cerca de 1,4 milhões de hectares que correspondem a 72% da SAU das explorações de grande dimensão económica, 54% da SAU do Alentejo e 34% do total nacional. A dimensão média das explorações de grande dimensão no Alentejo é de 361 ha, mais do

4. Orientação Técnico-Económica (OTE)

A estrutura da Orientação Técnico-Económica das explorações e da sua superfície alterou-se substancialmente no período entre 1999 e 2019, especialmente na especialização em produções vegetais, que passou a ser a OTE com maior peso tanto no número total de explorações (59%) como na SAU (41%). Em sentido inverso, observou-se um decréscimo acentuado na importância das explorações mistas.

Verifica-se assim uma especialização crescente da agricultura portuguesa, pelo ganho de importân-

Gráfico 11 – Evolução do grau de especialização das explorações no período 1999 a 2019 (%)

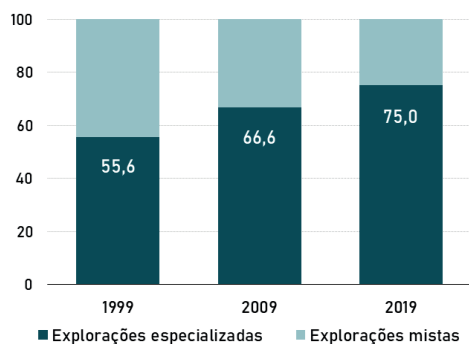


Gráfico 12 – Evolução do grau de especialização da SAU das explorações no período 1999 a 2019 (%)

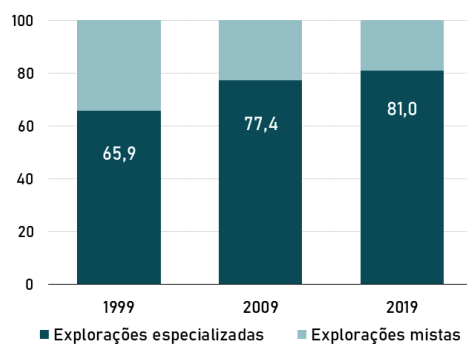
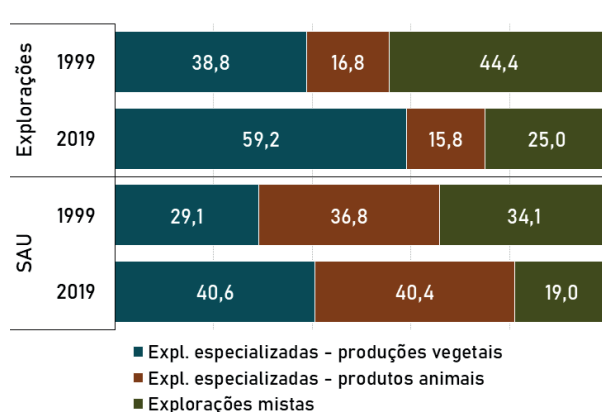
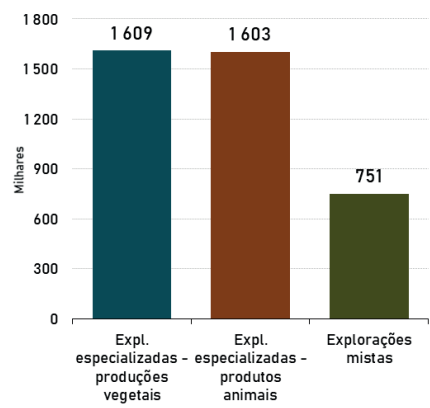
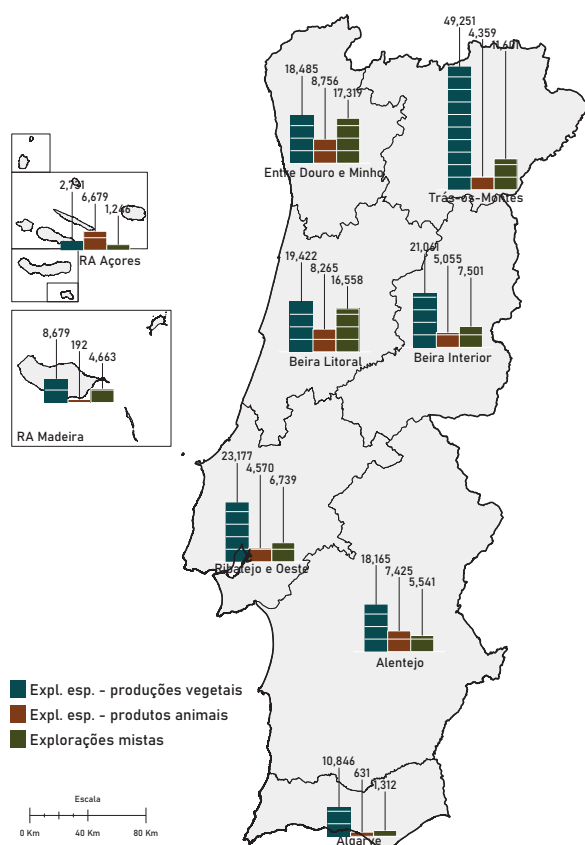
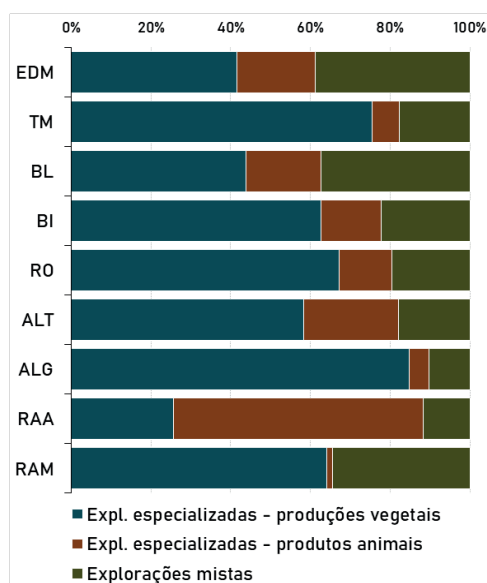


Gráfico 13 – SAU por OTE (x1000ha) e estrutura da Orientação Técnico-Económica das explorações agrícolas e da SAU em 2019 (%)

cia quer do número de explorações especializadas (55,6% em 1999 → 66,6% em 2009 → 75,0% em 2019), quer da Superfície Agrícola Utilizada (65,9% em 1999 → 77,4% em 2009 → 81,0% em 2019).

Em 2019, a Superfície Agrícola Utilizada aumentou 2,6% comparativamente com o registado no Recen-

seamento de 1999, mas a variação de 43% ocorrida nas explorações especializadas em produções vegetais foi bastante significativa, passando de 1,12 milhões de hectares para 1,61 milhões e devendo-se sobretudo às culturas permanentes, nomeadamente ao olival (174%) e frutos frescos e citrinos (262%).

Figura 5 – Explorações agrícolas por Orientação Técnico-Económica e região agrária em 2019 (n.º)**Gráfico 14 – Estrutura da Orientação Técnico-Económica por região agrária das explorações agrícolas em 2019 (%)**

Também a superfície das explorações especializadas em produtos animais cresceu cerca de 13%, devendo-se unicamente ao aumento da superfície para bovinos de carne (126%), já que as restantes categorias perderam área. A superfície das explorações mistas apresentou uma variação de -43%, com a perda de 567 mil hectares, tendo-se verificado um aumento

(527%) apenas nas não classificadas, que representam apenas 5% do valor total.

A Figura 5 e o Gráfico 14 permitem-nos observar que a OTE em produções vegetais é a orientação dominante nas explorações agrícolas do país e que apenas a Região Autónoma dos Açores (RAA) tem a sua especialização assente em produtos animais. Em todas as regiões agrárias do Continente e na Região Autónoma da Madeira (RAM), a OTE em produções vegetais representa mais de 40% das explorações.

Relativamente à SAU por OTE, a Figura 6 e o Gráfico 15 mostram que há uma repartição da superfície equilibrada entre a especialização vegetal e animal,

merecendo destaque a primeira nas regiões de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Ribatejo e Oeste, Algarve e RAM, onde ocupa mais de 50% da SAU, e a segunda na Beira Interior, Alentejo e RAA.

O Recenseamento de 2019 indica que a região agrária de Trás-os-Montes é a que tem mais explorações especializadas (53 610), ou seja 82,2% das explorações da região, e o Alentejo a que possui maior SAU especializada, com cerca de 1,7 milhões de hectares, que representam mais de 79% da sua Superfície Agrícola Utilizada. A maior concentração de explorações mistas verifica-se em Entre Douro e Minho (17 319) e na Beira Litoral (16 558).

Figura 6 – SAU por Orientação Técnico-Económica e região agrária em 2019 (ha)

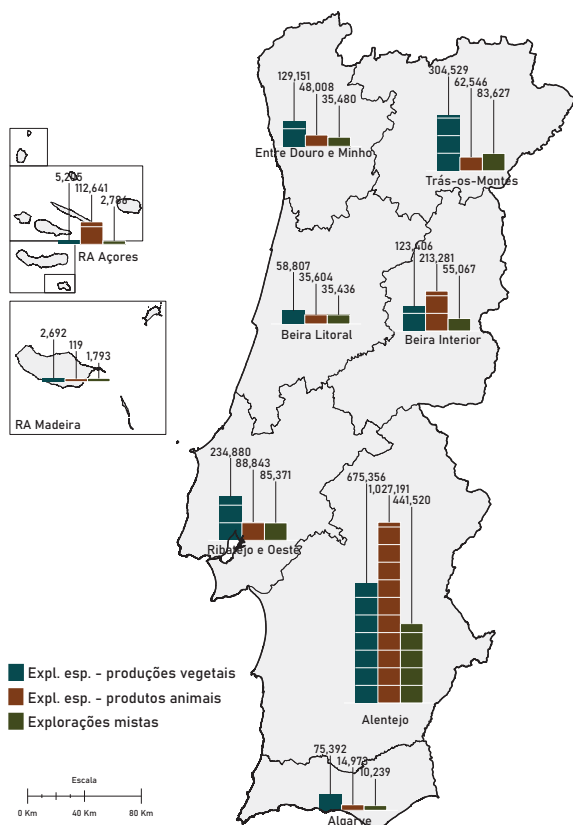


Gráfico 15 – Estrutura da Orientação Técnico-Económica por região agrária da SAU em 2019 (%)

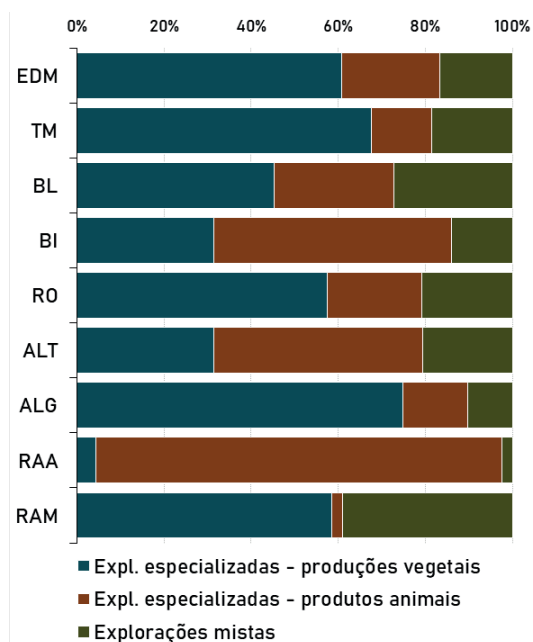
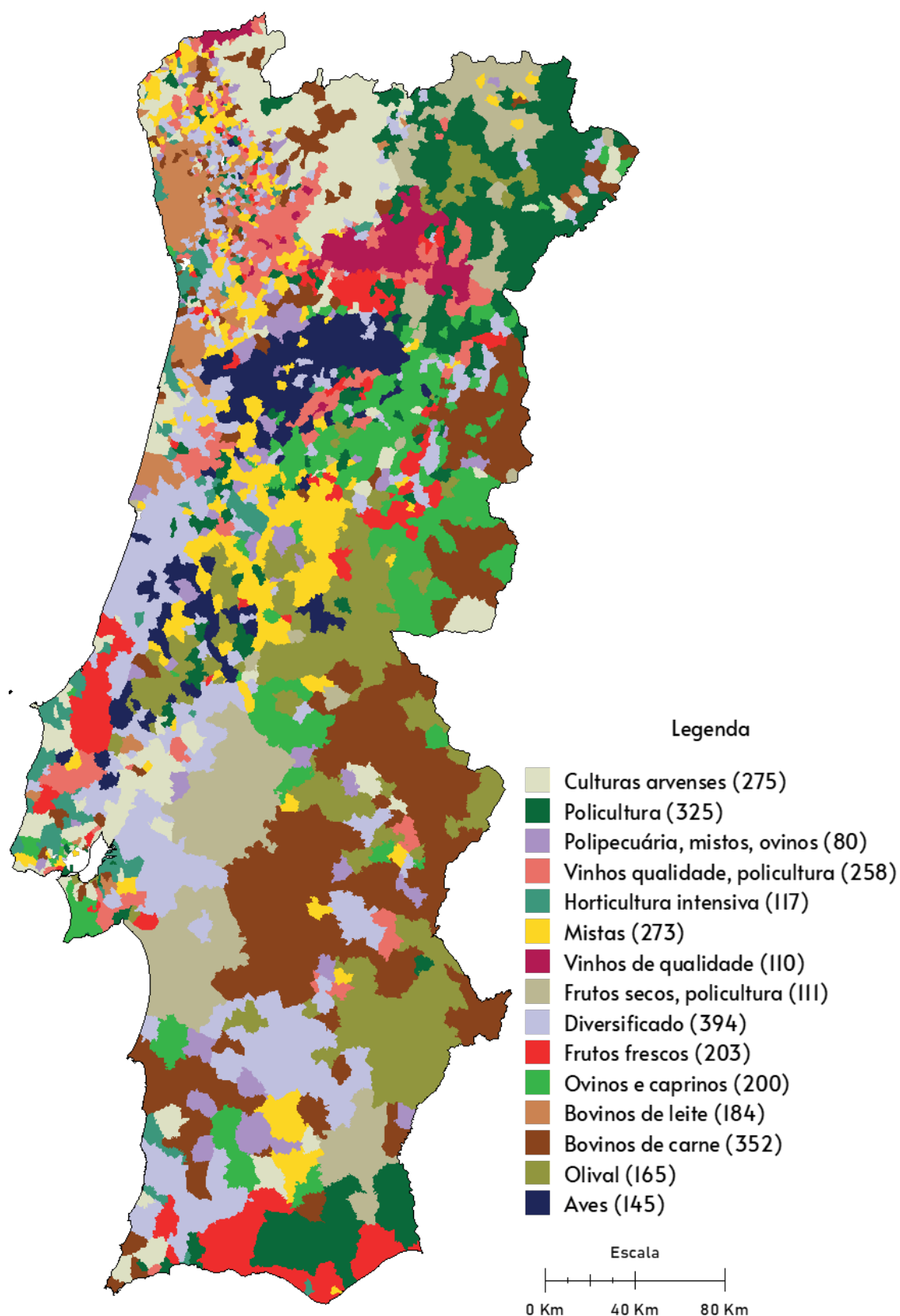


Figura 7 – Padrões de orientação produtiva do território do Continente em 2019



Os Gráficos 16 a 18 mostram-nos a importância das diversas culturas em cada uma das Orientações Técnico-Económicas, tendo em conta a SAU. A superfície para criação de bovinos de carne, que como já foi referido aumentou consideravelmente face a 1999, é a mais extensa de todas as categorias, ascendendo a mais de 970 mil hectares, e contribui para que o grupo “herbívoros” represente mais de 98% da SAU das explorações especializadas em produtos animais e 40% da SAU total. A área das explorações especializadas em produções vegetais tem destaque mais significativo nas “outras culturas arvenses” e nos “frutos frescos e citrinos”, tendo também alguma relevância a superfície das restantes culturas permanentes. Quanto à superfície das explorações mistas, que decresceu significativamente nos últi-

Gráfico 17 – SAU das explorações especializadas em produtos animais em 2019 (ha)

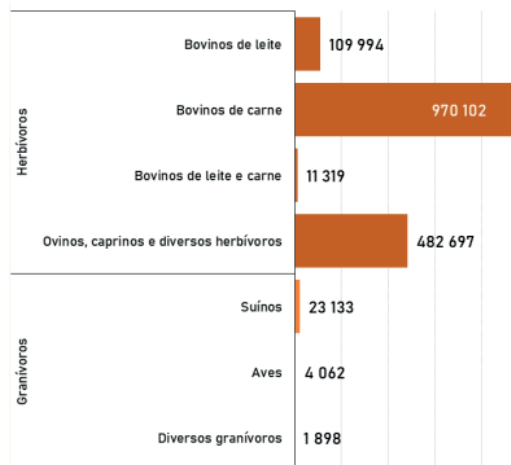


Gráfico 16 – SAU das explorações especializadas em produções vegetais em 2019 (ha)

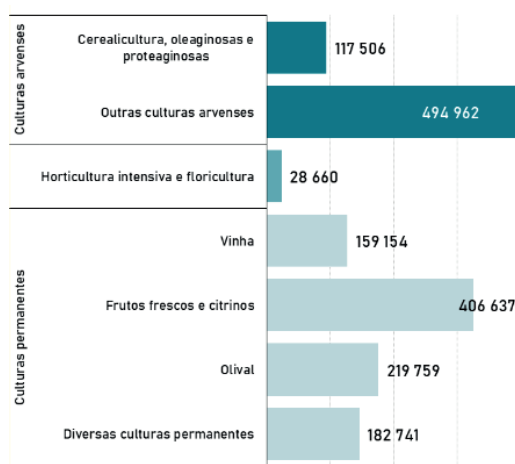
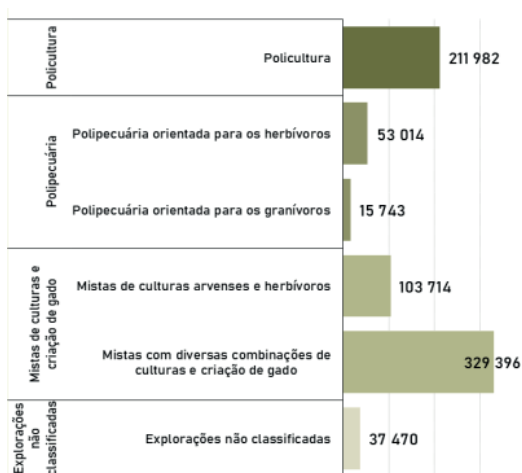


Gráfico 18 – SAU das explorações mistas em 2019 (ha)



Quadro 4 – Explorações e SAU por Orientação Técnico-Económica e região agrária em 2019

	Explorações por orientação técnico-económica (n.º)				Superfície agrícola utilizada por orientação técnico-económica (ha)			
	TOTAL	Expl. especializadas - produções vegetais	Expl. especializadas - produtos animais	Explorações mistas	TOTAL	Expl. especializadas - produções vegetais	Expl. especializadas - produtos animais	Explorações mistas
Portugal	290 229	171 817	45 932	72 480	3 963 944	1 609 419	1 603 406	751 319
Continente	266 039	160 407	39 061	66 571	3 838 708	1 601 522	1 490 446	746 740
Entre Douro e Minho	44 560	18 485	8 756	17 319	212 639	129 151	48 008	35 480
Trás-os-Montes	65 211	49 251	4 359	11 601	450 702	304 529	62 546	83 627
Beira Litoral	44 245	19 422	8 265	16 558	129 847	58 807	35 604	35 436
Beira Interior	33 617	21 061	5 055	7 501	391 754	123 406	213 281	55 067
Ribatejo e Oeste	34 486	23 177	4 570	6 739	409 094	234 880	88 843	85 371
Alentejo	31 131	18 165	7 425	5 541	2 144 067	675 356	1 027 191	441 520
Algarve	12 789	10 846	631	1 312	100 604	75 392	14 973	10 239
RA Açores	10 656	2 731	6 679	1 246	120 632	5 205	112 641	2 786
RA Madeira	13 534	8 679	192	4 663	4 604	2 692	119	1 793

mos 20 anos, tem na policultura e nas mistas de cultura e criação de gado cerca de 86% do seu território.

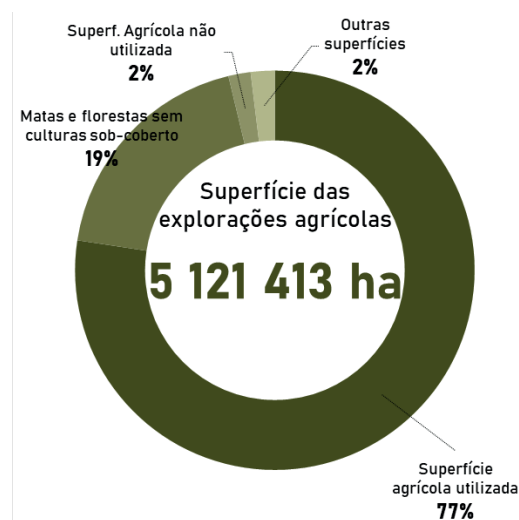
5. Superfície

A evolução da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) é muitas vezes utilizada como um indicador de resiliência do setor agrícola (quebra de 1% da SAU entre 1989 e 2019), principalmente quando comparada com as outras variáveis estruturais. O sentido da sua evolução e as alterações da sua composição são o espelho da resposta dos agricultores ao conjunto de pressões externas e internas a que o setor tem estado sujeito.

O Recenseamento Agrícola de 2019 (RA 2019) mostra que os agricultores são responsáveis pela gestão de cerca de 5,1 milhões de hectares de superfície (mais 412 mil hectares que em 2009, 8,8%, mas menos 195 mil do que em 1989, -3,7%), ou seja, as 290 mil explorações existentes, entre a área agrícola, florestal e outros tipos de superfície que gerem e ocupam, são responsáveis pela utilização de cerca de 56% do território do país. Desta, a SAU representa a maior fatia, com 3,96 milhões de hectares (acréscimo de 296 mil ha em relação a 2009 (8,1%) e decréscimo de 42 mil ha (-1,0%) em comparação com 1989). No entanto, as realidades regionais são muito distintas (peso da SAU no território varia entre 11% e 79%) em resultado, nomeadamente, da importância da atividade

florestal, da concentração/dispersão da propriedade e das características do solo, que levaram igualmente a evoluções diferenciadas.

Gráfico 19 – Superfície total das explorações agrícolas, por tipo de utilização do solo em 2019



Comparativamente com 2009, a SAU aumentou 8,1%, contrariando a ligeira tendência de descida que se verificara nas duas décadas anteriores já referida no início deste artigo (ver Gráfico 1), e registou-se um abrandamento do abandono das explorações. Esta intensificação da dinâmica do setor agrícola está associada à empresarialização da atividade, com as sociedades a gerirem 5% das explorações e 37% da SAU por oposição a 0,7% e 9,4% respetivamente em 1989 (ver Gráfico 4).

Quadro 5 – Superfície gerida pelas explorações agrícolas, por tipo de utilização do solo em 2019 (ha)

	Superfície das explorações agrícolas (ha)					% SAU	Variação 1989-2019 (%)	
	TOTAL	Superfície agrícola utilizada	Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície agrícola não utilizada	Outras superfícies		Total	SAU
Portugal	5 121 413	3 963 945	966 077	91 781	99 610	77,4	-3,7	-1,0
Continente	4 987 658	3 838 708	960 040	90 171	98 739	77,0	-3,3	-1,1
Entre Douro e Minho	339 921	212 639	104 118	4 410	18 754	62,6	-26,8	-26,6
Trás-os-Montes	677 888	450 701	199 031	18 093	10 063	66,5	4,9	-7,9
Beira Litoral	226 118	129 848	84 483	5 136	6 651	57,4	-46,9	-43,9
Beira Interior	585 281	391 754	169 451	16 372	7 704	66,9	-10,6	-9,7
Ribatejo e Oeste	559 369	409 095	129 508	5 531	15 235	73,1	-15,6	-8,2
Alentejo	2 399 557	2 144 066	203 428	13 912	38 151	89,4	18,3	15,7
Algarve	199 523	100 605	70 022	26 716	2 180	50,4	-27,4	-26,4
RA Açores	127 076	120 632	5 056	822	566	94,9	-14,2	1,4
RA Madeira	6 679	4 604	981	789	305	68,9	-38,2	-34,3

Gráfico 20 – Superfície agrícola utilizada e número de explorações agrícolas, por classe de SAU em 2019

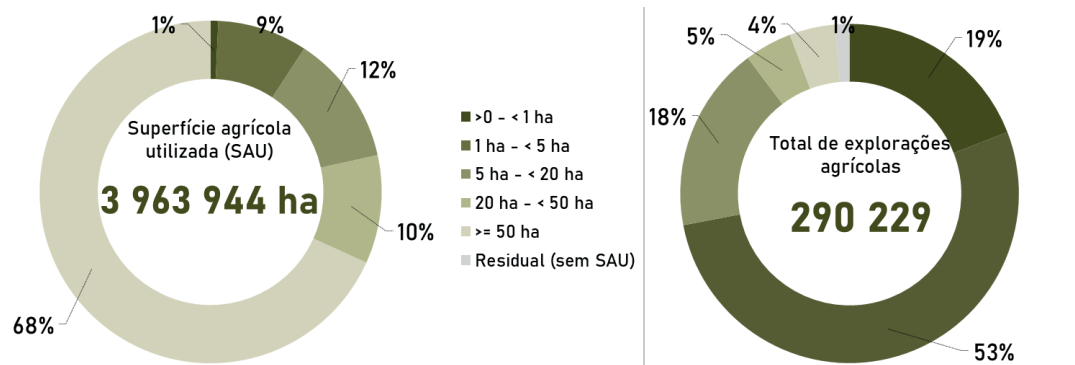
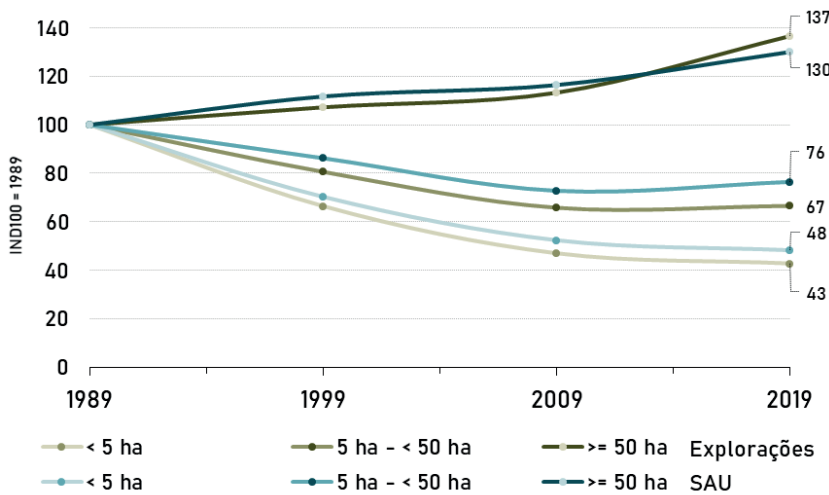


Gráfico 21 – Evolução (em índice 100 = 1989) do número de explorações agrícolas e da SAU por classe de SAU de 1989 a 2019



registou um aumento de 37%. (Gráfico 21).

A Superfície Agrícola Utilizada teve uma evolução semelhante no mesmo período de 30 anos. A SAU das explorações de pequena dimensão decresceu 52% e a das de média dimensão 24%. Em sentido inverso, a área das explorações com uma superfície de 50 ou mais hectares cresceu 30%.

Observando a SAU média por exploração nas regiões agrárias, no Quadro 6, nos quatro regis-

Os resultados mostram que continua a existir uma elevada concentração da SAU num número limitado de explorações agrícolas. As explorações com mais de 50 hectares, sendo apenas 4% do total, são responsáveis por mais de dois terços da SAU (68%) (Gráfico 20), um crescimento significativo face aos 52% de 1989. Pelo contrário, as explorações de pequena dimensão, com menos de 5 ha, são as mais representativas (72%), ocupando apenas 10% da SAU. Esta representação numérica é a evidência das distintas realidades que compõem a agricultura nacional, com características e propósitos muito diferentes entre si e que têm conhecido evoluções contrastadas: diminuição de 57% do número de pequenas explorações (< 5 ha) e 33% das de médias dimensões (5 ha - < 50 ha), enquanto o número de explorações de maior dimensão (\geq 50 ha)

Quadro 6 – SAU média por exploração nas regiões agrárias (ha/exploração)

	1989	1999	2009	2019
Portugal	6,7	9,3	12,0	13,7
Continente	7,0	9,8	12,7	14,4
Entre Douro e Minho	2,6	3,2	4,3	4,8
Trás-os-Montes	6,1	6,5	7,0	6,9
Beira Litoral	1,8	2,1	2,5	2,9
Beira Interior	7,2	8,7	10,0	11,7
Ribatejo e Oeste	4,5	7,3	9,8	11,9
Alentejo	39,4	53,6	61,5	68,9
Algarve	5,2	5,4	7,1	7,9
RA Açores	4,8	6,3	8,9	11,3
RA Madeira	0,3	0,4	0,4	0,3

tos censitários, constata-se não só a existência de grandes amplitudes regionais em cada censo, mas também que a dimensão média das explorações tem aumentado, com exceção de uma estabilização na RA da Madeira, sendo em 2019 mais do dobro do registado em 1989, tanto no país como no Continente.

As realidades regionais estão também sujeitas a dinâmicas muito diferenciadas. Se globalmente a SAU, depois de uma ligeira descida até 2009, voltou a atingir, em 2019, valores perto daqueles que apresentava em 1989, esta evolução resulta também de realidades contrastadas. A quebra da SAU está associada a regiões onde predominavam as explorações familiares de pequena dimensão. A Beira Litoral apresenta um decréscimo na SAU de -44% (menos 102 mil ha, mas +3,5% entre 2009 e 2019) e o Entre Douro e Minho e o Algarve, quebras superiores a 26%. Por outro lado, no mesmo período, o Alentejo, onde a estrutura fundiária oferece outras oportunidades, apresentou um aumento de 16,4%, ou seja, mais 302 mil ha de Superfície Agrícola Utilizada.

A Superfície Agrícola Utilizada de uma exploração está dividida em um ou mais blocos. Neste contexto entende-se um bloco como uma porção contínua de terreno pertencente à exploração, não atravessada por outras terras ou por barreiras físicas naturais (linhas de água, acidentes orográficos, etc.) ou artificiais (vias rodoviárias, ferroviárias, etc.) que impossibilitem a passagem.

O grau de dispersão da SAU por diferentes blocos e a sua dimensão são fatores determinantes para o nível de otimização dos processos produtivos e logo para os níveis de produtividade da terra das explorações. Em Portugal, em média, cada exploração é composta por 6,4 blocos com uma dimensão média de 2,13 ha. No entanto também aqui esta a variabilidade de situações é muito acentuada quer regionalmente, variando desde a média de 10 blocos por exploração em Trás-os-Montes e os 3,8 blocos por exploração no Alentejo (2,7 na Madeira), e variando entre os 0,45 ha de dimensão média dos blocos na Beira litoral (0,13 na Madeira) e os 18,24 ha no Alentejo.

Quadro 7 – Blocos nas explorações agrícolas por região – 2019

Regiões agrárias	SAU média dos Blocos (ha/bloco)	Nº Blocos Exploração (bloco/Expl.)
Portugal	2,13	6,4
Continente	2,20	6,6
Entre Douro e Minho	1,05	4,5
Trás-os-Montes	0,69	10,0
Beira Litoral	0,45	6,5
Beira Interior	1,71	6,8
Ribatejo e Oeste	2,66	4,5
Alentejo	18,24	3,8
Algarve	0,92	8,5
RA Açores	1,56	7,2
RA Madeira	0,13	2,7

Estas diferentes evoluções são assim explicadas, por um lado, pelas igualmente diferenciadas estruturas agrárias, nomeadamente, a dimensão das explorações e as características dos solos que condicionam a sua utilização e, por outro lado, pelas diferentes envolventes territoriais de cada região, não sendo alheio as condicionantes resultantes das políticas públicas e do ambiente económico e social. Da análise da evolução, nos últimos anos, dos grandes agregados que constituem a SAU, observa-se igualmente um conjunto de tendências que indicam uma reestruturação importante do tecido produtivo. Ou seja, não se trata apenas de variações na SAU, mas também de profundas transformações nas superfícies que permanecem na função de produção.

Verifica-se uma quebra muito acentuada da área ocupada com terras aráveis, com uma variação de quase -56% no período de 1989 a 2019 que só na região do Alentejo representou menos 770 mil hectares a mudarem o seu tipo de utilização. Grande parte da área ocupada por terras aráveis foi convertida em pastagem permanente, salientando-se o aumento generalizado deste tipo de superfície: 145% no país e 166% no Continente e mais de 232% no Alentejo, correspondendo nesta região a um acréscimo de cerca de 918 mil hectares de pastagens.

Deste modo, as pastagens permanentes passam a representar, em 2019, mais de metade da SAU

Figura 8 – Superfície agrícola utilizada por bloco (ha/bloco)

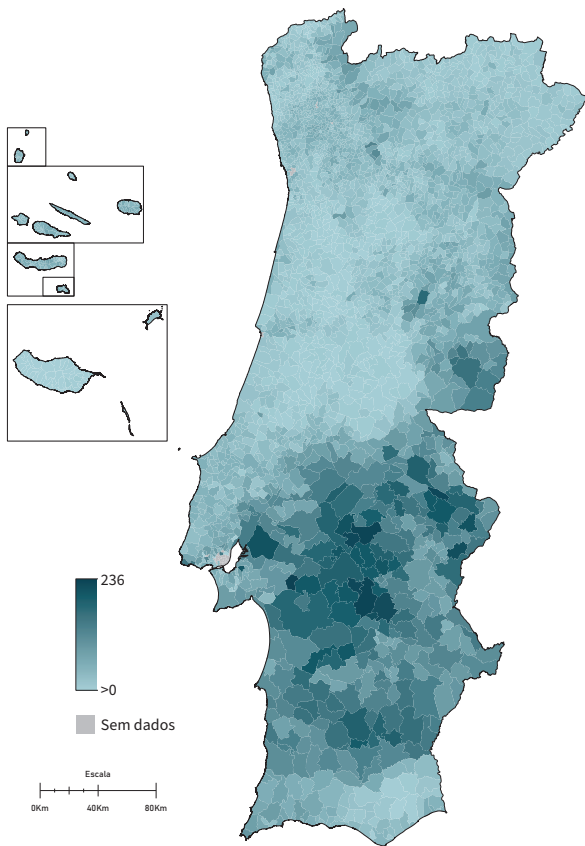


Figura 9 – Blocos por exploração agrícola (bloco/expl.)

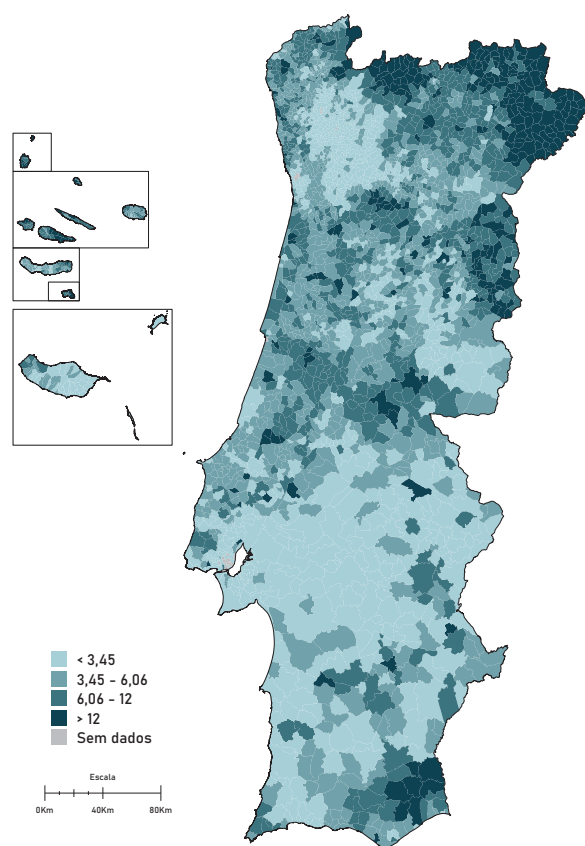
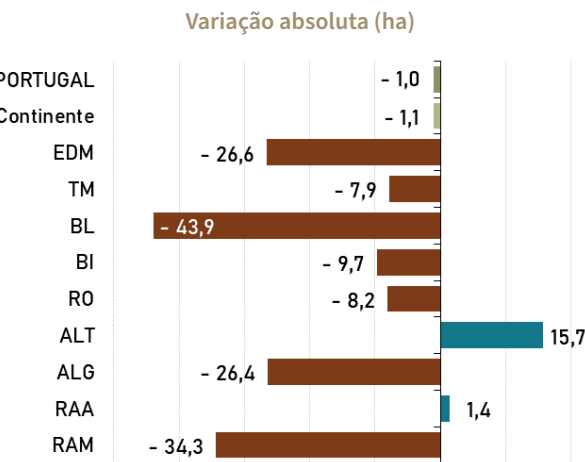
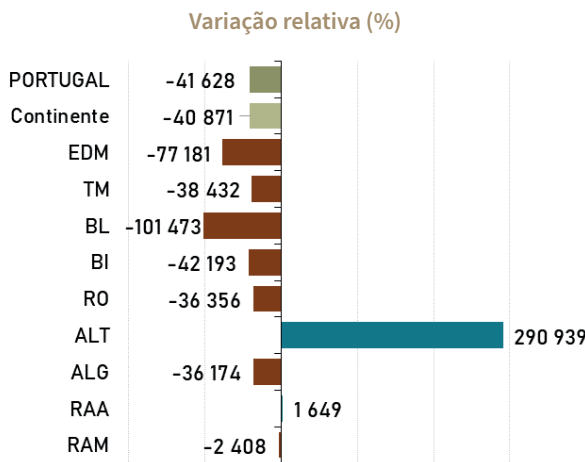


Gráfico 22 – Variação da SAU por região agrícola (1989-2019)



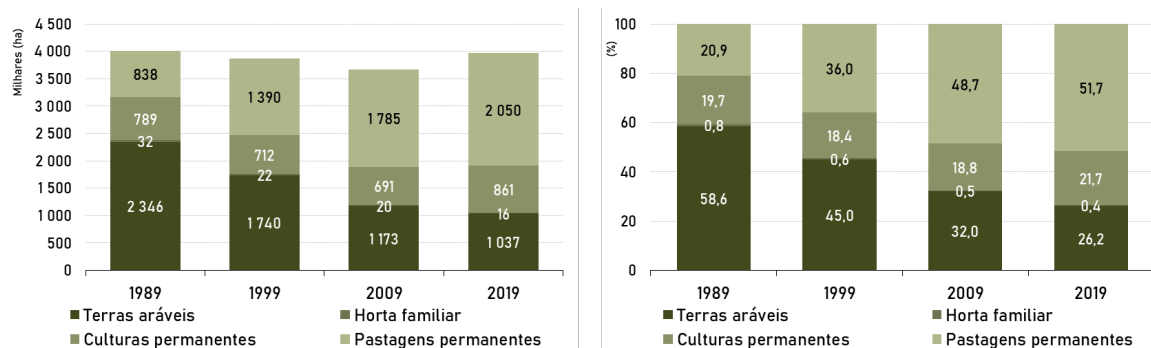
(52%) ocupando mais de 2,05 milhões de hectares, enquanto as terras aráveis, que representavam cerca de 59% da SAU em 1989, ocupam agora 26% da superfície agrícola (Gráfico 23).

A desagregação da superfície de pastagem permanente por tipo (Gráfico 24) mostra-nos que mais de

2/3 desta área é relativa a pastagens pobres, ou seja, pastagens espontâneas em que apenas é aproveitado o crescimento natural da pastagem sem qualquer ação para melhorar a sua produtividade. Mostra igualmente que cerca de 55% desta superfície se encontra em terra limpa e 40% em sob coberto de matas e florestas. A região agrícola do Alentejo concen-

Quadro 8 – Composição da SAU das explorações agrícolas em 2019 e variação 1989-2019

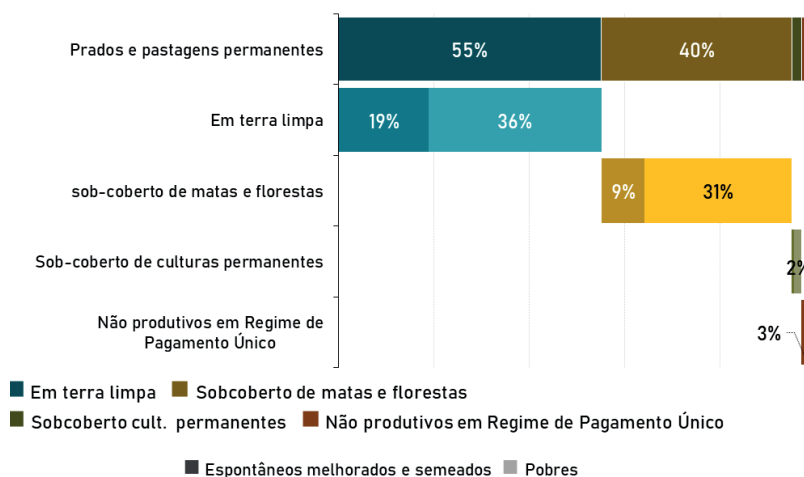
	Composição da superfície agrícola utilizada em 2019 (ha)					Variação 1989-2019 (%)			
	TOTAL	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes	Terras aráveis	Horta familiar	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Portugal	3 963 945	1 036 682	16 152	860 663	2 050 448	-55,8	-50,3	9,0	144,7
Continente	3 838 708	1 007 264	15 719	855 767	1 959 958	-56,8	-50,5	9,6	166,1
Entre Douro e Minho	212 639	69 154	2 437	33 133	107 915	-60,8	-36,3	-26,8	68,4
Trás-os-Montes	450 702	88 830	4 957	222 821	134 094	-60,0	-38,1	24,9	66,3
Beira Litoral	129 848	65 213	3 344	36 042	25 249	-57,4	-48,5	-36,0	64,5
Beira Interior	391 754	87 377	2 271	83 834	218 272	-59,5	-61,8	-16,3	94,5
Ribatejo e Oeste	409 094	169 307	1 211	99 448	139 128	-21,8	-65,7	-40,8	142,3
Alentejo	2 144 066	509 271	1 045	323 733	1 310 017	-60,3	-60,1	87,2	232,1
Algarve	100 605	18 112	455	56 754	25 284	-71,4	-66,2	-5,2	105,5
RA Açores	120 632	27 782	303	2 574	89 973	120,4	-46,1	-46,0	-11,0
RA Madeira	4 604	1 635	130	2 322	517	-39,9	-19,8	-36,9	15,1

Gráfico 23 – Composição da SAU das explorações agrícolas

tra cerca de 1,3 milhões de hectares (64% do total) da superfície de prados e pastagens permanentes, dos quais 74% são pobres e 24% espontâneas, melhoradas e semeadas. Esta região apresenta ainda cerca de metade da superfície de não produtivos em Regime de Pagamento Único (RPU). A RA dos Açores, cuja superfície de pastagens permanentes apenas se verifica em terra limpa, tem 91% desta como espontâneas melhoradas e semeadas.

O Gráfico 25 mostra que em 1989 a classe com maior representatividade era a de grande dimensão física (≥ 50 ha) com 33% no agregado terra arável e 52% no total. Passados 30 anos e conforme já referido, a reestruturação territorial agrícola levou

a que muita área de terra arável de grande dimensão fosse convertida para pastagem permanente e consequentemente, em 2019, cerca de 44% do total da SAU é relativa a estas pastagens permanentes em explorações de grande dimensão (Gráfico 26), que se torna a

Gráfico 24 – Superfície de prados e pastagens permanentes por tipo, em 2019

Quadro 9 – Superfície de prados e pastagens permanentes por tipo e região agrícola em 2019

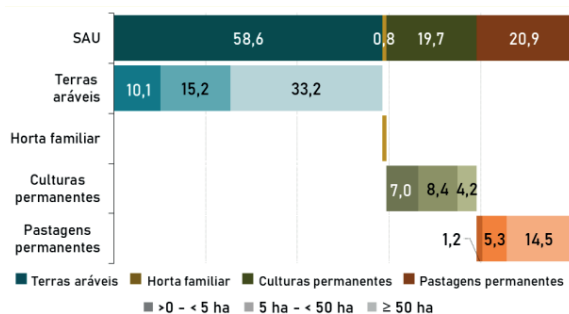
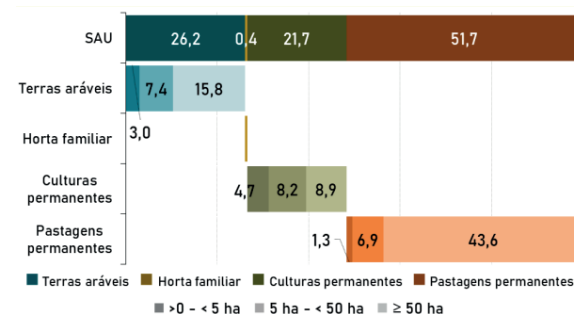
	Superfície de prados e pastagens permanentes em 2019 (ha)							
	TOTAL	Em terra limpa		Sobcoberto de matas e florestas		Sobcoberto de culturas permanentes		Não produtivos em Regime de Pagamento Único
		Espontâneos melhorados e semeados	Pobres	Espontâneos melhorados e semeados	Pobres	Espontâneos melhorados e semeados	Pobres	
Portugal	2 094 289	395 156	758 798	190 758	647 071	8 346	35 495	58 665
Continente	2 003 795	313 307	750 182	190 754	647 050	8 343	35 494	58 665
Entre Douro e Minho	108 213	17 074	75 496	134	12 030	225	73	3 181
Trás-os-Montes	134 164	49 188	74 838	538	995	33	37	8 534
Beira Litoral	25 952	11 464	12 192	52	432	216	488	1 107
Beira Interior	223 452	50 283	122 377	15 060	21 587	2 629	2 551	8 965
Ribatejo e Oeste	143 450	23 103	33 480	17 783	59 505	906	3 416	5 257
Alentejo	1 343 020	158 088	417 357	156 881	548 919	4 298	28 705	28 771
Algarve	25 545	4 108	14 441	305	3 581	37	224	2 849
RA Açores	89 973	81 704	8 269					
RA Madeira	521	145	347	4	21	3	1	

dominante nos vários tipos de componentes, totalizando 68% da SAU. Esta alteração significativa de uso da SAU, tendo em consideração que estas pastagens são, em grande parte, naturais, mostra um claro processo de extensificação através da diminuição das terras aráveis.

O impacto das políticas inerentes à adesão à União Europeia (UE), e a decorrente abertura dos mercados, tiveram uma importância substancial nesta alteração. Entre essas consequências, pode-se evidenciar, numa primeira fase, a descida dos preços à produção das culturas arvenses e, posteriormente, o desligamento das ajudas a este tipo de culturas, associado à manutenção de pagamentos ligados aos setores das vacas em aleitamento e ovinos e caprinos. Estas circunstâncias tiveram um impacto par-

ticularmente relevante sobre os solos mais pobres e com produtividades mais baixas, promovendo a mudança da sua utilização.

Muitos destes solos passaram a estar afetados a novas funções que, também aqui, se diferenciam nas suas dinâmicas. Onde existia estrutura fundiária com dimensão suficiente para suportar um processo de extensificação, foram integrados na SAU com utilização na pastorícia. Numa análise mais fina, verifica-se ainda, em alguns casos em que associada à estrutura fundiária existe disponibilidade de água e uma especialização empresarial, o aparecimento de novas explorações com forte vocação para o mercado, elevado potencial produtivo e com sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, de que são exemplo as novas áreas de moder-

Gráfico 25 – Composição da SAU das explorações agrícolas por classes de SAU em 1989 (%)**Gráfico 26 – Composição da SAU das explorações agrícolas por classes de SAU em 2019 (%)**

nos olivais, vinhas e outras culturas permanentes no Alentejo e em Trás-os-Montes. Estes fenómenos podem observar-se através da ligação verificada nas variações regionais dos tipos de ocupação e das estruturas fundiárias predominantes em cada uma dessas regiões.

Nos gráficos seguintes, apresentam-se as variações dos principais componentes da SAU por região agrícola entre 1989 e 2019. Da sua análise, podem-se também inferir algumas das dinâmicas já referidas, como a perda de 774 mil hectares de terra arável e o

Gráfico 27 – Variação da terra arável por região agrícola (1989-2019)

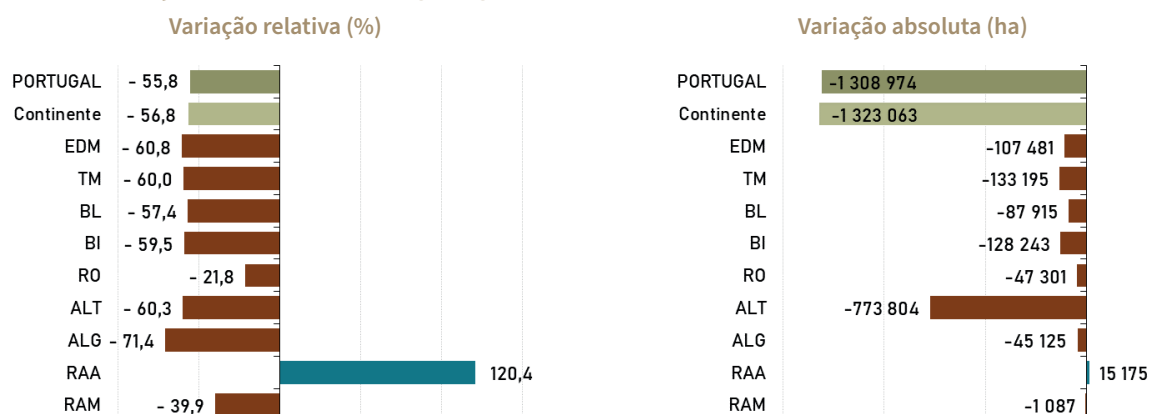


Gráfico 28 – Variação das culturas permanentes por região agrícola (1989-2019)

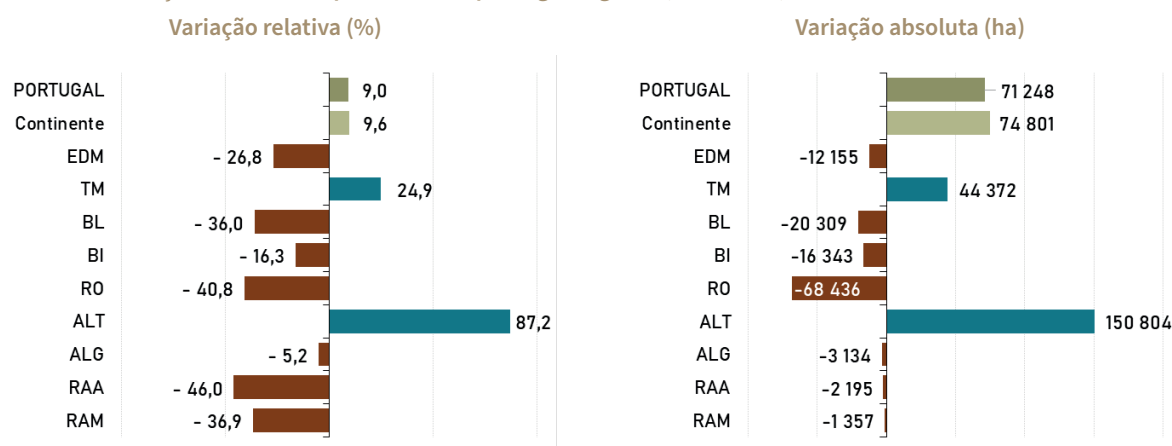
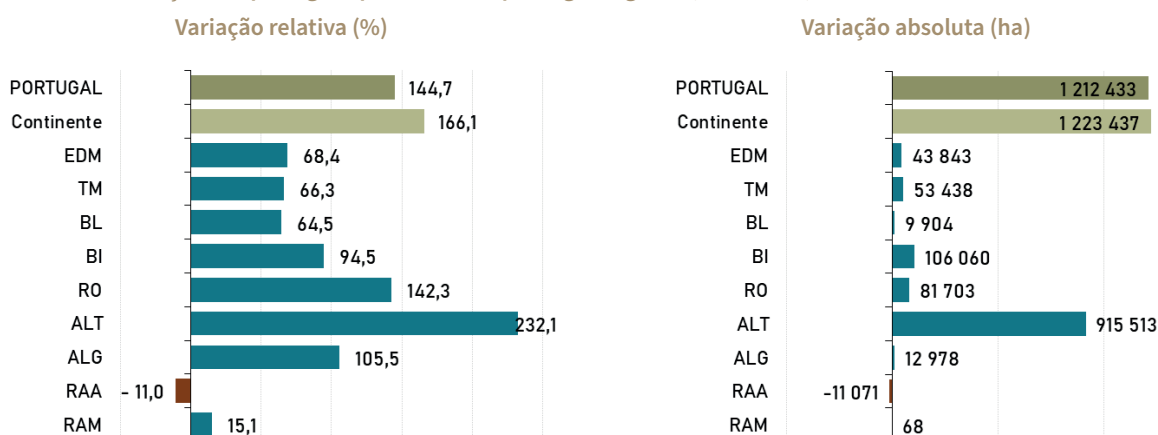


Gráfico 29 – Variação das pastagens permanentes por região agrícola (1989-2019)



Quadro 10 – Superfície agrícola por tipo de cultura em 2019

Tipo cultura	ha	%	Varição 1989-2019 (%)
Superfície culturas permanentes			
Olival	377 234	43,8%	10,8
Frutos de casca rija	228 707	26,6%	209,6
Vinha	173 254	20,1%	-34,9
Frutos frescos (excepto citrinos)	51 674	6,0%	-32,2
Citrinos	19 613	2,3%	-26,7
Frutos sub-tropicais	7 702	0,9%	152,8
Outras culturas permanentes	2 477	0,3%	-6,3
Total	860 661	100%	9,0
Superfície culturas temporárias			
Culturas forrageiras	433 044	48,7%	-25,1
Cereais para grão	234 599	26,4%	-74,0
Prados temporários	120 576	13,6%	62,4
Culturas hortícolas	51 996	5,9%	-17,2
Outras*	48 170	5,4%	-82,7
Total	888 385	100%	-52,5
Superfície prados e pastagens permanentes			
Em terra limpa	1 153 954	55,1%	34,8
Sob-coberto de matas e florestas	837 829	40,0%	76,9
Não produtivos em Regime de Pagamento Único (RPU)	58 665	2,8%	-83,9
Sob-coberto de culturas permanentes	43 841	2,1%	139,3
Total	2 094 289	100%	22,3

* Inclui leguminosas secas para grão, batata, culturas industriais, flores e plantas ornamentais e outras culturas temporárias

ganho de 151 mil hectares de SAU em culturas permanentes, associado a novos investimentos de olival, amendoal e pomares, bem como o incremento de 916 mil em pastagens permanentes, no Alentejo, permitindo um ganho absoluto de 291 mil hectares de superfície agrícola em 2019 por comparação com 1989. O Quadro 9 apresenta estes ganhos e perdas de superfície por tipo de cultura, onde podemos constatar o aumento da superfície de culturas permanentes com a variação positiva do olival, frutos de casca rija e frutos subtropicais, a redução da área das culturas temporárias de cereais para grão, forrageiras e hortícolas e o aumento dos vários tipos de prados e pastagens permanentes.

6. Superfície florestal nas explorações agrícolas

A floresta nas explorações agrícolas ocupa 1,8 milhões de hectares, que correspondem a 35,2% do

total de superfície gerida pelas explorações. Esta área florestal distribui-se em dois tipos: a que não tem SAU sob coberto de matas e florestas ocupa 966 mil hectares (18,9% da superfície, era 18,4% em 1989), disseminada por todo o território do Continente e é composta predominantemente por pinheiro bravo e eucalipto; e a que tem SAU sob coberto de matas e florestas totaliza 838 mil hectares (16,3% da superfície, era 6,9% em 1989), encontra-se sobretudo no Alentejo, é composta essencialmente por montados de sobro e azinho (Figura 10) e constituída por pastagens naturais, ou seja, não melhoradas.

Analisando a distribuição destes dois tipos de área florestal segundo a classe de dimensão económica das explorações agrícolas, verificam-se variações bem distintas: as áreas

florestais com SAU sob coberto existem quase exclusivamente nas explorações de média e grande dimensão (cerca de 87% do total, das quais 22% nas de média dimensão e 65% nas de grande). As áreas florestais sem SAU sob coberto predominam nas explorações de muito pequena dimensão (aproximadamente 38%).

A proporção da área de sob coberto de matas e floresta representa aproximadamente um terço no total da superfície das explorações agrícolas em cada uma das categorias de dimensão económica, mas com maior significado nas de pequena dimensão (39%) como consequência da predominância das áreas sem SAU, seguida pelas de grande dimensão (36%).

Como já foi mencionado, o Alentejo concentra uma parte bastante significativa da área com SAU sob coberto de matas e florestas, ascendendo a 84% do total desta e metade da superfície sob coberto de

matos e florestas. A região de Trás-os-Montes, no Continente, tem menos de 30% da sua superfície das explorações agrícolas sob coberto de matos e

florestas, enquanto as restantes regiões apresentam proporções mais elevadas, entre 35% (Beira Interior) e 38% (Alentejo).

Quadro 11 – Sob coberto de matas e florestas na superfície territorial das explorações agrícolas, com e sem SAU por dimensão económica em 2019

Classes de dimensão económica	Superfície territorial das explorações		Floresta nas explorações agrícolas					
			Total		Com SAU sob-coberto de matas e florestas		Sem SAU sob-coberto de matas e florestas	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
MP (Muito pequenas)	1 034 561	20,2	407 189	22,6	44 018	5,3	363 171	37,6
P (Pequenas)	712 713	13,9	223 003	12,4	63 830	7,6	159 173	16,5
M (Médias)	1 216 407	23,8	400 485	22,2	187 766	22,4	212 719	22,0
G (Grandes)	2 157 732	42,1	773 228	42,9	542 214	64,7	231 014	23,9
TOTAL	5 121 413	100,0	1 803 905	100,0	837 828	100,0	966 077	100,0

Gráfico 30 – Dimensão económica das explorações por tipo de área de sob coberto de matas e florestas em 2019

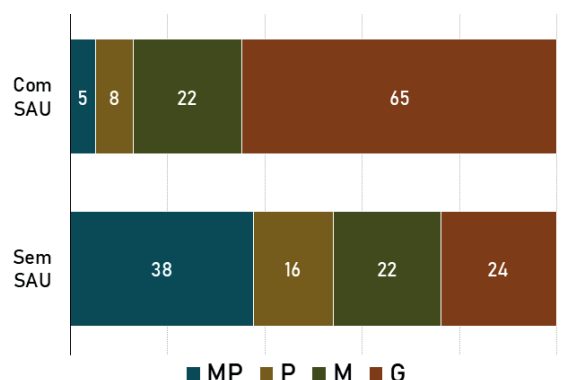


Gráfico 31 – Peso da dimensão económica das explorações nas áreas de sob coberto de matas e florestas em 2019

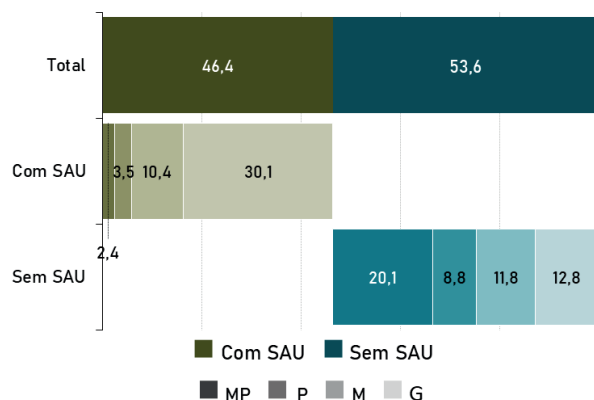
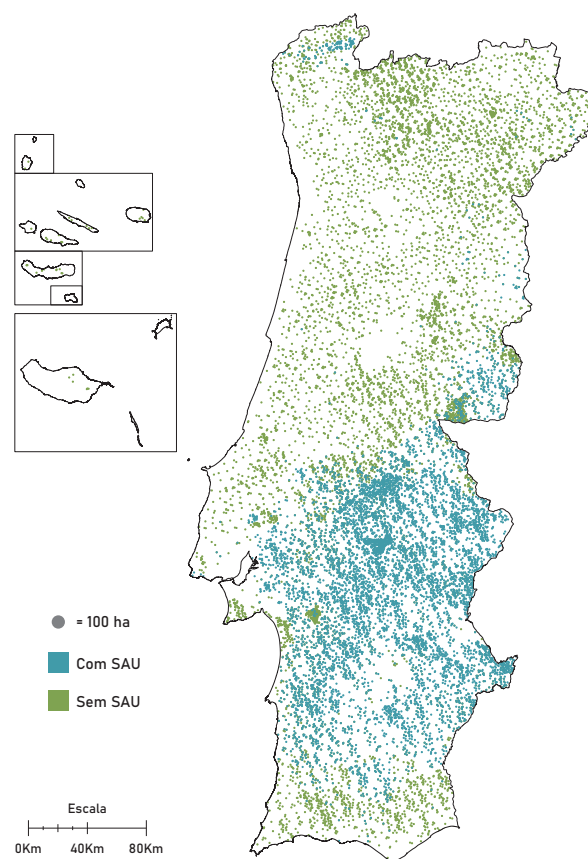


Figura 10 – Floresta na superfície das explorações agrícolas em 2019



Quadro 12 – Sob coberto de matas e florestas na superfície territorial das explorações agrícolas, com e sem SAU, por região agrária em 2019

Regiões agrárias	Superfície das explorações		Floresta nas explorações agrícolas					
			Total		Com SAU sob-coberto de matas e florestas		Sem SAU sob-coberto de matas e florestas	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
Portugal	5 121 412	100,0	1 803 882	100,0	837 805	100,0	966 077	100,0
Continente	4 987 657	97,4	1 797 845	99,7	837 805	100,0	960 040	99,4
Entre Douro e Minho	339 921	6,6	116 282	6,4	12 164	1,5	104 118	10,8
Trás-os-Montes	677 888	13,2	200 564	11,1	1 533	0,2	199 031	20,6
Beira Litoral	226 117	4,4	84 968	4,7	485	0,1	84 483	8,7
Beira Interior	585 281	11,4	206 098	11,4	36 647	4,4	169 451	17,5
Ribatejo e Oeste	559 369	10,9	206 797	11,5	77 289	9,2	129 508	13,4
Alentejo	2 399 558	46,9	909 229	50,4	705 801	84,2	203 428	21,1
Algarve	199 523	3,9	73 908	4,1	3 886	0,5	70 022	7,2
RA Açores	127 076	2,5	5 056	0,3			5 056	0,5
RA Madeira	6 679	0,1	981	0,1		0,0	981	0,1

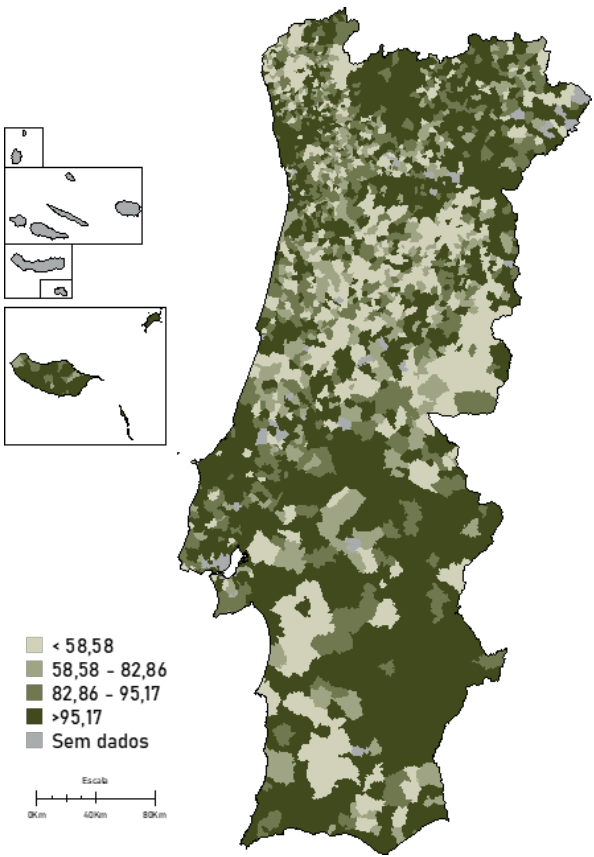
7. Superfície regada e irrigável

Num quadro previsível de menores disponibilidades hídricas e maior variabilidade, o recurso ao regadio assume uma importância decisiva para reduzir a vulnerabilidade de alguns sistemas de produção, pois através do armazenamento da água promove-se a regularização dessa disponibilidade para as culturas ao longo do ano.

A superfície regada foi em 2019 de 566 mil hectares, que correspondem a 14,3% da SAU (no Continente, representa apenas 6,3% do território, mas é responsável por uma parte substancial do abastecimento alimentar), registando um aumento de 20,7% face a 2009, o que contraria a tendência de 2009 relativamente aos recenseamentos anteriores. Também a proporção de superfície irrigável que é efetivamente regada aumentou no mesmo período, o que demonstra o aproveitamento crescente das infraestruturas de rega existentes. Em 2019, foi efetivamente regada 89,8% da área equipada para tal, destacando-se o olival, nas culturas permanentes, e os cereais para grão, nas culturas temporárias que representam 41% do total da área regada.

O Alentejo é a região com maior extensão e proporção de área regada, sendo que 68% dizem respeito a culturas permanentes e, juntamente com o Ribatejo

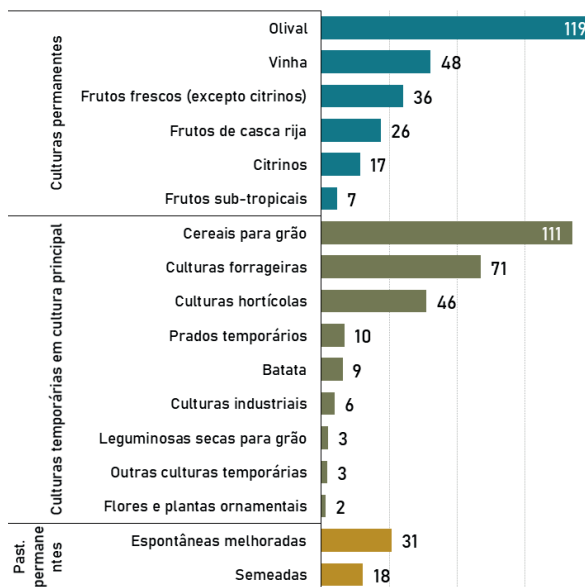
Figura 11 – Proporção da superfície regada (%) na superfície irrigável em 2019



Quadro 13 – Superfície regada por tipo de cultura e região agrícola

Regiões agrícolas	Superfície regada - 2019						Variação 2009-2019			
	Total		Proporção da Sup. Regada na sup. irrigável	Culturas permanentes	Culturas temporárias em cultura principal	Pastagens permanentes	Total	Culturas permanentes	Culturas temporárias em cultura principal	Pastagens permanentes
	(ha)	(%)	(%)	(ha)	(ha)	(ha)	(%)	(%)	(%)	(%)
Portugal	566 203	100	89,8	255 855	260 823	49 525	20,7	85,9	-6,6	-4,8
Continente	562 255	99,3	89,7	253 820	259 032	49 403	21,0	87,3	-6,5	-5,0
Entre Douro e Minho	80 023	14,1	87,7	19 175	49 859	10 989	-2,5	192,5	-24,7	17,6
Trás-os-Montes	40 153	7,1	94,1	18 991	6 586	14 576	0,7	72,5	-38,2	-19,9
Beira Litoral	45 146	8,0	81,2	6 098	36 132	2 916	-12,1	64,2	-18,1	-17,6
Beira Interior	37 874	6,7	67,8	15 696	15 713	6 465	6,2	82,1	-18,4	-16,9
Ribatejo e Oeste	118 809	21,0	94,2	27 325	86 303	5 181	17,4	51,4	11,4	-9,8
Alentejo	218 821	38,6	94,1	147 828	62 306	8 687	58,3	99,2	8,7	29,0
Algarve	21 431	3,8	94,6	18 707	2 135	589	32,5	40,2	-1,5	-10,6
RA Açores	364	0,1		78	286		28,2	6,8	35,5	
RA Madeira	3 584	0,6	96,9	1 957	1 505	122	-13,2	-6,3	-25,1	320,7

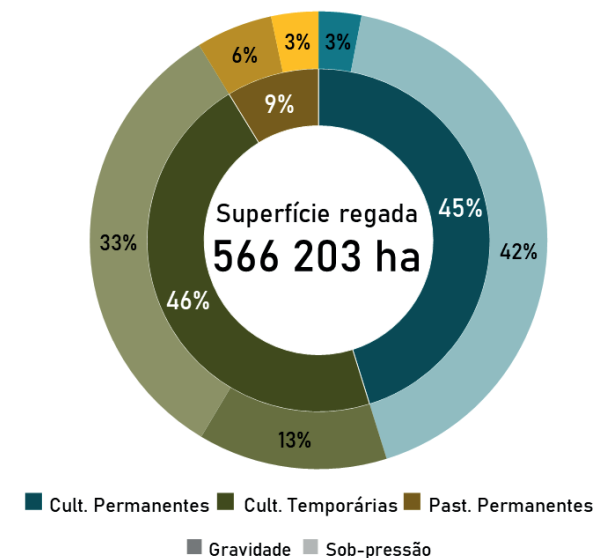
Gráfico 32 – Superfície regada por cultura em 2019 (x 1000 ha)



e Oeste, representam cerca de 60% do total de superfície regada. O Alentejo foi ainda a região com maior variação comparativamente com o ano de 2009 (58,3%), com um crescimento relevante na rega de superfície de culturas permanentes, nomeadamente olival e vinha.

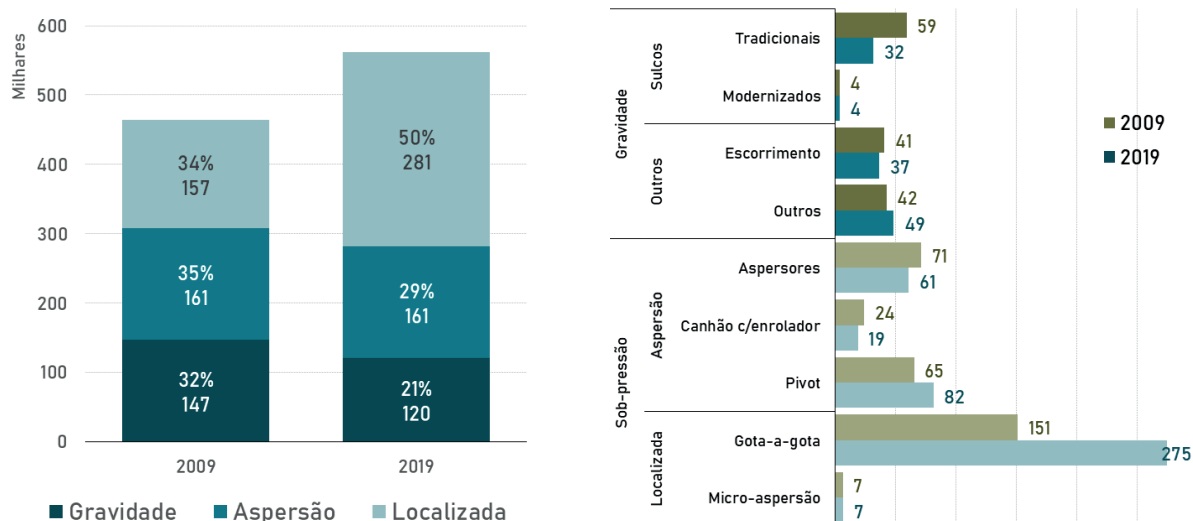
O olival e os cereais para grão são as culturas com maior predomínio na superfície regada, 119 mil e 111 mil ha respetivamente. O método de rega sob

Gráfico 33 – Peso da superfície regada por tipo de cultura e método de rega em 2019



pressão é utilizado em 78% da superfície regada, com particular destaque para o sistema localizado gota-a-gota, que é utilizado em cerca de 49% desta superfície (275 mil ha). Mais de 55% deste sistema encontra-se na região agrícola do Alentejo, representando 27% do total da superfície regada em Portugal.

A nível nacional, a alteração estrutural verificada de 2009 para 2019 é composta por uma perda de 26 mil ha de superfície regada por métodos de gravidade

Gráfico 34 – Superfície regada por método de rega em 2009 e 2019 (milhares de hectares)

bastante mais consumidores de água e um aumento de 123 mil ha de superfície regada localizada (nomeadamente gota-a-gota), método de rega modernos com utilização de água, em média, substancialmente inferior. A importância do método de rega localizada passou a representar 50% da superfície regada, aumentando de 32% em 2009, mostrando uma evolução num caminho de maior sustentabilidade.

O Recenseamento Agrícola de 2019 reporta 631 mil hectares de superfície irrigável, um decréscimo de -28,2% comparativamente com 1989, mas um

aumento de 16,6% face a 2009. Esta área compreende 134 mil explorações agrícolas com infraestruturas de rega, o que corresponde a cerca de 16% da SAU e 46% das explorações. Dois terços das explorações com superfície irrigável são de muito pequena dimensão económica e apenas 5% de grande dimensão; no entanto, em termos de área, 56% desta superfície localiza-se nas explorações de grande dimensão e 14% nas muito pequenas. A repartição da superfície irrigável por tipo de utilização das terras é bastante semelhante entre o número de explorações e a superfície (Gráfico 35).

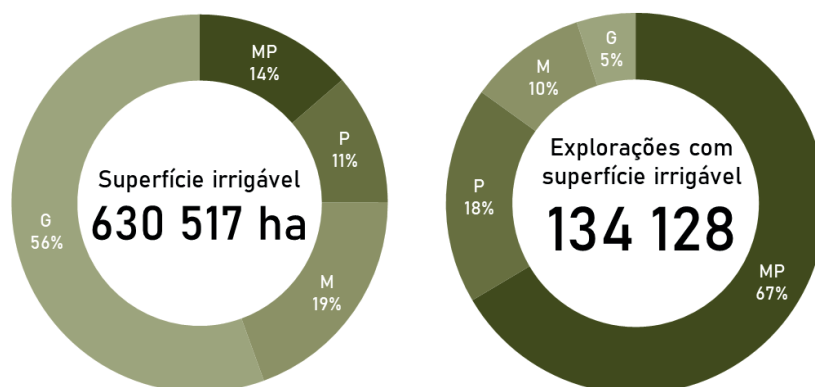
Quadro 14 – Superfície irrigável das explorações agrícolas por classe de dimensão económica, tipo de utilização das terras e região agrícola em 2019

	Superfície Irrigável (ha) - 2019							
	Total	Classes de dimensão económica				Tipo de utilização das terras		
		MP	P	M	G	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Portugal	630 517	86 215	70 847	123 164	350 291	294 826	273 156	62 535
Continente	626 820	84 708	69 393	122 585	350 134	293 281	271 131	62 408
Entre Douro e Minho	91 281	32 600	20 190	16 668	21 823	55 333	22 805	13 143
Trás-os-Montes	42 658	11 169	12 419	11 974	7 096	7 758	20 060	14 841
Beira Litoral	55 615	19 571	10 293	13 252	12 498	42 075	8 736	4 804
Beira Interior	55 897	10 808	8 273	14 674	22 142	23 073	20 398	12 426
Ribatejo e Oeste	126 084	5 079	7 468	23 715	89 822	90 832	29 168	6 084
Alentejo	232 627	3 732	7 732	36 896	184 267	71 861	150 281	10 485
Algarve	22 658	1 749	3 019	5 406	12 485	2 350	19 683	625
RA Açores								
RA Madeira	3 697	1 507	1 454	579	157	1 545	2 025	127

A região do Alentejo apresenta a maior extensão de área irrigável do país com cerca de 233 mil hectares, que representam 37% do total, sendo dois terços relativos a culturas permanentes. No Ribatejo e Oeste, a segunda mais representativa com 20% do total da área irrigável, tem 72% desta superfície afeta a terra arável.

O Alentejo regista mais de 184 mil hectares de superfície irrigável classificada como sendo

Gráfico 35 – Superfície e explorações irrigáveis por classe de dimensão económica em 2019



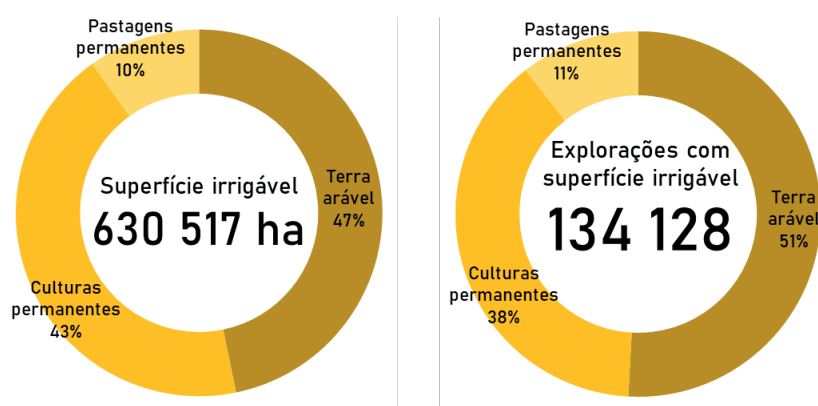
Quadro 15 – Explorações agrícolas com superfície irrigável por classe de dimensão económica, tipo de utilização das terras e região agrária em 2019

	Explorações agrícolas com superfície irrigável (n.º) - 2019							
	Total	Classes de dimensão económica				Tipo de utilização das terras		
		MP	P	M	G	Terra arável em cultura principal	Culturas permanentes	Pastagens permanentes
Portugal	134 128	89 181	24 718	13 491	6 738	89 988	68 210	18 732
Continente	121 205	79 449	21 994	13 067	6 695	81 315	58 191	18 540
Entre Douro e Minho	37 575	26 878	6 448	2 901	1 348	29 148	18 875	8 076
Trás-os-Montes	16 354	10 447	3 978	1 638	291	10 042	5 107	4 603
Beira Litoral	27 731	21 925	3 456	1 711	639	23 055	9 309	3 501
Beira Interior	14 395	10 193	2 365	1 395	442	8 714	8 325	1 386
Ribatejo e Oeste	12 360	5 318	2 687	2 682	1 673	6 744	6 573	541
Alentejo	7 104	2 023	1 465	1 754	1 862	2 495	4 962	343
Algarve	5 686	2 665	1 595	986	440	1 117	5 040	90
RA Açores	0						1	
RA Madeira	12 923	9 732	2 724	424	43	8 673	10 018	192

de grande dimensão económica, o que representa 29% do total nacional, 53% do total da superfície de grande dimensão económica irrigável e 79% da sua área irrigável.

A nível regional, a superfície irrigável concentra-se, em regra, nas terras aráveis em cultura principal, nas regiões de Entre Douro e Minho (61%), Beira Litoral (76%) e Ribatejo e Oeste

Gráfico 36 – Superfície e explorações irrigáveis por tipo de utilização das terras em 2019



(72%). No Alentejo (65%) e Algarve (87%), essa concentração dá-se sobretudo nas culturas permanentes.

A diminuição da superfície irrigável em termos globais resulta de uma redução acentuada nas regiões marcadas pelas explorações familiares de pequena dimensão, onde predominavam regadios tradicionais. No entanto, essa quebra é atenuada pelo aumento de superfície irrigável no Alentejo, decorrente, em larga escala, da entrada em funcionamento do Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva. A concretização deste projeto permitiu o aparecimento de novos regadios modernos e estruturados. Efetivamente, a coexistência de alguma dimensão fundiária e acesso à terra, de capacidade empresarial e financeira, e de disponibilidade de água para irrigação levou ao aparecimento de explorações com elevado potencial produtivo, com sistemas de produção modernos e tecnologicamente diferenciados, onde o regadio é mais eficaz.

A análise de um período mais recente, 2009 a 2019, mostra uma inversão da tendência de mais longo

Quadro 16 – Superfície irrigável, peso na SAU e variação 1989-2019 por região agrícola

Regiões agrícolas	Superfície irrigável		Peso na SAU	Variação 1989-2019
	(ha)	(%)	(%)	(%)
Portugal	630 517	100,0	15,9	-28,2
Continente	626 820	99,4	16,3	-28,1
Entre Douro e Minho	91 281	14,5	42,9	-59,5
Trás-os-Montes	42 658	6,8	9,5	-57,3
Beira Litoral	55 615	8,8	42,8	-61,3
Beira Interior	55 897	8,9	14,3	-50,4
Ribatejo e Oeste	126 084	20,0	30,8	-11,6
Alentejo	232 627	36,9	10,8	106,3
Algarve	22 658	3,6	22,5	-33,8
RA Açores				
RA Madeira	3 697	0,6	80,3	-39,4

prazo. A superfície irrigável apresenta um aumento (16,6%), mas as variações dos vários tipos de superfície irrigável continuam a mostrar o mesmo padrão, ou seja, uma diminuição nas regiões marcadas pelas explorações familiares de pequena dimensão, e principalmente na terra arável, e um aumento considerável no Alentejo, associado a culturas permanentes. Esta tendência é também verificada na proporção de superfície irrigável na SAU, que passou de 14,7% em 2009 para 15,9% em 2019 (Figura 12).

Gráfico 37 – Proporção da superfície irrigável na superfície agrícola utilizada (%)

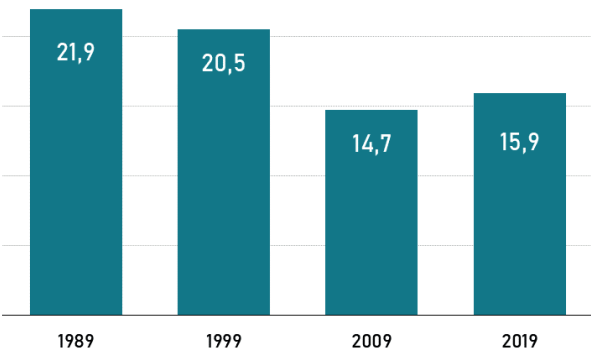


Gráfico 38 – Evolução em índice 100 = 1989 da superfície irrigável em Portugal no período 1989-2019

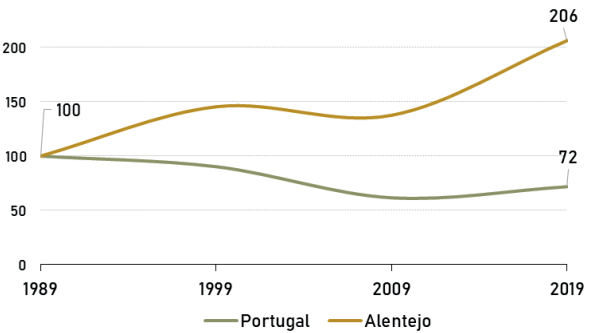
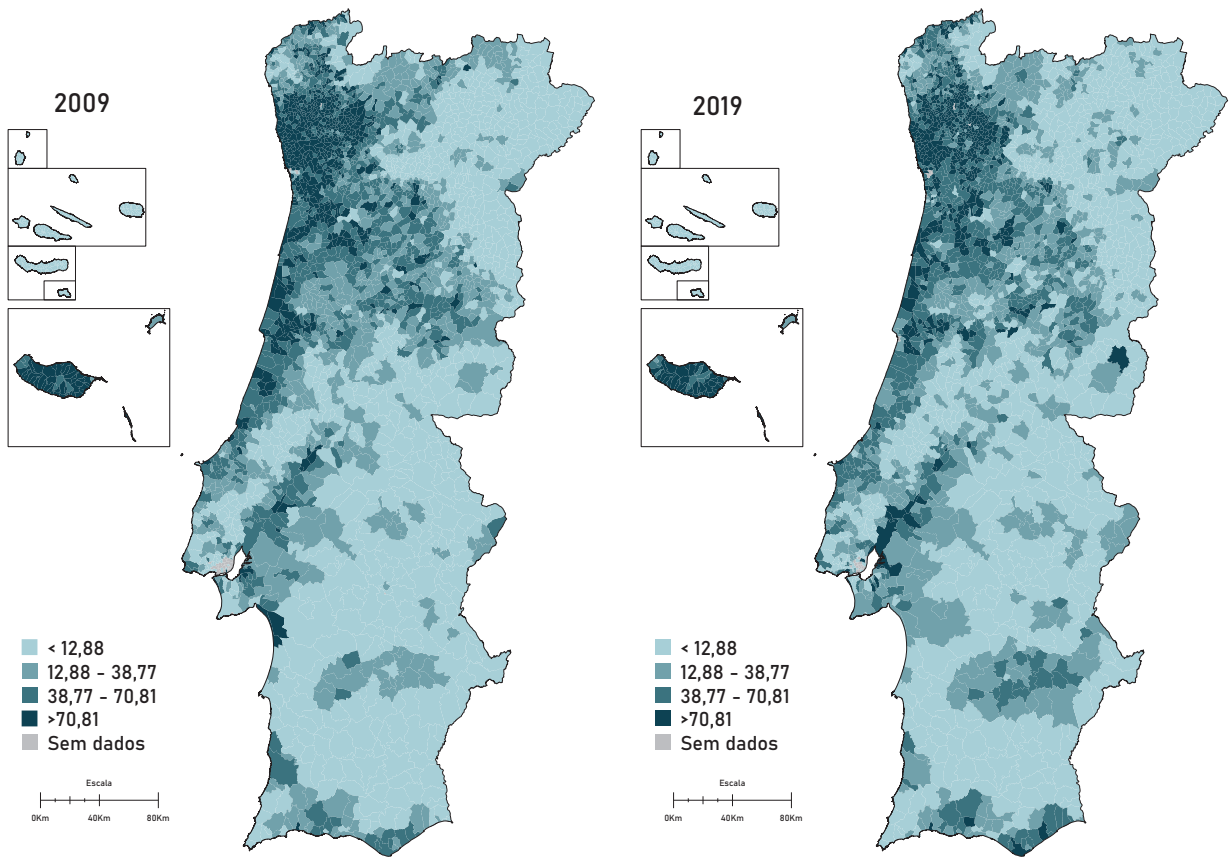


Figura 12 – Proporção da superfície irrigável (%) na superfície agrícola utilizada em 2009 e 2019

8. Efetivo animal

O efetivo animal, aqui mensurado em Cabeças Normais³ (CN), de acordo com o recenseamento de 2019 aponta para um total de 2 426 538 CN, o que significa uma proporção de 0,6 CN por hectare de SAU. Nos últimos quatro recenseamentos, o valor foi sempre oscilante entre 2,13 e 2,47 milhões e a variação no país entre 1989 e 2019 foi de 5%, com o decréscimo mais acentuado a ocorrer no Algarve (-70%), seguido de Entre Douro e Minho (-40%), e o maior crescimento a verificar-se no Alentejo (61%), seguido da RAA (38%), regiões com tradição na produção animal, nomeadamente com bovinos de leite e de carne. As regiões do Alentejo (bovinos) e do Ribatejo e Oeste (aves e suínos) têm mais de 54% do total de

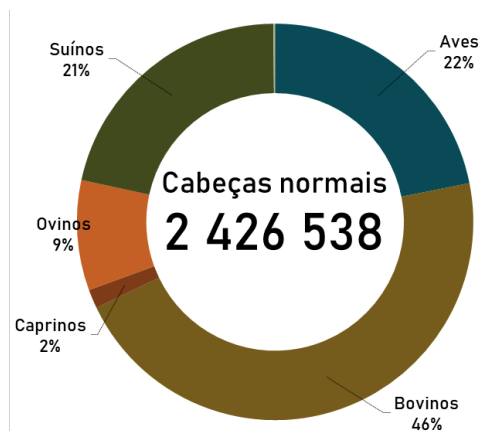
Cabeças Normais, com 29% e 25%, respetivamente. No extremo oposto, encontram-se o Algarve e a RAM, que em conjunto apenas reúnem 1%.

Cerca de 46% do total de CN diz respeito a bovinos, com o Alentejo a representar mais de 41% da espécie. Representando 22% do total, as aves são a segunda espécie com maior representatividade, com as regiões agrárias da Beira Litoral e do Ribatejo e Oeste a totalizarem 87% desta espécie. Esta última região possui ainda cerca de metade dos suínos do país, que representam 21% do total de CN. O conjunto de ovinos e caprinos representa 11% do total de Cabeças Normais, tendo no Alentejo a região que concentra maior número de animais destas espécies, cerca de 48%.

³ A cabeça normal (CN) é uma unidade de referência que facilita a agregação de animais de várias espécies e idades, de acordo com uma convenção, através da utilização de coeficientes específicos estabelecidos inicialmente com base nas necessidades nutricionais ou alimentares de cada tipo de animal (Eurostat), em que um animal adulto da espécie bovina corresponde a 1 CN.

Quadro 17 – Cabeças Normais (CN) por espécie e região agrária em 2019

	Cabeças normais (CN)			Cabeças normais por espécie animal					
	TOTAL	CN por SAU (CN/ha)	Varição 1989-2019	Aves	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Súinos	Coelhos
Portugal	2 426 538	0,6	5,0	530 563	1 116 399	37 234	218 202	520 759	3 381
Continente	2 191 634	0,6	2,8	520 613	906 929	35 946	217 175	507 671	3 300
Entre Douro e Minho	231 585	1,1	-39,7	24 963	180 991	4 578	9 007	11 041	1 005
Trás-os-Montes	88 018	0,2	-33,5	9 693	41 409	4 861	23 638	7 562	855
Beira Litoral	414 773	3,2	-5,5	236 693	50 626	5 568	11 831	109 258	797
Beira Interior	128 893	0,3	-1,1	19 392	59 965	5 835	34 634	8 806	261
Ribatejo e Oeste	611 278	1,5	8,7	225 270	104 359	5 106	20 082	56 139	322
Alentejo	701 418	0,3	60,7	4 055	462 997	8 562	13 957	111 799	48
Algarve	15 671	0,2	-66,9	547	6 583	1 437	4 027	3 066	11
RA Açores	224 962	1,9	38,4	4 691	206 787	770	568	12 121	25
RA Madeira	9 940	2,2	-41,1	5 258	2 683	518	458	967	56

Gráfico 39 – Cabeças Normais em Portugal – 2019

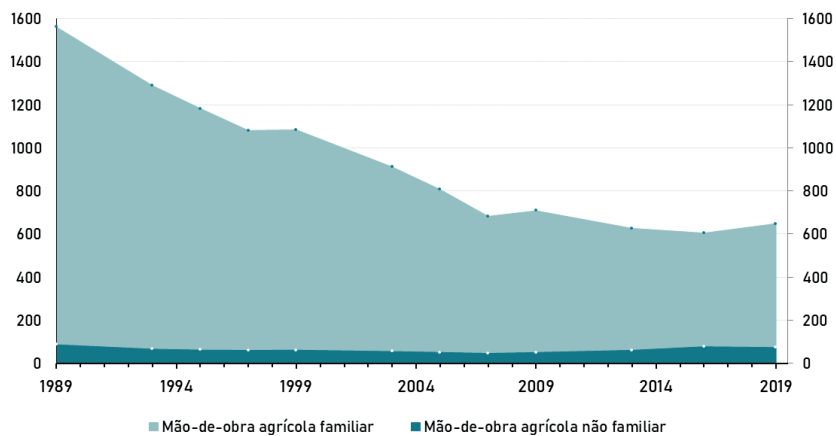
representando 11,3% do total em 2019 contra 5,5% em 1989.

O decréscimo da mão-de-obra agrícola, no período entre 1989 e 2019, traduziu-se numa quebra acentuada no peso desta relativamente ao total da população residente. Em 1989, a mão-de-obra agrícola representava 15,6% da população residente, um valor muito elevado quando comparado com outras economias mais desenvolvidas, baixando para apenas 6,3% em 2019 (Gráfico 42).

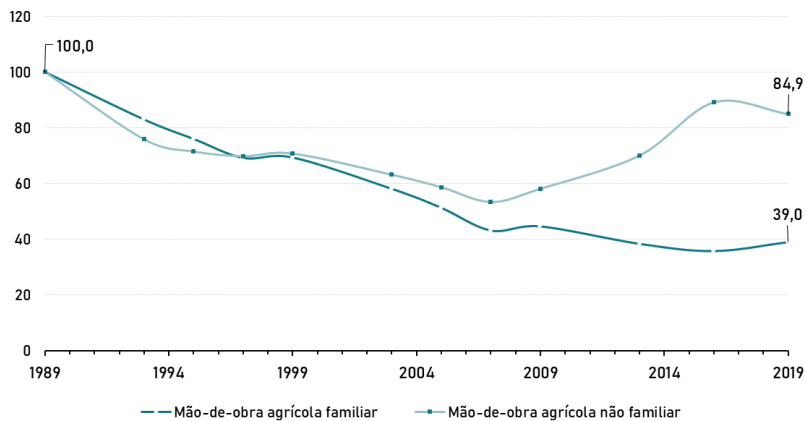
Assim, o próprio normal desenvolvimento socioeconómico dos territórios leva a que, naturalmente, uma proporção considerável das pessoas que desenvol-

9. Mão-de-obra agrícola e produtor agrícola

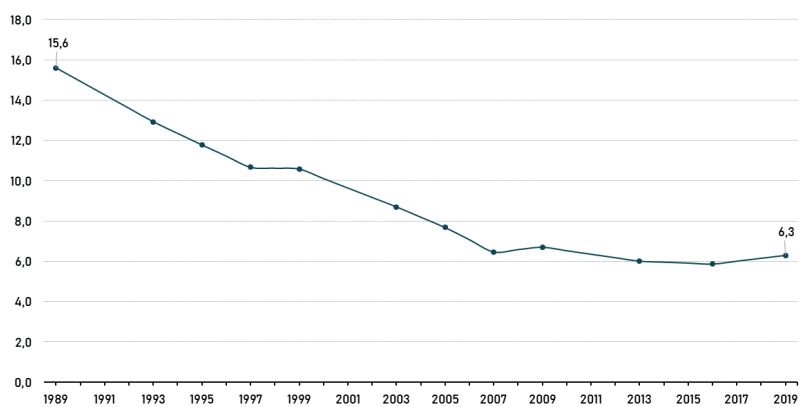
A mão-de-obra agrícola total perdeu cerca de 913 mil pessoas no período entre 1989 e 2019 (-58,5%). Este decréscimo do volume de mão-de-obra global que se tem verificado resulta essencialmente da redução da mão-de-obra familiar, que cai 61%. A mão-de-obra não familiar, ou assalariada, tendo apresentado um decréscimo acentuado até 2007, tem vindo a recuperar, e em 2019 era cerca de 85% da que existia em 1989,

Gráfico 40 – Evolução da mão-de-obra agrícola em Portugal – 1989-2019

Fonte: GPP, a partir de RA 1989 a 2019 e IEAA 1993 a 2016

Gráfico 41 – Evolução (em índice 100=1989) da mão-de-obra familiar e não familiar em Portugal 1989-2019

Fonte: GPP, a partir de RA 1989 a 2019 e IEAA 1993 a 2016

Gráfico 42 – Evolução do peso (%) do número de pessoas da mão-de-obra agrícola na população residente em Portugal 1989 a 2019

Fonte: GPP, a partir de RA 1989 a 2019 e IEAA 1993 a 2016, INE; Estimativas de População Residente, INE

viam atividade na agricultura saíam para outros setores com maior capacidade de atração, quer pelos melhores rendimentos, quer por melhores condições globais de trabalho e o desenvolvimento da atividade agrícola em Portugal com a mecanização e modernização tecnológica têm contribuído para uma redução substancial de necessidade de mão-de-obra.

Este efeito é demonstrado igualmente pelos níveis de produtividade do trabalho da agricultura em algumas regiões onde predominam as explorações de agricultura familiar de pequena dimensão. Estes níveis são muito pouco competitivos quando comparados com a média da economia e, por isso, têm muito pouca capacidade de assegurar rendimentos atrativos, sendo mais um fator para dificul-

tar os processos de sucessão destes pequenos produtores.

A importância do regime de trabalho da mão-de-obra agrícola total em tempo parcial apresenta um valor muito significativo, quer em 1989 (83%) quer em 2019 (84%). O mesmo não se verifica com a mão-de-obra agrícola não familiar, que no Recenseamento de 1989 se dividia em partes iguais pelos regimes parcial e completo, enquanto em 2019 os registos apontam para cerca de 2/3 em tempo completo.

A redução da mão-de-obra agrícola assalariada, já referida, apesar de ser menos significativa apresentou uma variação de -15,1% entre 1989 e 2019, que foi mais acentuada nos grupos etários mais jovens com -68,3% na faixa etária 15-24 anos e -33,2% na classe 25-34 anos. Nos grupos acima dos 45 anos, a variação, embora negativa, foi inferior à total e apenas foi positiva (4,0%) na faixa 35-44 anos. Esta variação negativa acentuada nas classes mais jovens teve reflexos na estrutura

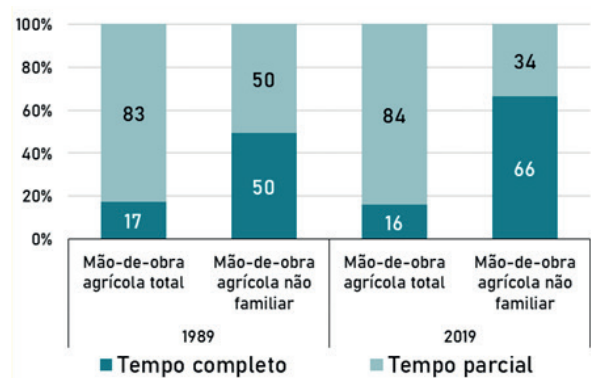
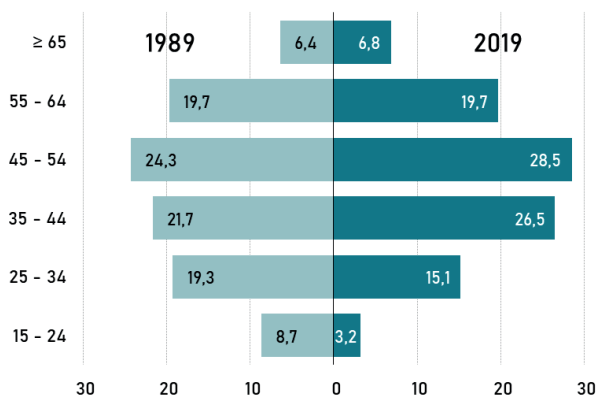
Gráfico 43 – Regime de duração de trabalho da mão-de-obra agrícola em 1989 e 2019 (%)

Gráfico 44 – Estrutura etária da mão-de-obra agrícola assalariada em 1989 e 2019 (%)

etária registada em 2019, em que se verificou um aumento do peso dos grupos etários acima dos 35 anos no total da mão-de-obra agrícola assalariada.

O volume de trabalho da mão-de-obra teve um decréscimo de -63% no período entre 1989 e 2019, passando de 850 mil UTA para 315 mil, quebra que foi mais acentuada na mão-de-obra agrícola familiar, com -70,3%, do que na não familiar, que registou -22,2%. A região do Alentejo foi a que teve menor descida (-30%), tendo inclusivamente conhecido uma subida de 3% no volume da mão-de-obra não familiar (o Algarve registou um acréscimo de 45%).

Relativamente ao produtor agrícola e comparativamente com 1989, o Recenseamento de 2019 apresenta menos 319,3 mil produtores singulares, o que significa uma variação de -53,8%, mais acentuada nos escalões etários abaixo dos 35 anos (acima de -80%) e menos significativa no escalão de ≥ 65 anos (16%) e que foi mais marcante no Norte Atlântico, Região de Leiria e Oeste. Assim, o RA contabiliza 274 248 produtores singulares, que representam 94,5% do total, dos quais se destacam as seguintes características, detalhadas mais à frente:

- Mais de 67% são Homens;
- A idade média do produtor singular é 64 anos, destacando-se o grupo etário ≥ 65 anos, que representa cerca de 53% do total;
- O nível escolar e a formação profissional são baixos;
- Cerca de 97% pensa manter a atividade agrícola e as principais razões de continuidade são o valor afetivo (49%) e o complemento ao rendimento (35%);
- A origem da fonte de rendimento do agregado doméstico de cerca de 85% dos produtores é exterior à exploração agrícola;

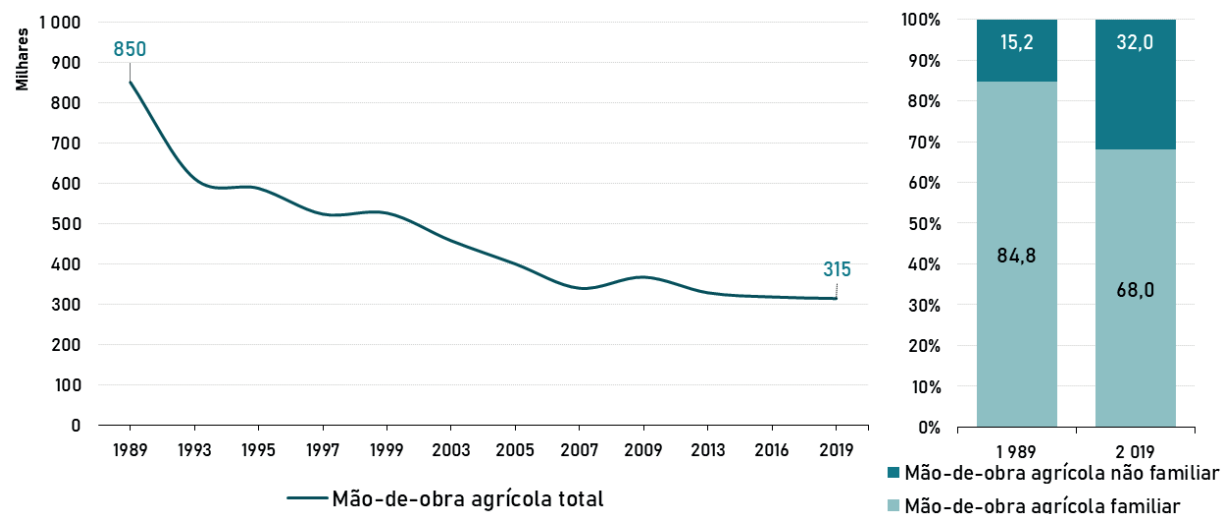
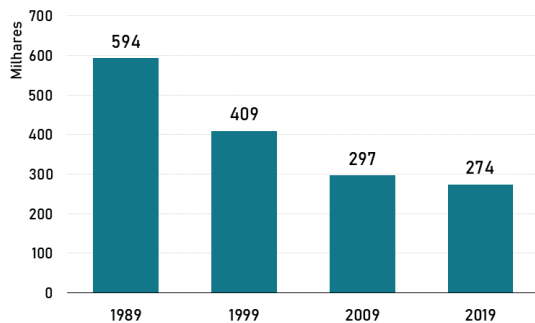
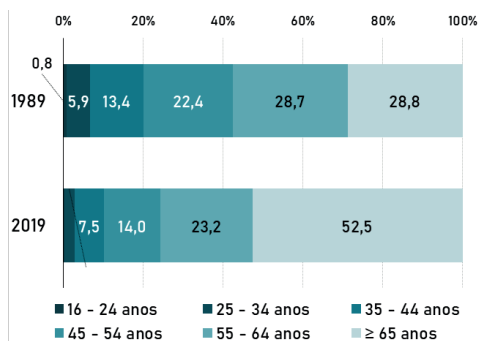
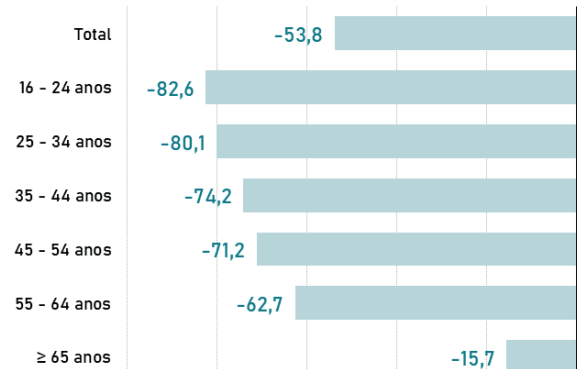
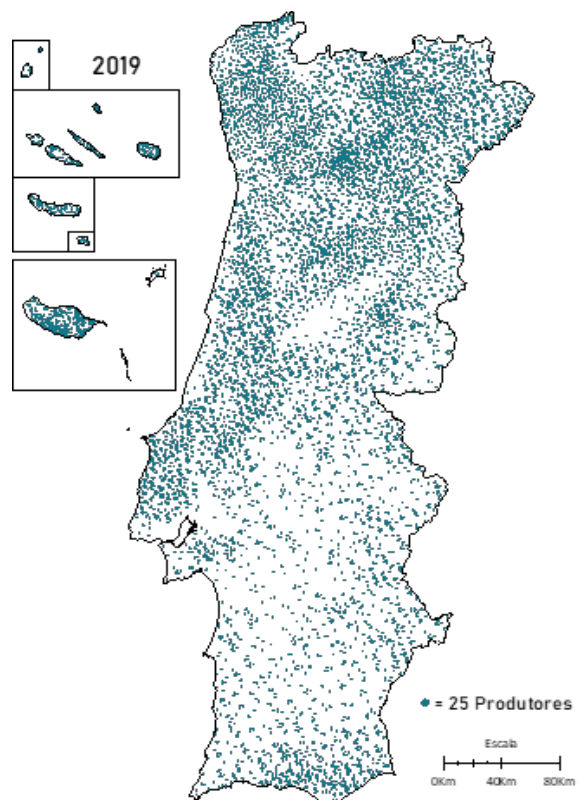
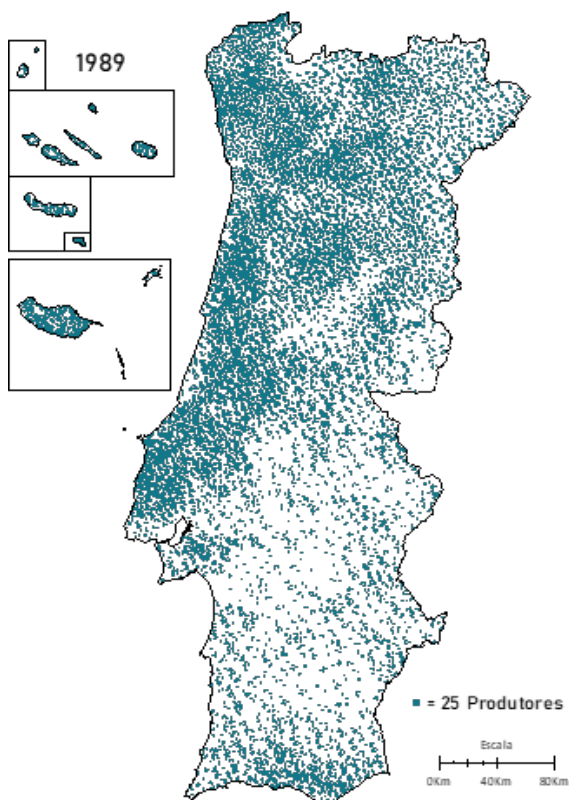
Gráfico 45 – Volume de trabalho da mão-de-obra agrícola no período 1989-2019 (UTA) e respetiva importância do tipo de mão-de-obra em 1989 e 2019 (%)

Gráfico 46 – Produtores agrícolas singulares no período 1989-2019

- Aproximadamente 92% dos produtores apresentam a atividade agropecuária como fonte de rendimento da exploração agrícola;
- Cerca de 98% dos produtores singulares são classificados como autónomos relativamente à natureza jurídica;
- Aproximadamente 80% dos produtores dá uma importância inferior a 50% aos subsídios.

Gráfico 47 – Produtores agrícolas em 1989 e 2019 por grupo etário (%)**Gráfico 48 – Variação 1989-2019 dos produtores agrícolas por grupo etário (%)****Figura 13 – Produtores agrícolas singulares por freguesia em 1989 e 2019**

Em 1989, os produtores singulares do sexo feminino representavam 15,4% do total e em 2019 cerca de 33%. Em termos regionais, apenas em Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e RAM têm uma representatividade acima da nacional com cerca de 41%, 36% e 45%, respetivamente. Apesar de se ter registado um decréscimo acentuado no número total de produtores, tal foi praticamente exclusivo do sexo masculino, já que estes representam 99,6% dessa quebra. No período de 1989 a 2019, a variação absoluta no número de mulheres produtoras agrícolas foi de apenas -1 280 (-1,4%).

Gráfico 49 – Importância dos produtores agrícolas do sexo feminino no período 1989-2019 (%)

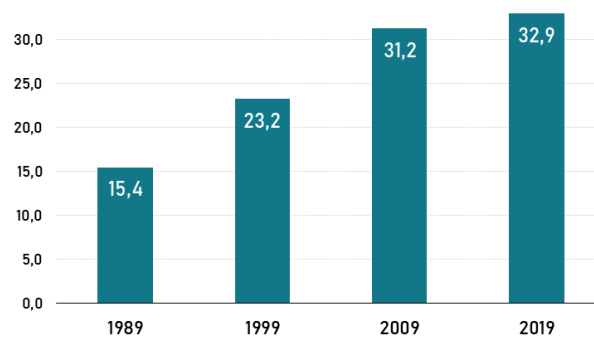


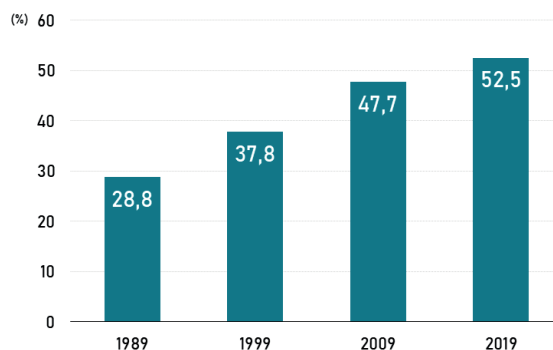
Gráfico 50 – Importância dos produtores agrícolas do sexo feminino por regiões agrárias em 2019 (%)



A idade média dos produtores agrícolas tem aumentado gradualmente. Em 1989, era de 56 anos, tendo passado para 59 anos em 1999, 63 anos em 2009 e para 64 anos em 2019. Neste último ano, o número de produtores com menos de 35 anos era de apenas 7 773 (6 609 no Continente) ou 2,8% do total (2,4% do total no continente). Em 2019, cerca de 53% dos produtores agrícolas em Portugal tinham mais de 64 anos, o que resulta num envelhecimento acentuado face a 1989, em que estes representavam apenas

29% do total. Em termos regionais, a RAA tem os produtores agrícolas mais jovens: 7% com menos de 35 anos e apenas 24% com mais de 64 anos. Nas restantes regiões agrárias, a percentagem de produtores agrícolas com mais de 64 anos varia entre 49% em Entre Douro e Minho e 63% no Algarve.

Gráfico 51 – Proporção dos produtores agrícolas com 65 e mais anos – 1989 a 2019 (%)



Em 2019, apenas 19% dos produtores detinham o ensino secundário ou superior, sendo que cerca de 70% apenas completaram o ensino básico e 11% não concluíram qualquer nível de instrução.

Relativamente à formação agrícola, apenas 2% dos produtores agrícolas têm formação agrícola completa (secundário ou superior agrícola) e 45% formação profissional, apresentando a maioria (53%) experiência exclusivamente prática. Entre 1999 e 2019, verificou-se uma evolução negativa dos produtores com experiência exclusivamente prática (-62,3%) e um crescimento bastante significativo do número de produtores com curso de formação profissional em atividades agrícolas (501,6%), o que se deveu às diversas ações de formação desenvolvidas por organizações do setor, pelo Estado e entidades privadas e em particular à obrigatoriedade de formação para o manuseamento de fitofármacos. Também a formação completa teve uma variação positiva face a 1999 de 70,1%.

Como referido, a ideia de manter a atividade agrícola tem-se revelado como algo uniforme ao longo do período entre 1989 e 2019. Cerca de 97% dos produtores não pensa abandonar a atividade. A principal razão evocada tem a ver com o "valor afetivo" (49%), seguida do "complemento ao rendimento familiar"

Gráfico 52 – Estrutura do nível de instrução dos produtores agrícolas em 2019 e variação face a 1989

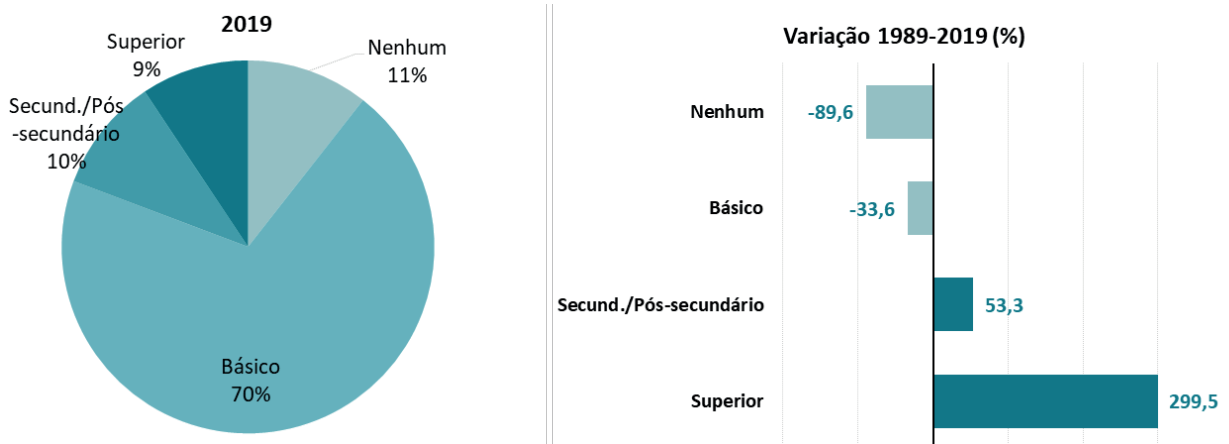
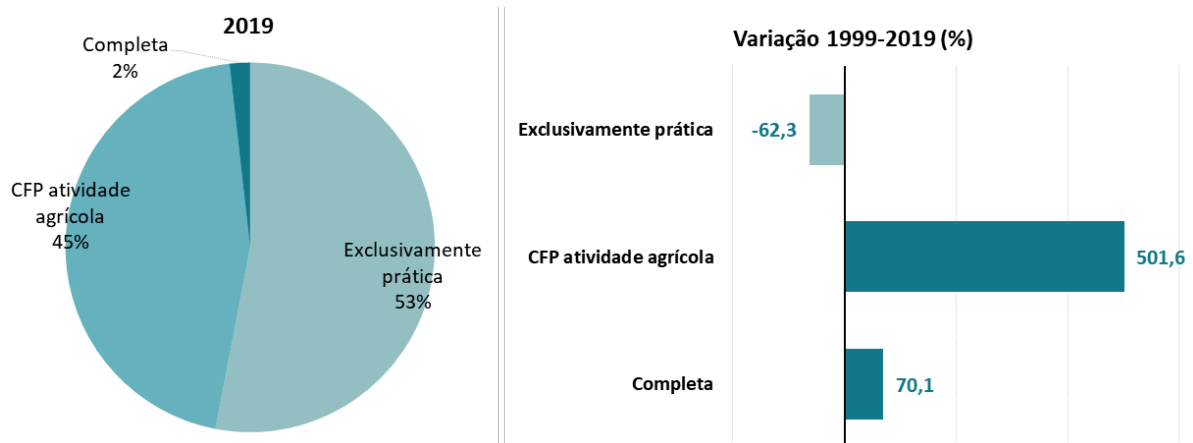


Gráfico 53 – Estrutura da formação agrícola dos produtores agrícolas em 2019 e variação face a 1999

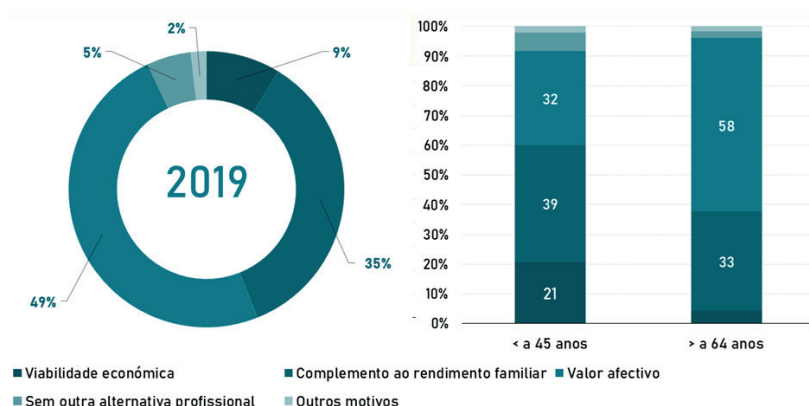


(35%). No conjunto dos grupos etários mais jovens (15 a 44 anos), a principal razão de continuidade é o "complemento ao rendimento familiar" (39%), enquanto no grupo com 65 ou mais anos é o "valor afetivo" (58%). Merece ainda particular destaque a

importância que a "viabilidade económica" tem nos jovens agricultores (21%).

A pluriatividade dos agricultores (acumulação da atividade agrícola com outras atividades remuneradas, quer nos setores industrial e de serviços quer no próprio setor agrícola) e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos rendimentos dos agregados familiares dos agricultores. Embora esta não especialização reflita um menor profissionalismo, contribui para a sustentabilidade das explorações de menor dimensão e para

Gráfico 54 – Razão de continuidade na atividade agrícola em 2019 (%)



a redução das dificuldades das famílias em situações de crise.

Diretamente relacionado com a pluriatividade, verifica-se o correspondente plurirrendimento que provém, quer das outras atividades remuneradas ou de remessas de emigrantes, quer de reformas e outros rendimentos sociais.

A dependência externa à exploração é evidente quando se considera a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular. O RA 2019 refere que a principal fonte de rendimento do agregado doméstico tem origem exterior à exploração para 85% dos produtores agrícolas e apenas 5% vive exclusivamente da atividade da exploração. Comparativamente com 1989, verifica-se uma alteração significativa na estrutura da fonte de rendimento do agregado doméstico, uma vez que cerca de 39% dos produtores tinham na atividade da exploração a sua fonte de rendimento contra apenas 15,4% em 2019, num total de 42,3 mil pessoas.

O rendimento proveniente da exploração agrícola resulta, em 2019, essencialmente de atividade agropecuária (92%), sendo em apenas 7% resultante de atividade florestal.

O Recenseamento de 2019 identifica 121,5 mil produtores com o rendimento principal proveniente de pensões e reformas, o que corresponde a mais de 44% do total de produtores singulares e a cerca de 52% do total de explorações cujo rendimento é principalmente de origem exterior à exploração.

Gráfico 55 – Fonte de rendimento do agregado doméstico (%) – 1989-2019

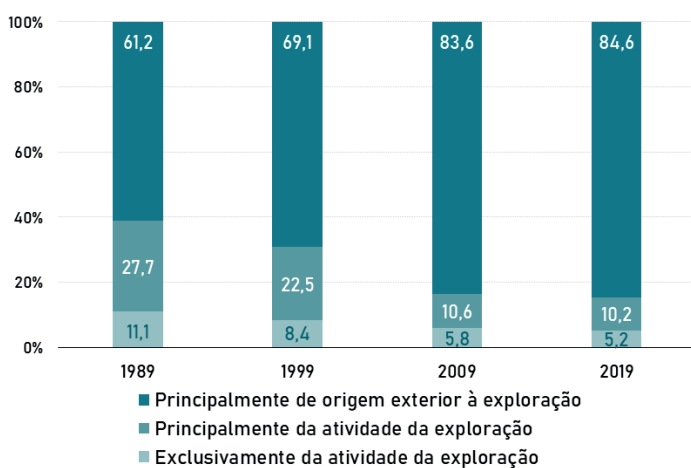
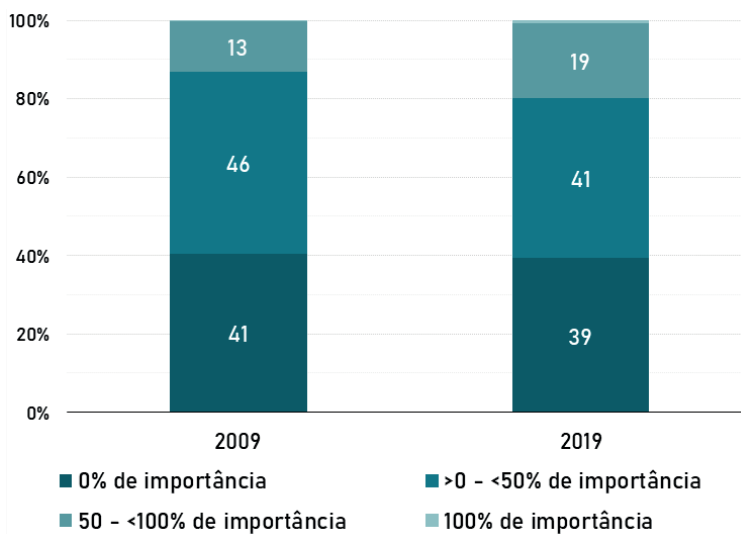


Gráfico 56 – Importância dos subsídios, ajudas ao rendimento (%) – 2009 e 2019



Verificou-se uma ligeira redução do peso dos produtores agrícolas singulares que não recebem qualquer tipo de ajuda/subsídio ao rendimento da exploração agrícola, bem como no de produtores que receberam ajudas/subsídios numa percentagem <50% ao rendimento total da exploração. Por sua vez verifica-se um aumento do peso de produtores singulares que recebem ajudas/subsídios \geq a 50% do rendimento da exploração agrícola.

10. Valor da Produção Padrão Total (VPPT)

O Valor da Produção Padrão Total⁴ em 2019 em Portugal foi de 6,76 mil milhões de euros, o que significou um aumento de 46% comparativamente ao valor de 1999, com um valor médio de 23,3 mil euros por exploração, 1,7 mil euros por hectare de SAU e 21,5 mil por UTA. A região do Alentejo foi a que apresentou o valor mais elevado, com cerca de 28% do total, bem

como a que possui o maior valor médio por exploração (cerca de 60 mil euros), embora a sua superfície seja a menos produtiva do país, gerando apenas 869 euros por hectare de SAU. Opostamente, a RA Madeira representa apenas 1,6% do VPPT e tem o valor médio por exploração mais baixo do país (7,9 mil euros), enquanto o seu valor médio por hectare de SAU ascende aos 23,2 mil euros, o que faz desta a região com o valor mais elevado por superfície agrícola.

Quadro 18 – Valor da Produção Padrão Total das explorações agrícolas por região agrária em 2019

	Valor da produção padrão total (€) das explorações agrícolas - VPPT					
	TOTAL (€)	(%)	Varição 1999-2019 (%)	VPPT médio por exploração	VPPT médio por hectare de SAU	VPPT médio por UTA
Portugal	6 758 366 616	100	46,3	23 286	1 705	21 489
Continente	6 227 247 159	92,1	47,4	23 407	1 622	21 236
Entre Douro e Minho	726 867 637	10,8	14,9	16 312	3 418	12 829
Trás-os-Montes	585 668 426	8,7	24,4	8 981	1 300	9 330
Beira Litoral	754 375 288	11,2	24,6	17 050	5 810	16 032
Beira Interior	377 879 959	5,6	36,8	11 241	965	13 945
Ribatejo e Oeste	1 545 821 072	22,9	39,7	44 825	3 779	37 024
Alentejo	1 863 438 500	27,6	94,1	59 858	869	42 176
Algarve	373 196 278	5,5	117,6	29 181	3 710	27 201
RA Açores	423 978 604	6,3	29,8	39 788	3 515	40 021
RA Madeira	107 140 853	1,6	53,4	7 916	23 269	10 034

Quadro 19 – Valor da Produção Padrão Total das explorações agrícolas por dimensão económica, Orientação Técnico-Económica e por região agrária em 2019

	Valor da produção padrão total (€) das explorações agrícolas - VPPT							
	TOTAL	Classe de dimensão económica				Orientação técnico-económica		
		MP - Muito pequenas (< 8000€)	P - Pequena (8000€ - < 25000€)	M - Média (25000€ - < 100000€)	G - Grande (≥ 100000€)	Explorações especializadas - produções vegetais	Explorações especializadas - produtos animais	Explorações mistas
Portugal	6 758 366 616	561 281 620	633 500 567	1 186 796 720	4 376 787 709	3 178 184 304	2 795 945 165	784 237 147
Continente	6 227 247 159	512 143 162	568 645 841	1 058 776 966	4 087 681 191	3 090 865 960	2 398 817 168	737 564 031
Entre Douro e Minho	726 867 637	100 097 828	100 891 378	146 523 985	379 354 445	244 035 848	393 623 402	89 208 386
Trás-os-Montes	585 668 426	142 069 372	59 011 426	174 958 961	109 628 667	397 716 560	93 508 439	94 443 427
Beira Litoral	754 375 288	88 283 025	57 544 964	106 234 904	502 312 395	191 430 116	490 026 216	72 918 956
Beira Interior	377 879 959	56 983 109	56 951 806	110 625 532	153 319 512	163 223 343	168 133 480	46 523 137
Ribatejo e Oeste	1 545 821 072	53 985 654	76 557 489	192 844 917	1 222 433 013	773 376 467	635 733 712	136 710 893
Alentejo	1 863 438 500	46 491 846	80 678 528	263 172 537	1 473 095 589	983 255 724	605 789 576	274 393 201
Algarve	373 196 278	24 232 328	37 010 250	64 416 130	247 537 570	337 827 903	12 002 343	23 366 031
RA Açores	423 978 604	15 340 399	28 723 937	110 061 403	269 852 865	28 704 663	384 644 277	10 629 664
RA Madeira	107 140 853	33 798 059	36 130 790	17 958 351	19 253 653	58 613 681	12 483 720	36 043 452

⁴ Ver Nota 2.

Praticamente dois terços do VPPT dizem respeito às explorações de grande dimensão económica (Gráfico 57), categoria para a qual o Ribatejo e Oeste e o Alentejo contribuem com 62% (40% do total de VPPT). As explorações de muito pequena e pequena dimensão económica representam em conjunto 17,7% do VPPT, com destaque para a região de Trás-os-Montes, a que tem mais explorações, mas de pequena dimensão económica e territorial.

Quase metade do VPPT (47%) tem origem nas explorações especializadas em produções vegetais, num total de 3,18 mil milhões de euros. As explorações especializadas em produtos animais têm também uma importância bastante relevante no VPPT, repre-

Gráfico 57 – Valor da Produção Padrão Total por classe de dimensão económica em 2019

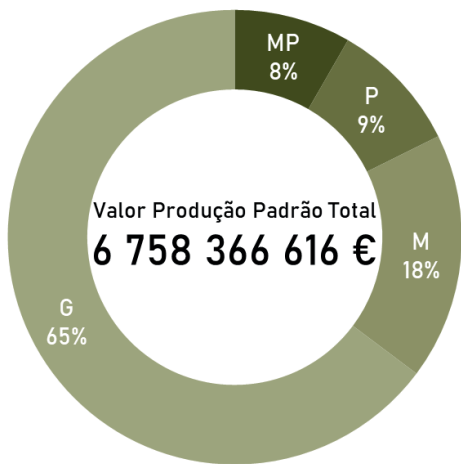
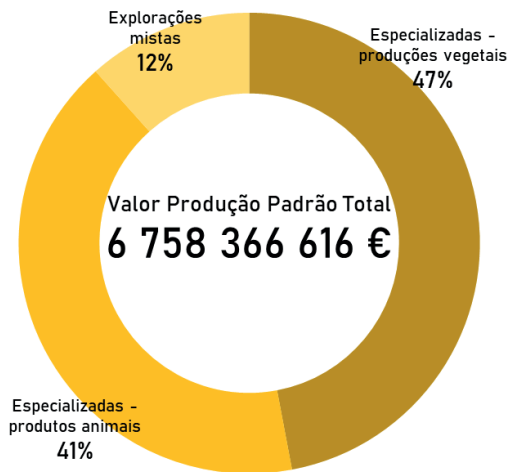


Gráfico 58 – Valor da Produção Padrão Total por Orientação Técnico-Económica em 2019



sentando 40% deste. Nestes dois agregados de Orientação Técnico-Económica, as regiões do Ribatejo e Oeste e do Alentejo são as mais importantes, representando 55% e 44%, respetivamente, em cada categoria. Também nas explorações mistas, classificação menos relevante, estas duas regiões são as mais representativas e, em conjunto, detêm 52% do VPPT dessas explorações.

11. Modo de Produção Biológico (MPB)

O Recenseamento de 2019 apresentou mais de 201 mil hectares em Modo de Produção Biológico (MPB), relativos a 3 823 explorações, o que significa um

Quadro 20 – Explorações e superfície em Modo de Produção Biológico

	N.º explorações	Superfície em produção (ha)	Superfície média (ha/exploração)	Superfície em conversão (ha)	N.º explorações	Superfície em produção (ha)	Superfície em conversão (ha)
	2019				Variação 2009-2019 (%)		
Portugal	3 823	201 018	52,6	8 906	206,8	120,0	18,1
Continente	3 607	200 400	55,6	8 704	211,8	120,0	15,5
Entre Douro e Minho	399	1 341	3,4	29	411,5	120,6	-29,3
Trás-os-Montes	1 109	16 962	15,3	995	214,2	185,0	-27,3
Beira Litoral	217	643	3,0	69	456,4	160,3	30,2
Beira Interior	682	42 619	62,5	1 617	127,3	86,1	-41,5
Ribatejo e Oeste	299	12 234	40,9	589	315,3	125,7	526,6
Alentejo	825	125 921	152,6	5 313	183,5	128,0	67,1
Algarve	76	680	8,9	92	216,7	-9,1	148,6
RA Açores	76	502	6,6	167	322,2	204,2	
RA Madeira	140	116	0,8	35	97,2	0,0	

crescimento de 120% da área face a 2009 e de 207% do número de explorações agrícolas. Comparativamente com o recenseamento anterior, a superfície média destas explorações teve um decréscimo significativo passando de 73,3 para 52,6 ha/exploração.

Na região agrária de Trás-os-Montes encontram-se 29% das explorações em MPB, embora apenas conte com 8,4% da superfície. O Alentejo contabiliza cerca de 63% da superfície em MPB e 22% das explorações, o que significa uma dimensão média quase três vezes superior à do país (152 ha/exploração).

Em conversão para MPB havia cerca de 8,9 mil hectares, mais 18% do que em 2009, dos quais 60% no Alentejo.

Nas culturas temporárias (13%), destacam-se os “Prados temporários e culturas forrageiras” que representam 9% da superfície em MPB, com especial incidência no Alentejo onde se encontra 75% desta superfície.

O “Olival” é a cultura permanente com maior representatividade na categoria, o que significa cerca de 10% no total da área MPB e encontra-se sobretudo no Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior.

Quadro 21 – Superfície e explorações em Modo de Produção Biológico por tipo de cultura e região agrária em 2019

	Culturas temporárias		Pousio		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	(ha)	(n.º)	(ha)	(n.º)	(ha)	(n.º)	(ha)	(n.º)
Portugal	25 578	1 318	1 366	228	36 876	920	138 563	1 038
Continente	25 496	1 206	1 365	220	36 756	2 751	138 148	1 001
Entre Douro e Minho	251	164	26	18	707	241	383	88
Trás-os-Montes	374	78	162	38	14 909	1 073	1 679	74
Beira Litoral	209	75	33	17	362	172	72	13
Beira Interior	4 860	264	217	67	6 482	510	31 276	326
Ribatejo e Oeste	1 820	181	144	42	1 099	190	9 315	19
Alentejo	17 727	410	749	34	12 775	512	95 419	479
Algarve	254	34	35	4	422	53	3	2
RA Açores	55	44			34	41	413	31
RA Madeira	27	68	1	8	86	128	3	6

As pastagens permanentes são o principal tipo de cultura em MPB, representando cerca de 68% do total desta superfície e tendo no Alentejo o seu expoente máximo, uma vez que os 95,4 mil hectares de pastagens neste modo de produção representam 76% da superfície em MPB na região, 69% do total das pastagens permanentes e 48% do total de área MPB do país.

Gráfico 59 – Superfície e explorações em Modo de Produção Biológico em 2009 e 2019

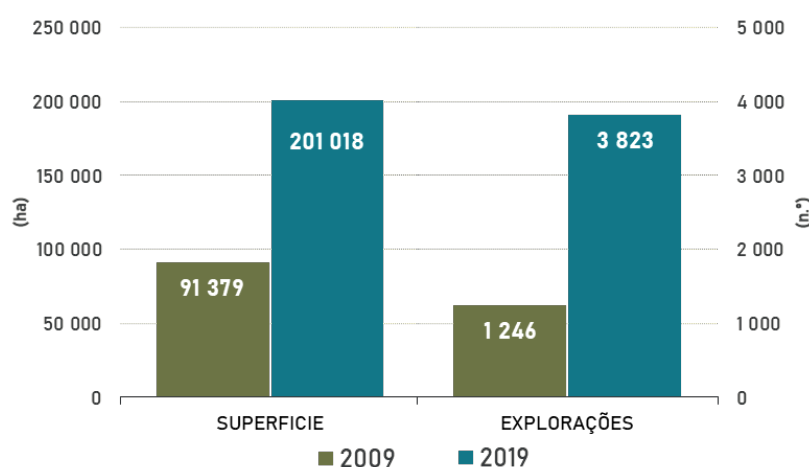


Gráfico 60 – Superfície em Modo de Produção Biológico por tipo de cultura em 2019

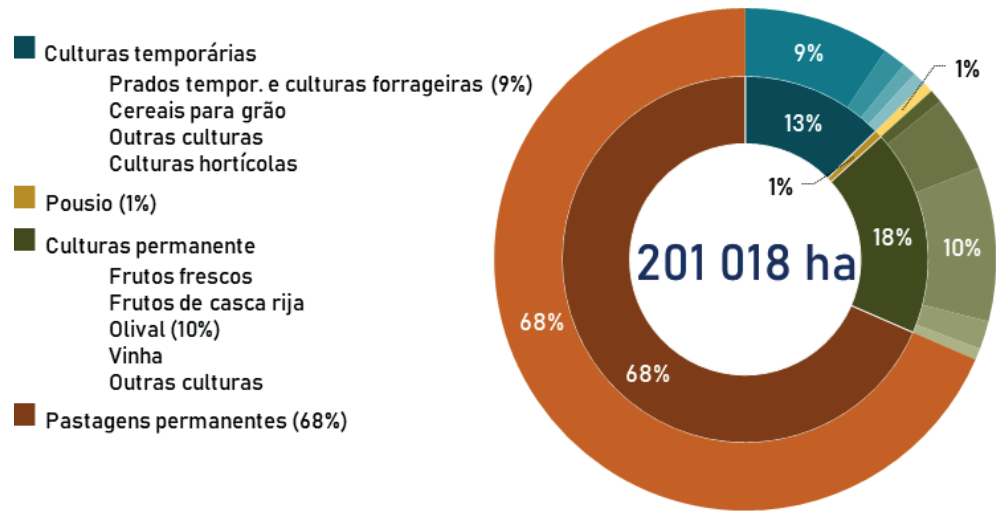


Figura 14 – Superfície em MPB por região agrária em 2019 (ha)

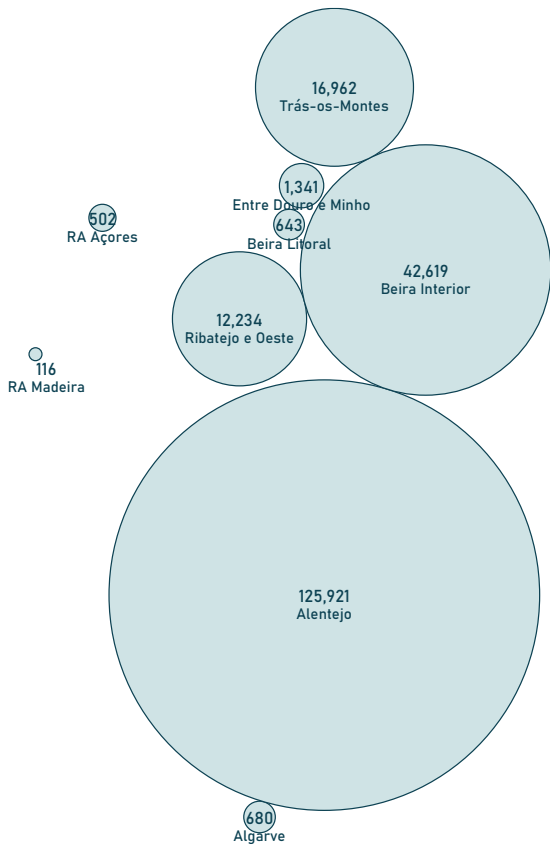
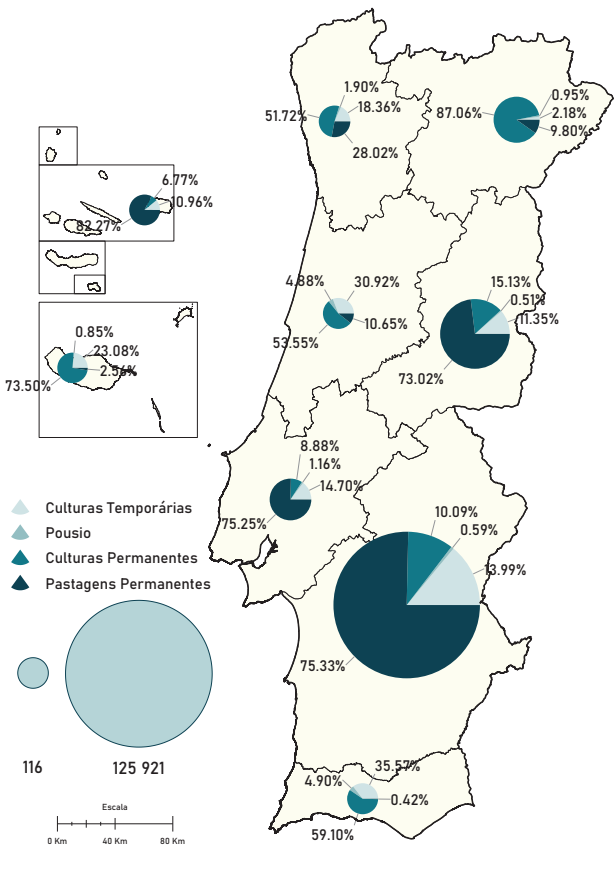


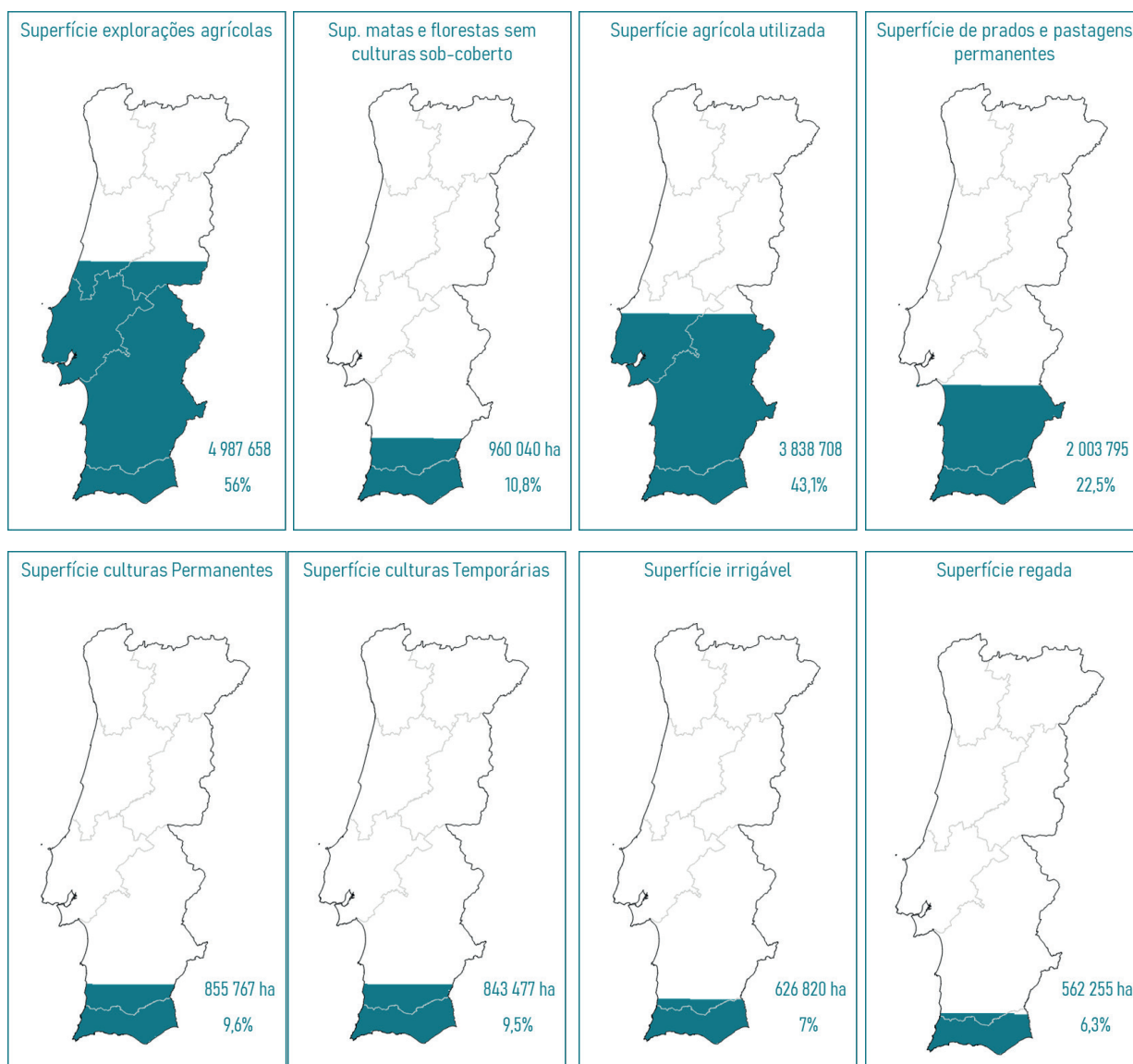
Figura 15 – Peso do tipo de cultura em MPB por região agrária em 2019 (%)



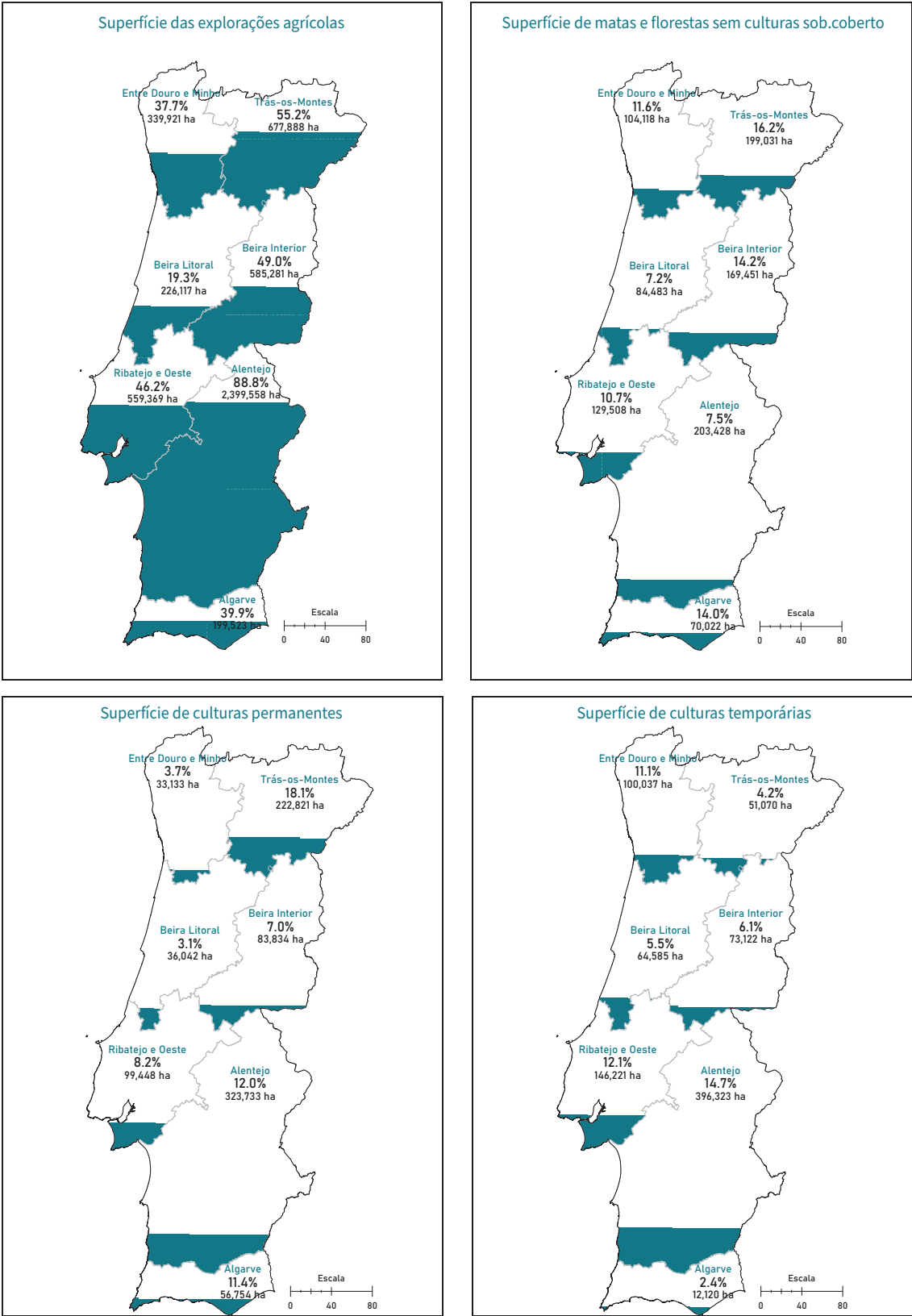
Anexo

Expressão territorial das superfícies geridas por explorações agrícolas

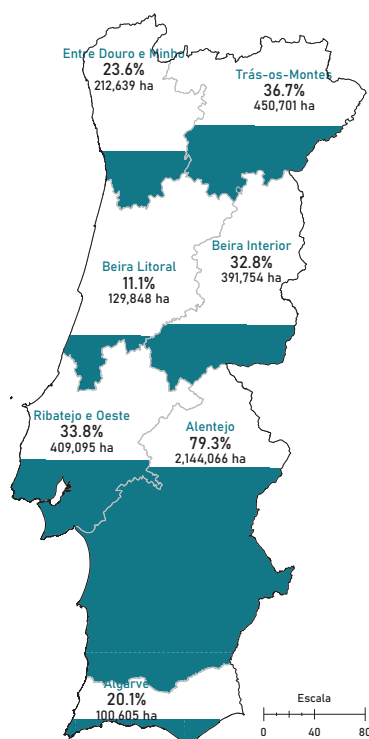
As figuras neste Anexo representam a expressão no território de Portugal Continental de cada tipo de superfície gerida por explorações agrícolas do Continente, apresentando a superfície total e o respetivo peso



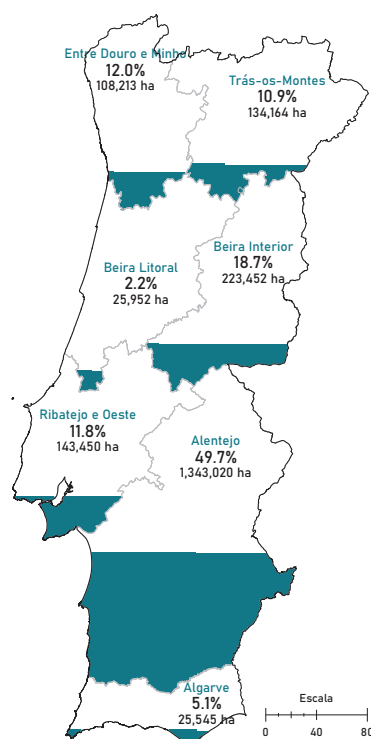
Expressão territorial das superfícies geridas por explorações agrícolas por região agrícola



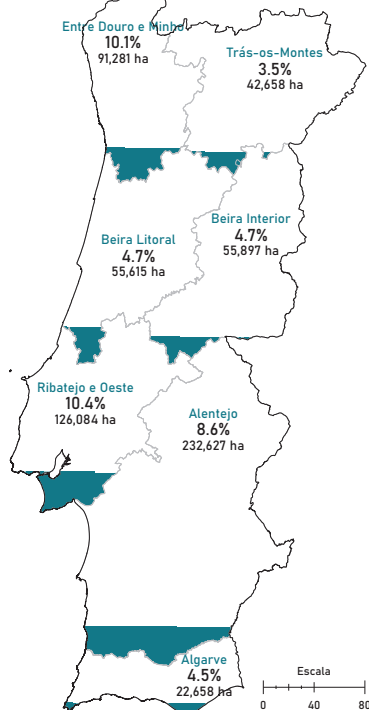
Superfície Agrícola Utilizada



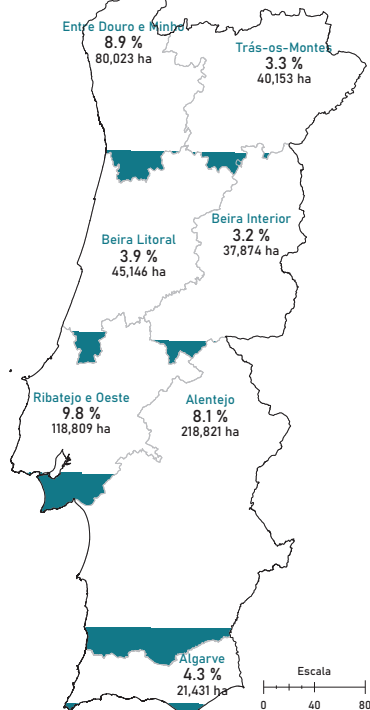
Superfície de pastagens



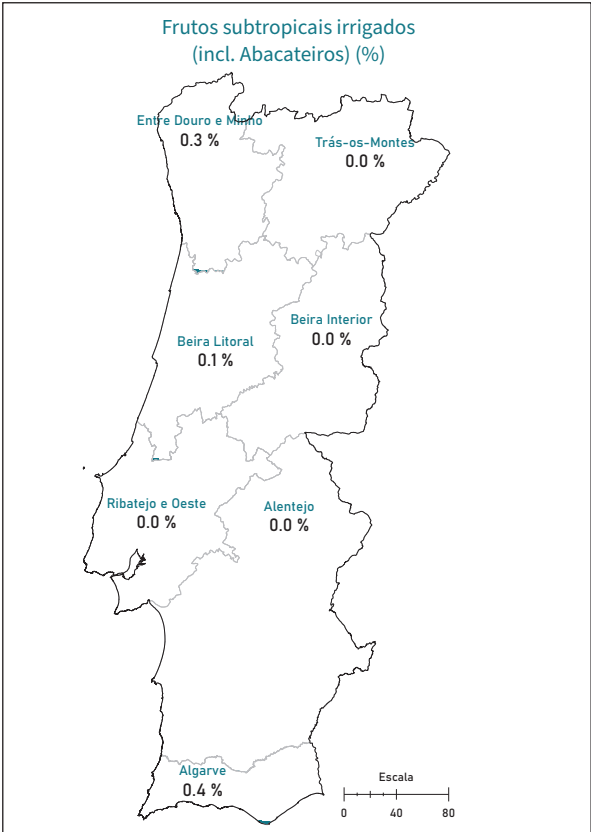
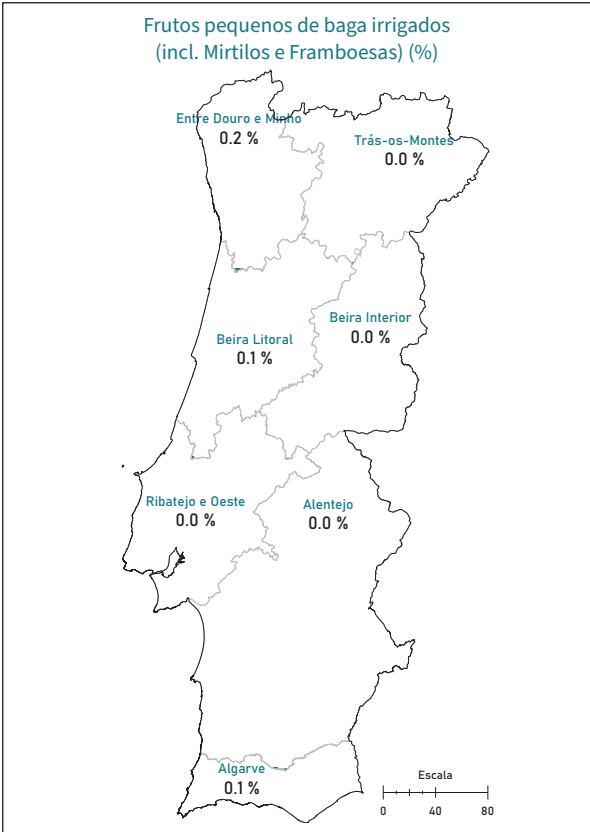
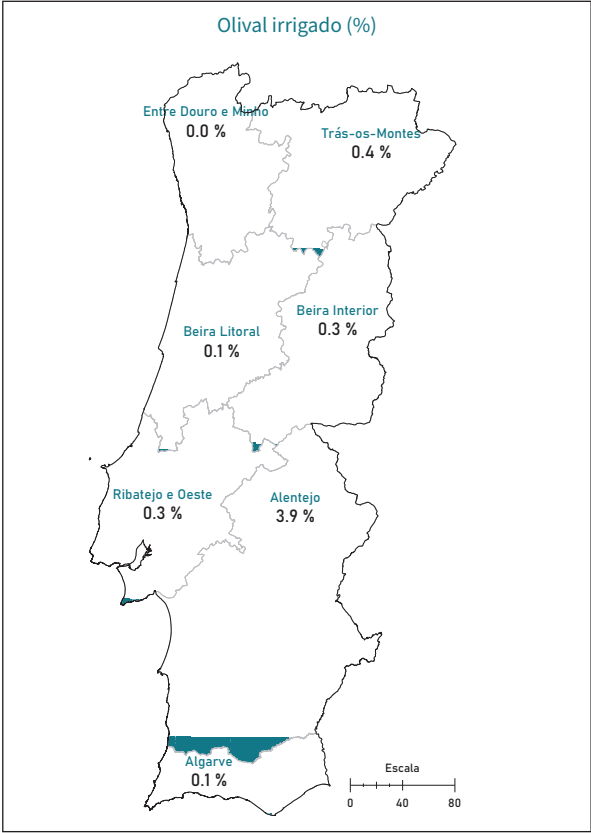
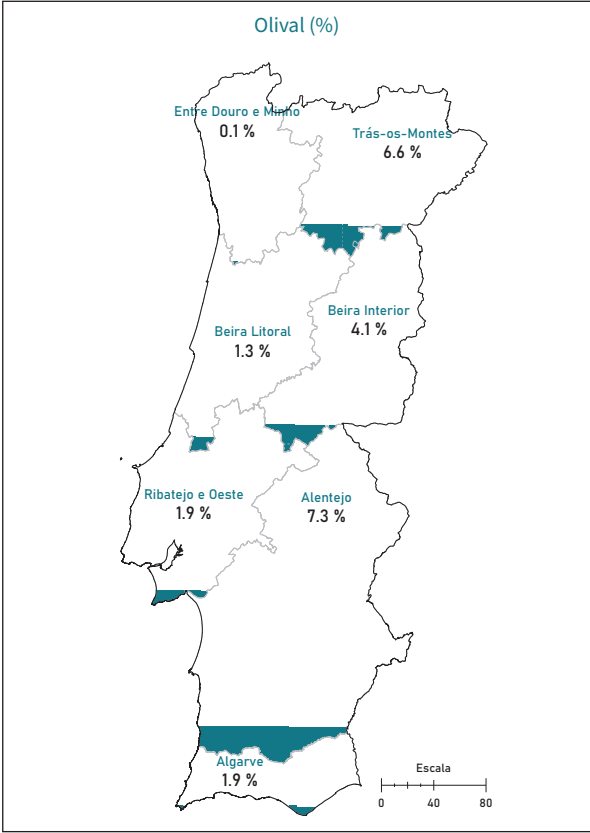
Superfície irrigável



Superfície regada



Expressão territorial de certos tipos de ocupação agrícola por região agrícola



Tipologia territorial de base agrícola – A estrutura das explorações agrícolas do RA 2019

LAURA FONSECA, RUI TRINDADE E RUI PEREIRA

Direção de Serviços de Estatística (DSE), Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Grande parte do território português é ocupado por agricultura e florestas, sendo estas atividades e as suas dinâmicas de grande importância na boa gestão deste recurso.

O Recenseamento Agrícola de 2019 (RA 2019) vem reforçar, uma vez mais, a ideia de que os agricultores, para além do seu papel essencial no abastecimento alimentar, são igualmente responsáveis pela gestão de uma grande parte do território. Com efeito, gerem diretamente cerca de 5,0 milhões de hectares de superfície (cerca de 56% do território), dos quais 3,8 milhões de hectares são de Superfície Agrícola Utilizada (SAU). Os dados do Recenseamento mostram também que as realidades locais, em particular os diferentes tipos de agricultura e a forma como cada um destes tipos se integra no território, são muito distintas.

No diagnóstico elaborado aquando da atualização do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), foi estabelecida uma tipologia territorial de base agrícola que tinha como objetivo distinguir diferentes tipos de integração estrutural no território deste setor, tendo por base indicadores estruturais do Recenseamento Agrícola de 2009, Cen-

sos da população de 2011 e a Carta de Ocupação do Solo de 2015 (COS 2015).

Na presente análise, procura-se atualizar esta tipologia territorial, recorrendo à informação estrutural atualizada do Recenseamento Agrícola de 2019, aos Censos da população de 2021 e à Carta de Ocupação do Solo de 2018 (COS 2018). A partir destas fontes, foi apurado, ao nível geográfico da freguesia, um conjunto de 35 indicadores organizados em três grupos temáticos consoante a sua natureza, nomeadamente indicadores económicos (13), indicadores sociais e humanos (12) e indicadores ambientais e de ocupação do território (10).

Este documento apresenta a cartografia de cada um desses 35 indicadores e das tipologias resultantes das classificações das freguesias através de uma análise de *clusters* (K-Means Cluster Analysis) que identifica grupos relativamente homogéneos de freguesias com base nos indicadores selecionados. Neste caso, foram criadas 4 tipologias, uma para cada grupo temático com 3 territórios cada, e uma última, global, com 5 territórios relativamente homogéneos para os quais é feita uma síntese descritiva que os caracteriza.

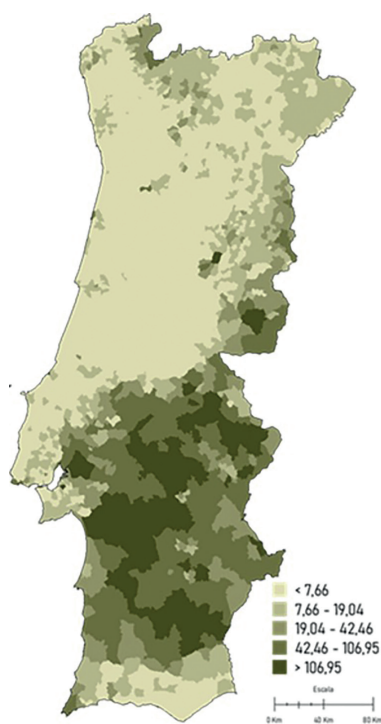
Matriz de indicadores

	IND	Indicadores	Nível geográfico mais detalhado	Fonte	Ano(s)
Económicos I	IND 1.1	Dimensão da propriedade (SAU média)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 1.2	Existência de explorações de grande dimensão (>100 000€)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 1.2a	Peso do VPP das explorações de grande dimensão (>100 000€)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 1.3	VPP/Exp (dimensão económica média)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 1.4	Peso da superfície irrigável	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 1.5	Peso da SAU ocupada por entidades ou pessoa coletiva (Sociedades, Baldio ou outras Cod 4+5+6)	Freguesia	INE, RA2019	2019
Sociais	IND 2.1	Peso da população residente com < 25anos	Freguesia	Censos da População	2021
	IND 2.2	Índice de envelhecimento da população >65 anos na população < 15	Freguesia	Censos da População	2021
	IND 2.3a	Peso da SAU gerida por produtores com mais de 65 anos no total da SAU	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.3b	Peso do número de explorações geridas por produtores com mais de 65 anos no total de explorações	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.4a	Peso da SAU gerida por produtores com menos de 40 anos no total da SAU	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.4b	Peso do número de explorações geridas por produtores com menos de 40 anos no total de explorações	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.5a	Peso da população agrícola familiar na população residente 2019	Freguesia	INE, RA2019; Censos da população	2019; 2021
	IND 2.5b	Evolução da população agrícola familiar 1999-2019 (Taxa de variação %)	Município	INE, RA2019	2019; 2021
	IND 2.6a	Peso do número de produtores cuja principal fonte de rendimento do agregado doméstico provém da atividade da exploração	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.6b	Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor no setor primário (Exploração e Salários set. primário)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.6c	Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor nos set. sec. e terc	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 2.6d	Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor em pensões e reformas	Freguesia	INE, RA2019	2019
Económicos II	IND 3.1	VPP/UTA (Proxy Produtividade do trabalho)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 3.2	VPP/ha (Proxy Produtividade da terra)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 3.3a	Intensidade do investimento apoiado no território (%)	Freguesia	AGPDR	2015-2017
	IND 3.3b	Dinâmica dos agentes no território (nº de projectos investimento em proporção do número de explorações agrícolas)	Freguesia	AGPDR; RA2019	2015-2017
	IND 3.3c	Peso do investimento apoiado da freguesia no Investimento apoiado do continente	Freguesia	AGPDR	2015-2017
	IND 3.4	Peso do número de explorações com mais de 20% do seu rendimento proveniente de OALE no total de explorações	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 3.5	Peso da SAU das explorações com mais de 20% do seu rendimento proveniente de OALE no total da SAU	Freguesia	INE, RA2019	2019
Ambiente e de Ocupação do Território	IND 4.1	Peso da SAU no território (%)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 4.2	Variação da SAU 1989/2019	Município	INE, RGA 1989 e RA2019	1989; 2019
	IND 4.3a	Peso da superfície extensiva (pastagens pobres, pousios e olival tradicional na SAU)	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 4.3b	Peso da superfície de sistemas agrícolas suporte de biodiversidade apoiados na SAU	Freguesia	IFAP, PU2021	2021
	IND 4.4a	Peso da superfície florestal estreme inserida nas explorações agrícolas no território	Freguesia	INE, RA2019	2019
	IND 4.4b	Peso da superfície agroflorestal no território (COS 2018)	Freguesia	DGT; COS2018	2019
	IND 4.5	Peso do eucaliptal e do pinhal no território	Freguesia	DGT; COS2018	2018
	IND 4.6	Peso da superfície de povoamentos florestais no território (Cod. COS -5)	Freguesia	DGT; COS2018	2018
	IND 4.7a	Peso no Continente da superfície de matos e pastagens espontâneas (Cod COS - 6.1.1.1+3.1.2.1)	Freguesia	DGT; COS2018	2018
	IND 4.7b	Peso da superfície de matos e pastagens espontâneas no território (Cod COS - 6.1.1.1+3.1.2.1)	Freguesia	DGT; COS2018	2018

Representação cartográfica dos indicadores

Económicos I

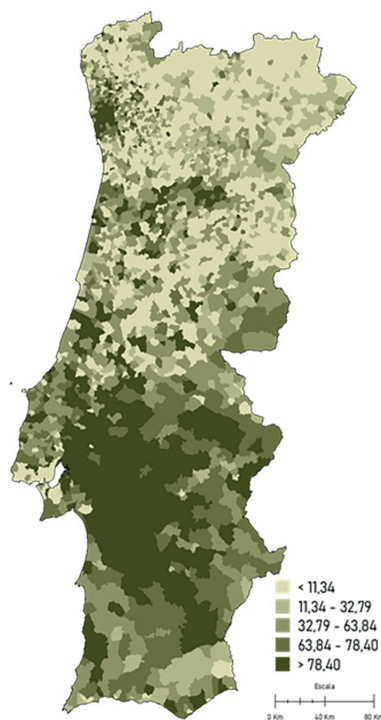
IND 1.1. Dimensão da propriedade (SAU Média)



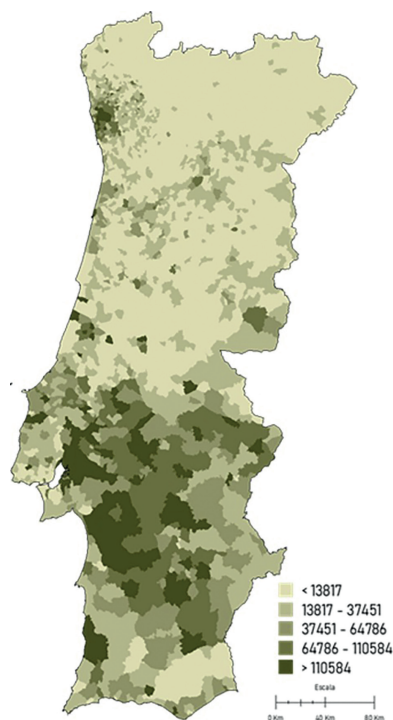
IND 1.2. Existência de explorações de grande dimensão (>100 000€)



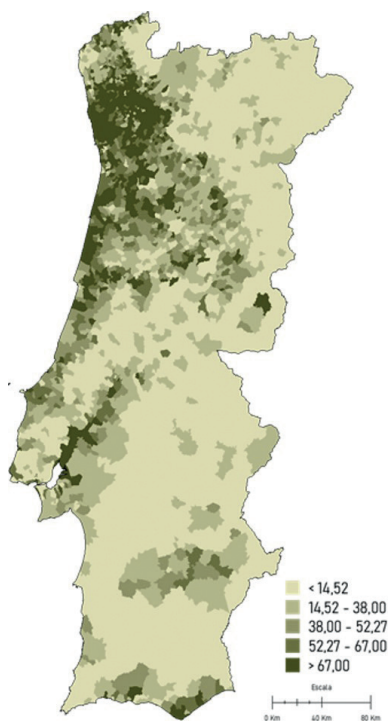
IND 1.2a. Peso do VPP das explorações de grande dimensão (>100 000€) (%)



IND 1.3. Dimensão económica média



IND 1.4. Peso da superfície irrigável (%)



IND 1.5. Peso da SAU ocupada por entidade ou pessoa coletiva (sociedade, baldio ou outras formas de natureza jurídica) (%)

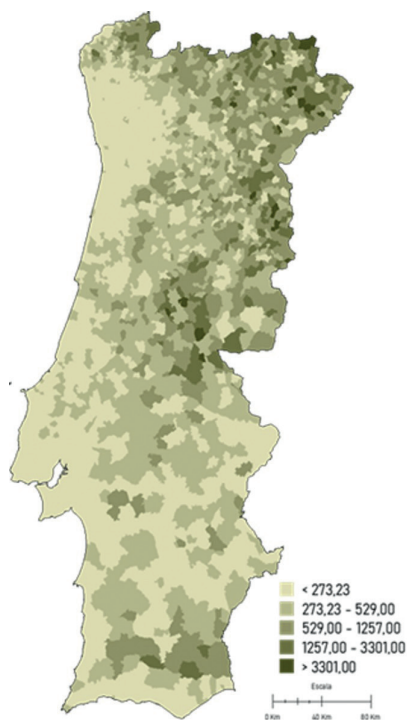


Indicadores Sociais

IND 2.1. Peso da população residente com menos de 25 Anos (%)



IND 2.2. Índice de envelhecimento da população com mais de 65 anos na população com menos de 15 anos



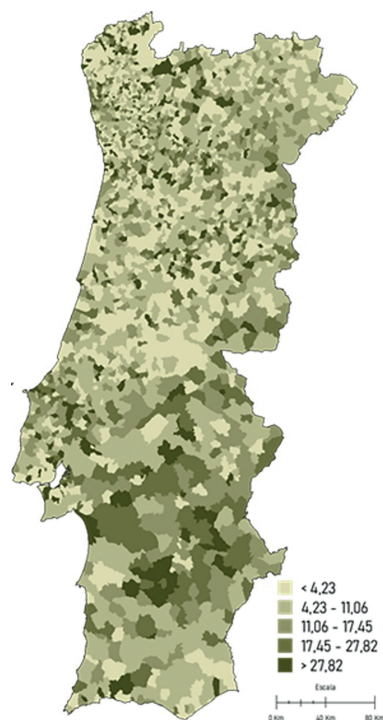
IND 2.3.a. Peso da SAU gerida por produtores com mais de 65 anos no total da SAU (%)



IND 2.3.b. Peso do número de explorações geridas por produtores com mais de 65 anos no total de explorações (%)



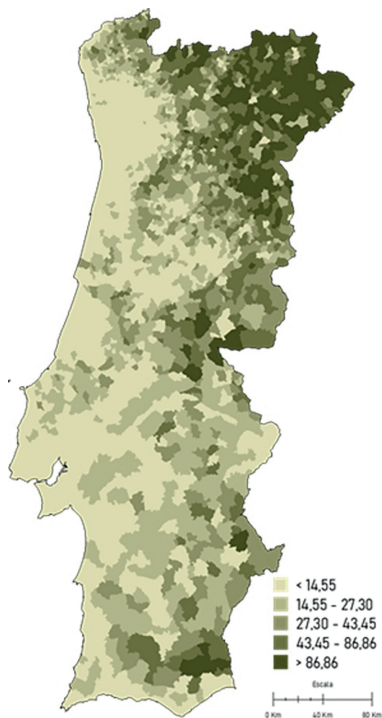
IND 2.4.a. Peso da SAU gerida por produtores com menos de 40 anos no total da SAU (%)



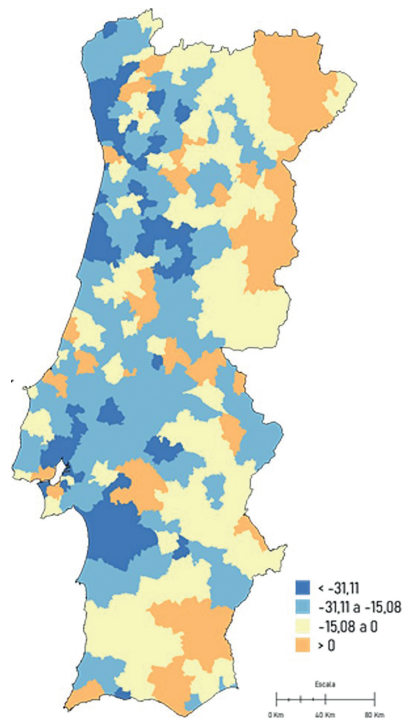
IND 2.4.b. Peso do número de explorações geridas por produtores com menos de 40 anos no total das explorações (%)



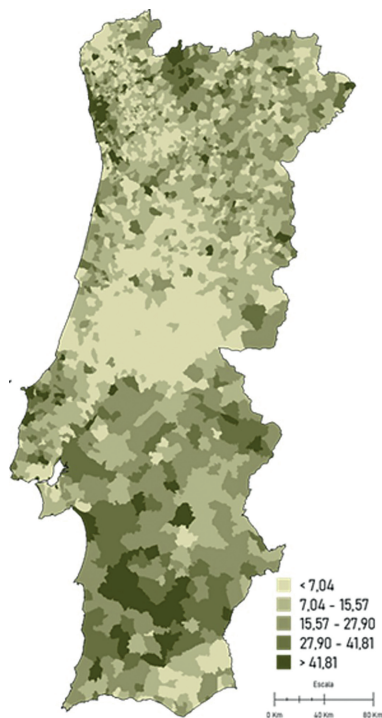
IND 2.5.a. Peso da população agrícola familiar na população residente em 2019 (%)



IND 2.5.b. Evolução da população agrícola familiar 1999-2019 (taxa de variação - %)



IND 2.6.a. Peso do número de produtores cuja principal fonte de rendimento do agregado doméstico provém da atividade de exploração (%)



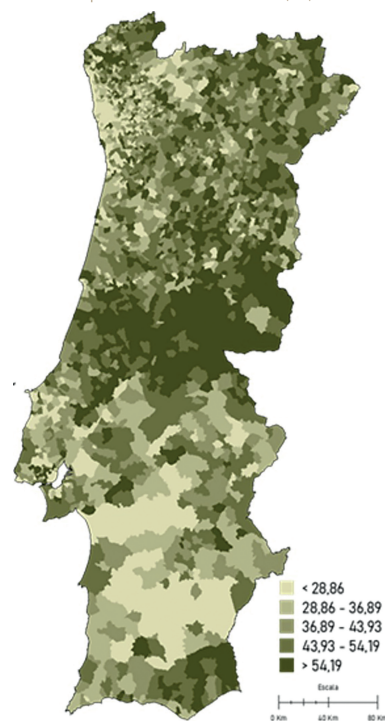
IND 2.6.b. Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor no setor primário (%)



IND 2.6.c. Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor nos setores secundário e terciário (%)



IND 2.6.d. Peso do número de explorações com principal origem do rendimento do agregado familiar do produtor em pensões e reformas (%)

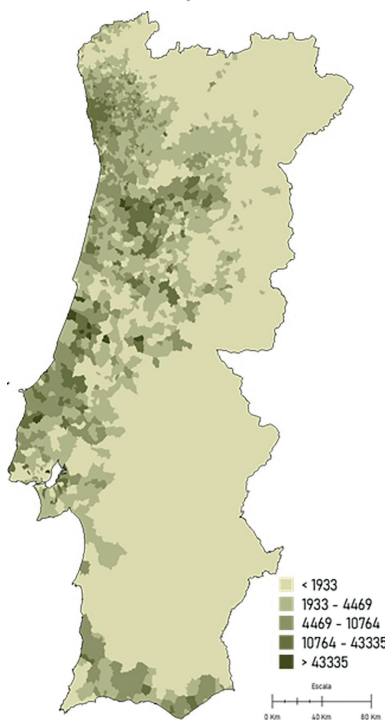


Indicadores Económicos II

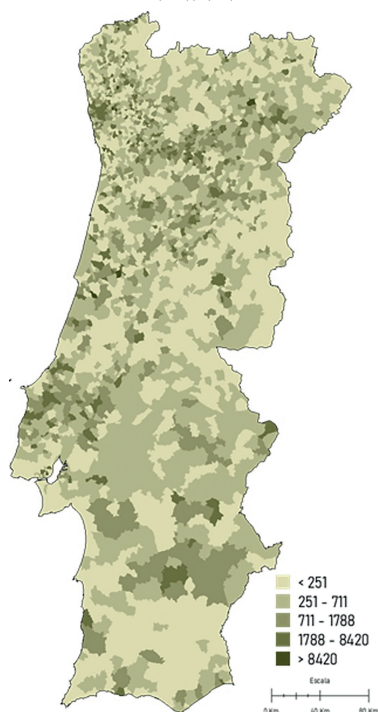
IND 3.1. VPP/UTA (Proxy Produtividade do Trabalho)



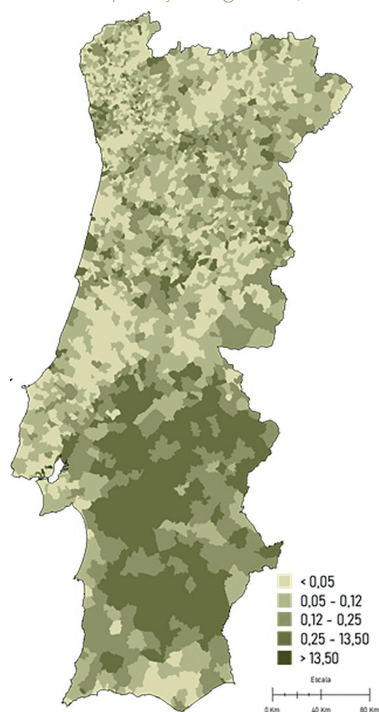
IND 3.2. VPP/ha (Proxy Produtividade da terra)



IND 3.3.a. Intensidade do investimento apoiado no território
(investimentos (€) em proporção da área da freguesia
(ha)) (%)



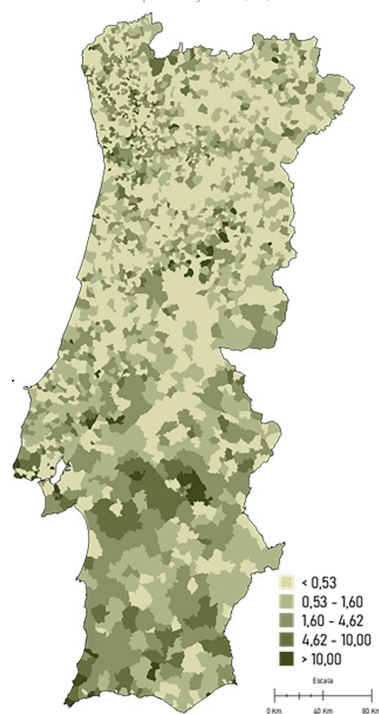
IND 3.3.b. Dinâmica dos agentes no território (número
de projetos de investimento em proporção do número de
explorações agrícolas)



IND 3.3.c. Peso do investimento apoiado da freguesia no
investimento apoiado do continente (%)



IND 3.4. Peso do número de explorações com mais de
20% do seu rendimento proveniente de OALE¹ no total de
explorações (%)



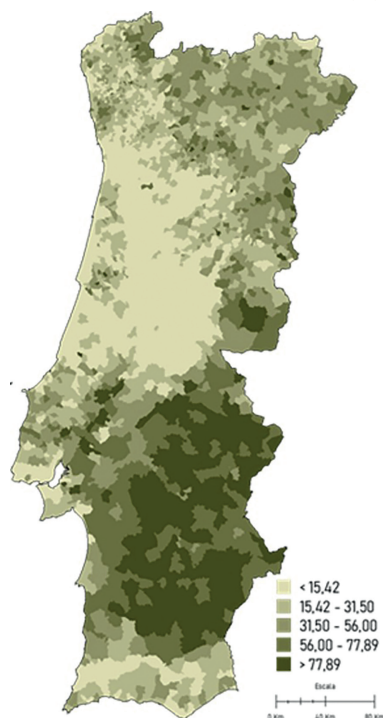
¹ OALE - Outras Atividades Lucrativas da Exploração – Outras atividade desenvolvidas no âmbito da exploração agrícola mas que não são agricultura (ex.: artesanato, agroturismo).

IND 3.5. Peso da SAU das explorações com mais de 20% do seu rendimento proveniente de OALE no Total da SAU (%)

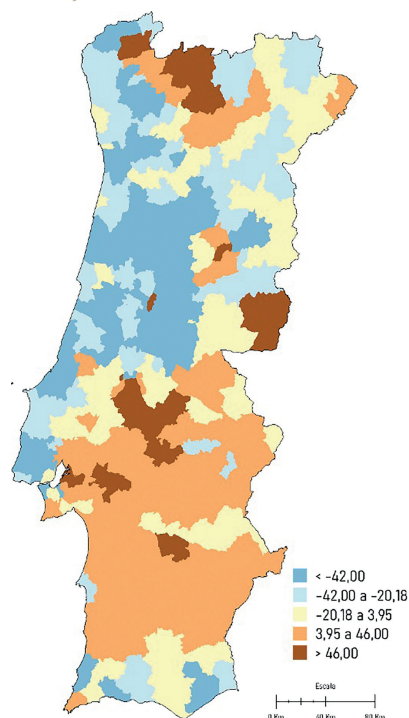


Indicadores Ambientais e de Ocupação do Território

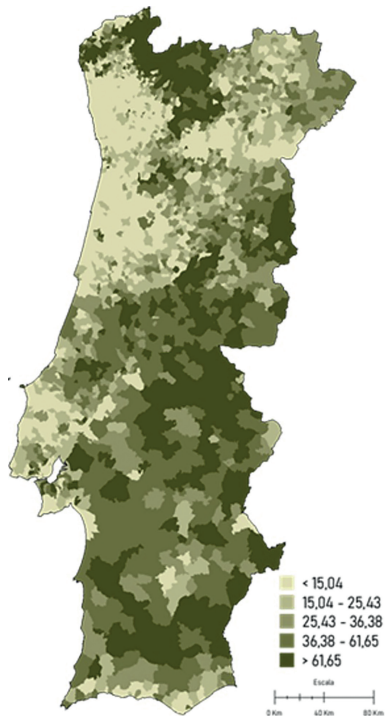
IND 4.1. Peso da SAU no território (%)



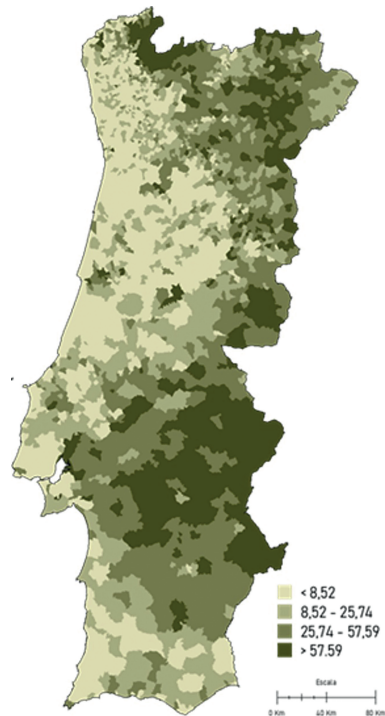
IND 4.2. Variação da SAU 1989/2019 (taxa de variação - %)



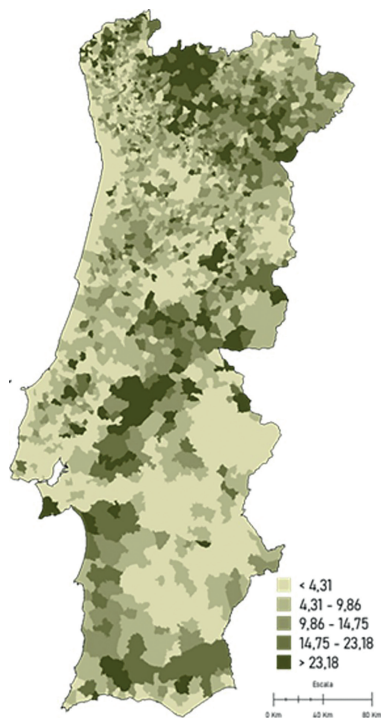
IND 4.3.a. Peso da superfície extensiva (pastagens pobres, pousios e olival tradicional na SAU) (%)



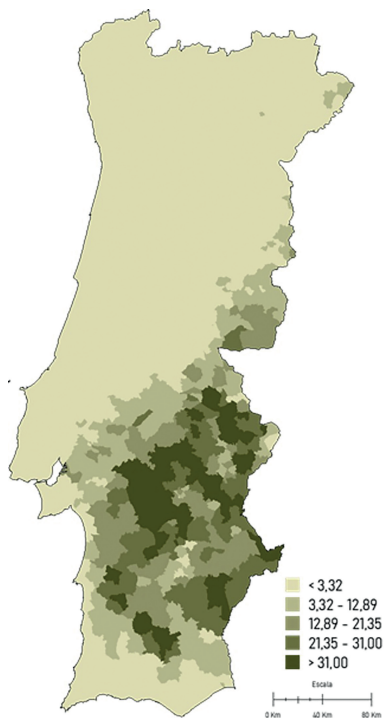
IND 4.3.b. Peso da superfície de sistemas agrícolas suporte de biodiversidade apoiados na SAU (%)



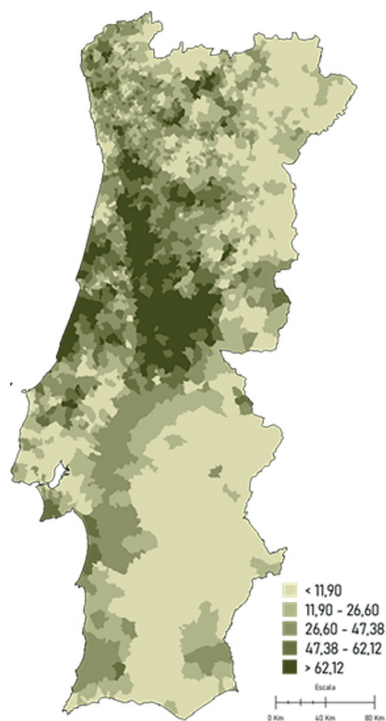
IND 4.4.a. Peso da superfície florestal estreme inserida nas explorações agrícolas no território (%)



IND 4.4.b. Peso da superfície agroflorestal no território (%)



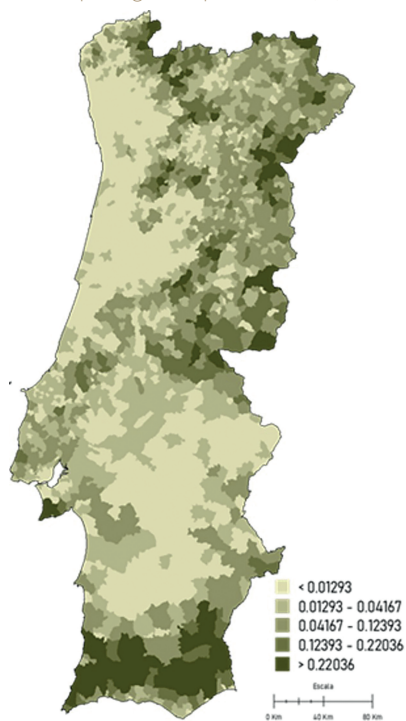
IND 4.5. Peso do eucaliptal e do pinhal no território (%)



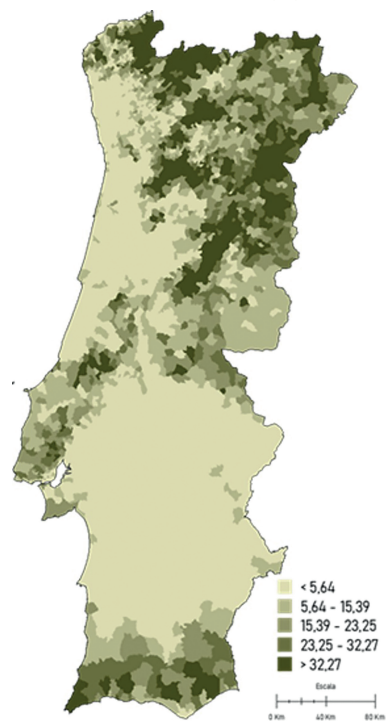
IND 4.6. Peso da superfície de povoamentos florestais no território (%)



IND 4.7.a. Peso no Continente da superfície de matos e pastagens espontâneas (%)



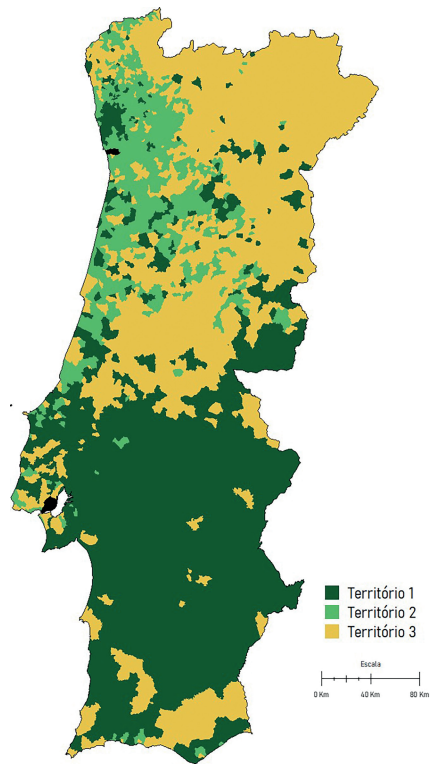
IND 4.7.b. Peso da superfície de matos e pastagens espontâneas no território (%)



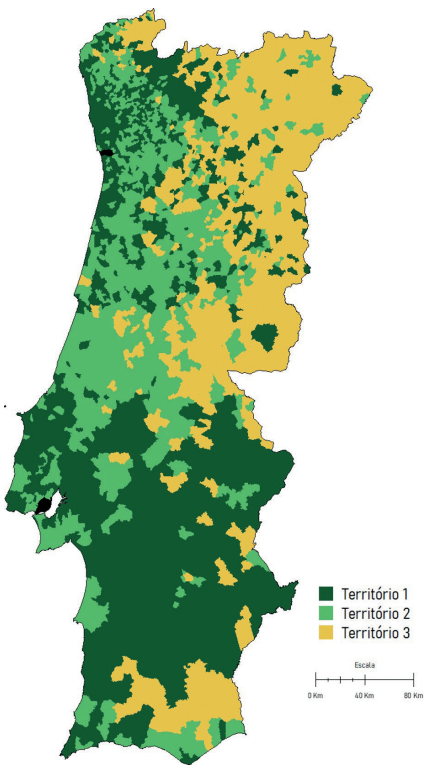
Nota: O primeiro mapa refere-se a superfície de matos da freguesia no total da superfície de matos do Continente. O segundo diz respeito a superfície de matos da freguesia na superfície territorial da freguesia.

Síntese Temática

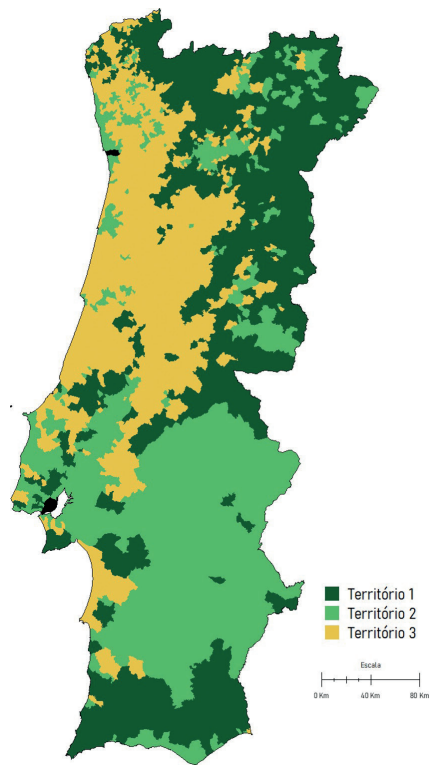
Mapa de Síntese Económica



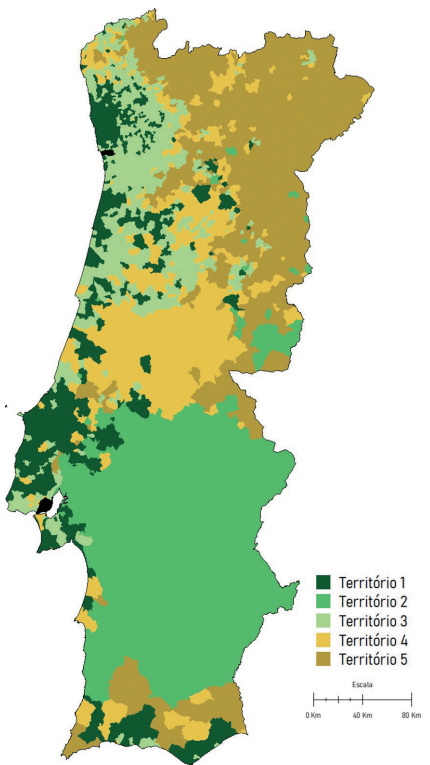
Mapa de Síntese Social



Mapa de Síntese Ambiental e de Ocupação do Território



Mapa de Síntese Global



Com o intuito de se proceder a uma análise mais aprofundada que espelhe, de forma detalhada, a organização do território em função das suas características estruturais agrícolas, foram criados cinco perfis territoriais, utilizando, para o efeito, dados dos indicadores de natureza económica, de natureza social e humana e de natureza ambiental e de ocupação do território, já descritos acima. Neste quadro, a definição e a caracterização destes perfis partiu da análise dos resultados dos centros finais de cada um dos indicadores que melhor caracterizam cada território, por comparação com os restantes territórios.

Território 1

O Território1 caracteriza-se por ser marcadamente mais jovem, quer ao nível da população em geral, em que a faixa etária com menos de 25 anos tem uma importância significativa no total da população residente, quer ao nível dos produtores agrícolas, onde se verifica que os produtores com menos de 40 anos têm, em termos relativos, um peso mais relevante, o que evidencia, de igual forma, uma estrutura etária agrícola mais favorável.

Caracteriza-se igualmente por uma agricultura mais integrada com outros setores da economia, o que é evidenciado pelo facto de a principal fonte de rendimento do agregado familiar do produtor provir dos setores secundário e terciário, onde está naturalmente mais sujeito à concorrência intersectorial. Destaca-se ainda por ser uma agricultura onde as explorações de maior dimensão dão um maior contributo à produção de bens agrícolas, bem como pela elevada importância da superfície irrigável.

Concentrando-se, em larga medida, em volta de aglomerados urbanos, estes territórios possuem, no que diz respeito à ocupação do solo, poucos povoamentos agroflorestais, matos e pastagens espontâneas, bem como superfície extensiva (que engloba as pastagens pobres, pousio e olival tradicional).

Território 2

Localizando-se, maioritariamente, na região do Alentejo, e em parte na Beira Interior Sul, é neste território que a agricultura possui uma maior expressão territorial, facto passível de ser observado através do expressivo peso da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) na superfície territorial, bem como da variação da mesma, de 1989 a 2019. Este é o único território onde este indicador apresenta um peso importante, tendo-se verificado um aumento considerável da SAU, em comparação com os outros territórios.

A produtividade da terra é aqui baixa e os sistemas extensivos têm forte expressão territorial. No que concerne à extensão das explorações, estas possuem uma grande dimensão física, sendo a produção assegurada com maior relevância por explorações de grande dimensão económica. É também o território onde a natureza jurídica das explorações agrícolas como entidades ou pessoas coletivas (sociedades, baldios ou outras formas de natureza jurídica) tem maior expressão, apresentando-se a estrutura etária dos produtores agrícolas como a mais favorável.

Território 3

Este território caracteriza-se por ser uma zona de transição entre o Território 1 e os Territórios 4 e 5. Assim, em termos globais, apresenta algumas características do primeiro, como a jovem estrutura etária da população global (<25 anos), uma elevada integração da população agrícola com os setores secundário e terciário, ou um elevado peso da superfície irrigável. Distingue-se do Território 1 por a produção de bens assegurada pelas explorações de grande dimensão económica ser bastante menor, o que resulta igualmente de a dimensão económica das explorações e a produtividade do trabalho serem mais reduzidas, e ainda de uma maior expressão da ocupação da superfície por povoamentos florestais e de agricultores mais envelhecidos. Este território caracteriza-se por ter a estrutura física das explorações mais baixa (menor SAU média).

Território 4

Localizado em grande parte na região Centro, este território caracteriza-se por uma agricultura integrada num espaço onde a ocupação florestal é dominante, com predomínio de pinhal e eucaliptal, e a superfície agrícola, embora desempenhe um papel importante, tem pouca expressão. A estrutura etária dos produtores agrícolas é a mais envelhecida, quer em número de produtores quer na superfície agrícola que geram, e logo predominam explorações em que a principal origem do rendimento do seu agregado familiar são as pensões e reformas. A dimensão das explorações é reduzida, tanto em termos físicos como em termos económicos, apresentando o valor mais baixo da proporção de produtores cujo rendimento do agregado familiar é assegurado pela exploração agrícola. Apresenta igualmente níveis de produtividade do trabalho baixa.

Território 5

Este território caracteriza-se por uma estrutura etária dos produtores agrícolas envelhecida, que se integra num espaço onde a população residente é a mais idosa, e em que a principal fonte de rendimento dos agregados familiares dos produtores são pensões e reformas. É o território onde a população agrícola possui um maior peso na população residente e onde menos decresceu de 1999 a 2019, sendo desta forma o território onde, neste aspeto, o rural é mais agrícola. É uma agricultura integrada em espaços territoriais onde a superfície de matos tem elevada expressão. Além disso, estes territórios são marcados por uma baixa produtividade não só da terra, mas também do trabalho. As explorações agrícolas são de dimensão económica reduzida, com o contributo para a produção das explorações de grande dimensão a ser mínimo, e onde o peso da superfície irrigável é o mais reduzido.

Mulheres na agricultura: 1989 a 2019

ISABEL ESCADA MENDES

Chefe de Divisão de Estatística, Direção de Serviços de Estatística (DSE), Gabinete de Planeamento e Políticas e Administração Geral (GPP)*

Em tempos recentes, tem vindo a ser notório o crescente reconhecimento do papel das mulheres nos mais variados setores de atividade, seja na política, nas empresas, nacionais ou multinacionais, ou na economia em geral, não sendo exceção o setor agrícola. Nos territórios rurais, elas têm desempenhado desde sempre um papel fundamental, embora nem sempre evidenciado.

As mulheres do mundo rural foram, ao longo dos anos, deixando de ser apenas filhas ou esposas dos proprietários de terra para passarem a ter um papel mais independente, tornando-se elas próprias produtoras, técnicas especialistas em agronomia e dirigentes agropecuárias.

É igualmente notório que cada vez mais as mulheres procuram aperfeiçoamento e qualificação na vertente agronómica, procurando adquirir maior conhecimento, por forma a promover e garantir mais modernidade e rentabilidade às propriedades agrícolas.

Além do incentivo para que mais mulheres sigam carreiras ligadas à agricultura, são imprescindíveis políticas públicas para a consciencialização, valorização e reconhecimento do papel das mulheres no setor produtivo.

A Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030 (Terra Futura¹), que se apresenta como um instrumento promotor de uma agricultura mais sustentável, competitiva e inovadora, veio dar destaque ao tema da igualdade de género e do papel das mulheres na agricultura, propondo-se uma intenção estratégica que visa garantir uma agricultura mais inclusiva, igualitária, integrada e impulsionando a cooperação intergeracional. Neste instrumento, há assim quatro linhas de ação promotoras do alcance destes objetivos (ações 7.2, 7.3 e 8.5 e 13.4²).

No Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC), apresentado à Comissão Europeia, estão previstos princípios de critérios de seleção que privilegiam a igualdade de género através da discriminação

* Designada como representante efetiva do Ministério da Agricultura na Secção Interministerial do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG – <https://www.cig.gov.pt/>)

¹ https://www.gpp.pt/index.php/terra_futura/terra-futura

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020: <https://files.dre.pt/1s/2020/10/19900/0003800059.pdf> (p.15/52, 16/53 e 18/55)

positiva das mulheres, nomeadamente no prémio à instalação jovens agricultores, nas medidas de apoio à modernização das explorações agrícolas, quando realizada por jovens agricultores, e nas estratégias de desenvolvimento local do LEADER.

Partindo da informação do universo das explorações agrícolas, foi analisada a evolução da participação das mulheres na atividade agrícola, na tentativa de caracterizar o seu perfil, designadamente em termos etários, de formação escolar e de habilitação para o desempenho das funções, dando a conhecer o nível de participação das mulheres portuguesas na agricultura, quer enquanto produtoras agrícolas, quer como membros da família dos agricultores, quer como dirigentes remuneradas das explorações, quer ainda como trabalhadoras assalariadas no setor.

População

Em termos demográficos, e segundo os dados dos últimos censos classificados estatisticamente pela tipologia das áreas urbanas, podemos verificar que do total da população residente no Continente, mais de metade são mulheres (52,4%), e destas 39% residem em freguesias rurais. Do total das mulheres que habitam nestas freguesias rurais, 16% têm menos de 20 anos, 62% pertencem à classe etária entre os 20 e os 70 anos e 22% têm mais de 70 anos (Gráfico 1).

População agrícola familiar

A população agrícola familiar é constituída pelos produtores e pelos membros dos seus agregados domésticos, uns trabalhando na exploração agrícola,

Gráfico 1 – Pirâmide etária de Portugal Continental e freguesias rurais (2021)

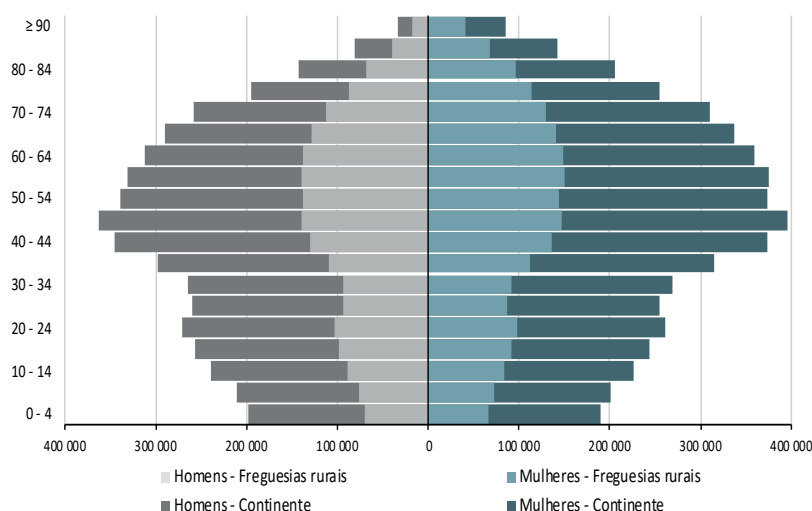
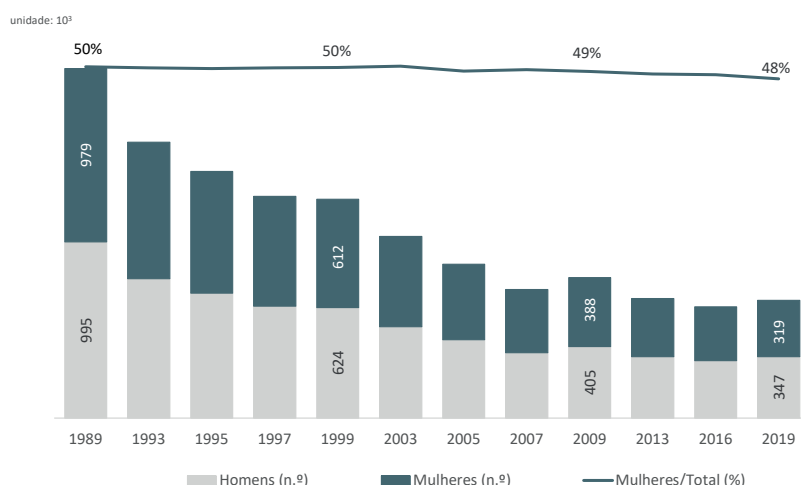


Gráfico 2 – Evolução da população agrícola familiar das explorações agrícolas e da taxa de feminização



outros não, bem como por familiares não integrados no núcleo familiar, mas que se ocupam de trabalhos da exploração.

Nos últimos 30 anos, entre 1989 e 2019, verificou-se uma acentuada redução da população agrícola familiar, -66%; no entanto, o peso do sexo feminino na população total foi-se mantendo praticamente constante ao longo deste período.

Em termos de distribuição regional, a faixa litoral do território continental, entre o Minho e o Ribatejo, foi a zona que mais contribuiu para esta redução.

Quadro 1 – Distribuição geográfica da população agrícola familiar, variação entre 1989 e 2019

Região	População Agrícola Familiar		Mulheres	
	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)
Portugal	665 571	-66%	318 846	-67%
Continente	599 497	-67%	286 985	-68%
Entre Douro e Minho	114 401	-75%	56 109	-76%
Trás-os-Montes	143 317	-44%	69 780	-44%
Beira Litoral	106 829	-75%	51 558	-76%
Beira Interior	72 361	-56%	34 447	-57%
Ribatejo e Oeste	76 016	-74%	35 199	-76%
Alentejo	59 051	-52%	26 907	-54%
Algarve	27 522	-61%	12 985	-62%
Açores	29 143	-68%	13 326	-70%
Madeira	36 931	-55%	18 535	-58%

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 a 2019)

Quadro 2 – Variação do nível de instrução da população agrícola familiar total e das mulheres

Nível de Instrução	População Agrícola Familiar		Mulheres	
	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)
Nenhum	77 113	-91%	44 476	-90%
Não sabe ler nem escrever	35 007	-92%	19 155	-93%
Sabe ler e escrever	42 106	-91%	25 321	-88%
Básico	417 924	-58%	189 841	-57%
1º ciclo ou 4º ano	245 909	-66%	116 594	-63%
2º ciclo ou 6º ano	81 754	-70%	35 023	-73%
3º ciclo ou 9º ano*	90 261	-10%	38 224	-15%
Secundário/ Pós-secundário	95 492	-18%	43 475	-32%
Agrícola/ florestal	2 636	-44%	447	-85%
Não agrícola/ não florestal	92 856	-5%	43 028	-13%
Superior	75 042	197%	41 054	344%
Agrícola/ florestal	6 721	146%	2 069	232%
Não agrícola/ não florestal	68 321	207%	38 985	353%
Total	665 571	-65%	318 846	-67%

*variação entre 1999 e 2019

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 e 2019)

Em 2019, 66% das mulheres que trabalhavam nas explorações agrícolas e faziam parte do agregado doméstico do produtor, encontravam-se no Norte e Centro do Continente, com maior predominância na região de Trás-os-Montes (22%).

Nesse mesmo ano, o nível de instrução dominante das mulheres pertencendo à população agrícola familiar continua a corresponder ao 1º ciclo (4ª classe).

Entre 1989 e 2019, houve um acréscimo significativo de mulheres com formação superior, passando de cerca de 1% para 13%, mas destas apenas 1% possuía instrução superior na área agrícola.

De salientar que, em 1989, 45% da população com formação superior eram mulheres, e em 2019 esse rácio passou a ser 55%.

Com efeito, do universo feminino, 51% da população agrícola familiar possui um nível de instrução muito baixo, desde o nível “não sabe ler nem escrever” ao nível “1º ciclo”. Embora este aspeto continue a ser significativo, notou-se uma grande melhoria na alfabetização desde 1989, altura em que 79% da população feminina se enquadrava nestes níveis de instrução.

A redução do universo feminino da população agrícola familiar é proporcional à alteração verificada na população agrícola familiar total, mesmo no que se refere à sua distribuição geográfica.

Da população agrícola familiar que não tem qualquer nível de instrução, 58% são do sexo feminino, enquanto com o nível secundário, as mulheres representam cerca de 46% do total da população agrícola.

A formação agrícola mede as competências teóricas e/ou práticas para o desempenho de tarefas ou funções na área da agricultura, que, em termos estatísticos, se classificam nos seguintes três níveis:

- Formação agrícola exclusivamente prática, em que os conhecimentos são adquiridos exclusivamente através da atividade desenvolvida em explorações agrícolas;
- Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola; a formação é obtida através aulas práticas relacionadas com determinadas áreas referentes à atividade agrícola ou pecuária;
- Formação agrícola completa relativa à formação adquirida através de um curso com duração superior a 2 anos, realizado numa escola secundária, escola agrícola, escola superior ou universidade, nos domínios da agricultura, viticultura, silvicultura, veterinária, tecnologia agrícola ou em domínios associados.

O tipo de formação agrícola predominante na população agrícola portuguesa é a exclusivamente prática, ou seja, conhecimentos adquiridos exclusivamente em atividades desenvolvidas em explorações agrícolas.

Em linha com a evolução da população agrícola total, o nível de formação profissional das mulheres vai diminuindo à medida que se considera uma preparação mais completa.

Nos últimos vinte anos, houve um grande aumento no número de pessoas que frequentaram cursos de formação agrícola, muito possivelmente em consequência da obrigatoriedade de formação para o desempenho de variadas atividades agropecuárias.

Do total do universo da população agrícola feminina, apenas cerca de 0,8% têm formação agrícola completa, aproximadamente 27% do universo total.

Produtores agrícolas singulares

No que se refere à personalidade jurídica, um produtor agrícola pode assumir-se como uma pessoa singular ou como outra entidade jurídica, por exemplo, sociedades ou cooperativas.

No que se refere às pessoas singulares, poderão ainda ser classificadas em produtores singulares autónomos ou empresários, consoante utilizem predominantemente mão-de-obra familiar ou assalariada.

Como se pode verificar, os produtores agrícolas são predominantemente autónomos, isto é, são pessoas singulares que utilizam maioritariamente mão-de-obra agrícola familiar própria, do seu agregado doméstico ou de outros familiares, sendo o recurso ao trabalho assalariado menos expressivo.

Por outro lado, os produtores empresários são as pessoas singulares que utilizam maioritariamente mão-de-obra agrícola assalariada.

Quadro 3 – Formação agrícola da população agrícola familiar total e do universo feminino

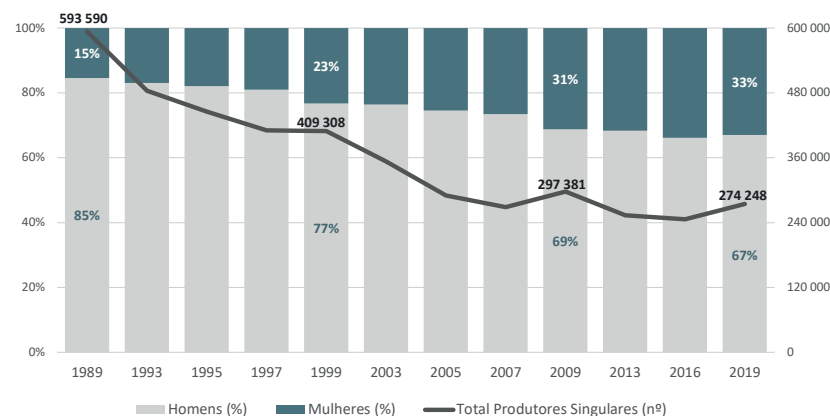
Formação Agrícola	População Agrícola Familiar		Mulheres	
	2019 (n.º)	Variação 1999 - 2019 (%)	2019 (n.º)	Variação 1999 - 2019 (%)
Total	665 571	-46%	318 846	-48%
Exclusivamente prática	421 577	-58%	249 996	-49%
Cursos de formação agrícola	186 370	437%	40 160	223%
Curso secundário ou superior agrícola	9 357	0%	2 516	-26%

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1999 a 2019)

Quadro 4 – Variação da natureza jurídica do total dos produtores agrícolas singulares e do universo feminino

Natureza Jurídica dos Produtores Agrícolas Singulares	Produtores Agrícolas Singulares		Mulheres	
	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)
TOTAL	274 248	-54%	90 332	-1%
Autonomo	269 518	-53%	88 551	1%
Empresário	4 730	-79%	1 781	-58%

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 a 2019)

Gráfico 3 – Evolução do número dos produtores agrícolas singulares, por sexo

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 a 2019)

Em 2019, as mulheres representavam pouco mais de um terço dos produtores autónomos e quase um terço dos produtores empresários.

que em 2019 a maioria está instalada nas regiões de Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beira Litoral. As regiões onde as produtoras se encontram em menor número são o Algarve e a Região Autónoma dos Açores.

Quadro 5 – Variação da distribuição geográfica do total dos produtores agrícolas singulares e do universo feminino

Região	Produtores Agrícolas Singulares		Mulheres	
	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)	2019 (n.º)	Variação 1989 - 2019 (%)
Portugal	274 248	-54%	90 332	-1%
Continente	250 615	-54%	82 156	-2%
Entre Douro e Minho	42 045	-62%	17 095	-36%
Trás-os-Montes	63 304	-21%	22 787	76%
Beira Litoral	42 675	-66%	13 420	-21%
Beira Interior	32 424	-46%	10 526	23%
Ribatejo e Oeste	31 380	-68%	7 192	-22%
Alentejo	26 657	-44%	7 346	39%
Algarve	12 130	-53%	3 790	4%
Açores	10 293	-58%	2 206	12%
Madeira	13 340	-42%	5 970	-2%

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 a 2019)

Quadro 6 – Distribuição dos produtores agrícolas singulares, por sexo e classe etária entre 1989 e 2019

Classe Etária		16 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	> 65 anos
HM	2019	10%	14%	23%	53%
	1989	20%	22%	29%	29%
H	2019	11%	14%	23%	52%
	1989	19%	23%	29%	29%
M	2019	9%	14%	24%	53%
	1989	25%	21%	25%	30%

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 e 2019)

Desde 1989, reduziu-se para menos de metade o número de produtores singulares; contudo, verificou-se uma grande subida no que se refere à franja do sexo feminino, uma vez que, em 1989, apenas 15% destes produtores singulares eram mulheres e, em 2019, elas já representam 33% do total.

Em termos de distribuição geográfica das produtoras agrícolas singulares, podemos verificar

No período em análise, houve uma redução generalizada do total de produtores agrícolas singulares em todas as regiões. No entanto, no que respeita às produtoras agrícolas singulares, as dinâmicas de evolução territorial não acompanham essa realidade, quer por via da alteração da titularidade, quer por via do abandono da atividade.

Embora tenha havido regiões que perderam produtoras, como foi o caso de Entre Douro e Minho, Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, outras houve onde se verificou um aumento, como Trás-os-Montes, Alentejo e Beira Interior.

Em 2019, a região onde as produtoras têm um maior peso no total de produtores da região é a Região Autónoma da Madeira, com 45%. O Ribatejo e Oeste e a Região Autónoma dos Açores são as regiões com menor proporção de produtoras (21% e 23%, respetivamente).

Nesse ano, verifica-se que houve um envelhecimento significativo dos produtores agrícolas, alterando-se por completo a perceção da distribuição praticamente homogénea entre todas as faixas etárias de produtores agrícolas que se verificava em 1989.

Então, cerca de 58% dos produtores agrícolas tinham mais de 55 anos, atualmente essa proporção representa perto de 76%.

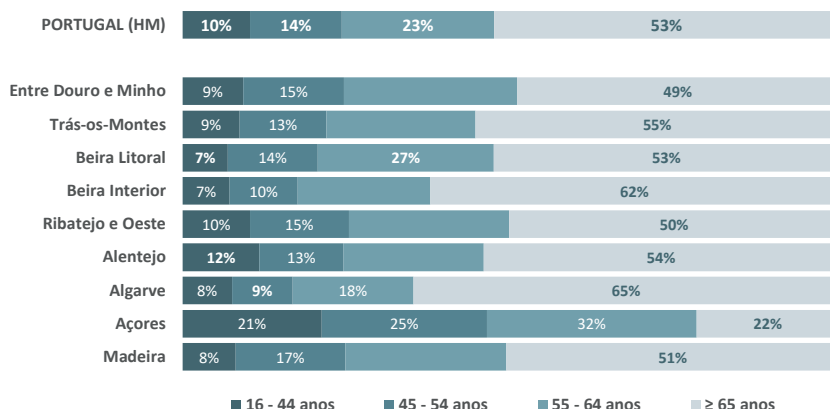
Nestes dois períodos, a distribuição etária das produtoras agrícolas singulares acompanhou esta tendência; contudo, o grau de envelhecimento no sexo feminino mostrou-se mais evidente. O peso das produtoras com mais de 55 anos passou de 54% para 77%.

Regionalmente, os Açores são a região onde as produtoras são mais jovens, 46% tem menos de 54 anos e apenas 22% tem idade superior a 65 anos. No Algarve, a situação é completamente oposta, apenas 17% das produtoras têm idade inferior a 54 anos e 65% idade superior a 65 anos.

Dirigentes da exploração agrícola

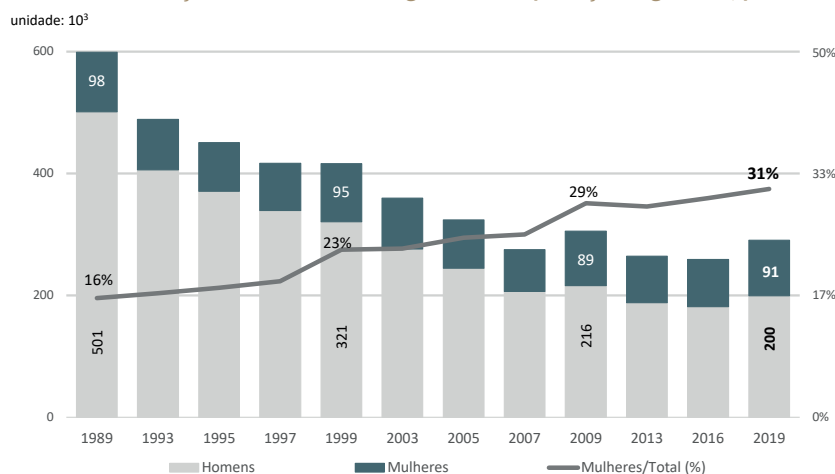
Dirigente da exploração é a pessoa responsável pela gestão corrente e quotidiana da exploração agrícola e tem obrigatoriamente uma ocupação regular. Entende-se por gestão quotidiana da exploração a tomada de decisões dia a dia,

Gráfico 4 – Distribuição regional das produtoras agrícolas singulares por classe etária



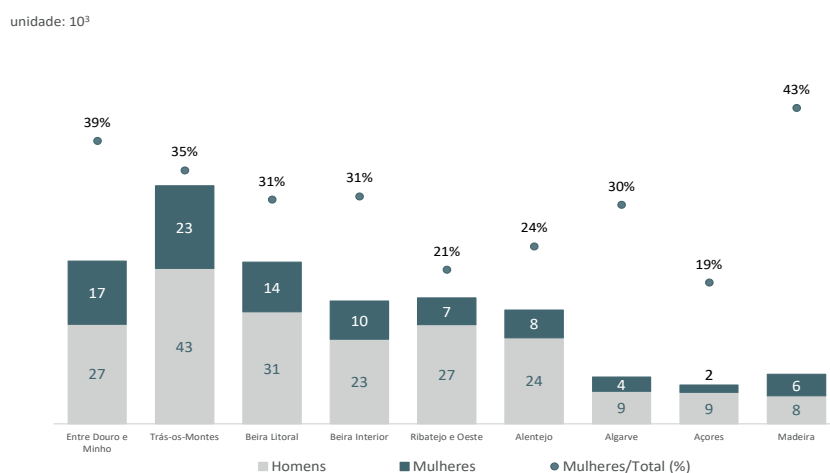
Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (2019)

Gráfico 5 – Evolução do número de dirigentes de explorações agrícolas, por sexo

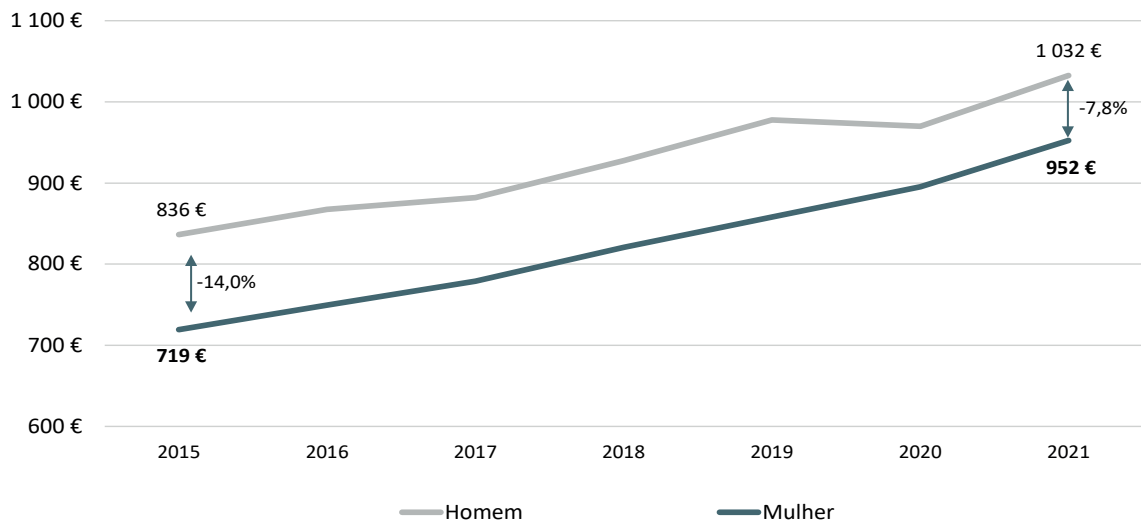


Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (1989 a 2019)

Gráfico 6 – Distribuição regional dos dirigentes de explorações agrícolas, por sexo – 2019



Fonte: INE, Estatísticas agrícolas de base (2019)

Gráfico 7 – Evolução do ganho médio mensal no setor agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, por sexo

Fonte: INE, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS/GEP)

Quadro 7 – Ganho médio mensal por setor de atividade económica e sexo

Ganho médio Mensal		Homens	Mulheres	Diferença de ganho do sexo feminino
2021	Total	1 390	1 169	-15,9%
	Agricultura	1 032	952	-7,8%
2020	Total	1 345	1 129	-16,1%
	Agricultura	970	895	-7,7%
2019	Total	1 308	1 085	-17,1%
	Agricultura	978	858	-12,2%
2018	Total	1 270	1 044	-17,7%
	Agricultura	928	821	-11,5%
2017	Total	1 233	1 009	-18,2%
	Agricultura	882	779	-11,7%
2016	Total	1 212	981	-19,1%
	Agricultura	867	749	-13,6%
2015	Total	1 204	965	-19,8%
	Agricultura	836	719	-14,0%

Agricultura = Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca

Fonte: INE, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS/GEP)

respeitantes aos trabalhos a realizar na exploração e às operações sem grande repercussão económica no andamento da exploração.

Constata-se que neste período de 30 anos, o número de dirigentes do sexo masculino desceu mais do que 60%, enquanto os do sexo feminino apresentaram uma queda de 20%. A proporção do número de dirigentes do sexo feminino no total aumentou de 16% em 1989 para 31% em 2019.

A distribuição geográfica dos dirigentes é semelhante à dos produtores singulares, ou seja, a maioria das dirigentes está instalada na região Norte e Centro. As regiões com menos mulheres dirigentes são o Algarve e a Região Autónoma dos Açores.

Quanto à proporção de dirigentes de exploração desagregados por sexo, são as regiões da Madeira e o Norte e Centro, aquelas onde os Dirigentes do sexo feminino têm maior peso, ao passo que nos Açores, Ribatejo e Oeste e Alentejo são regiões onde há menos dirigentes

do sexo feminino.

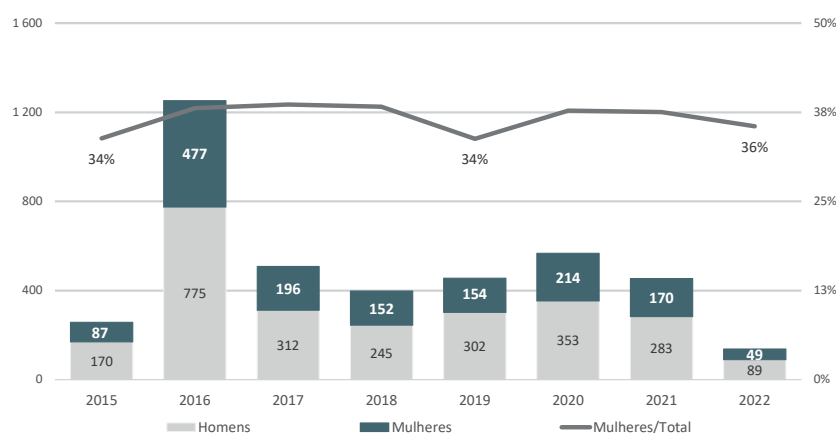
Ganho médio

O conceito de “ganho” baseia-se no montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou por trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui,

ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Comparando a evolução do ganho médio mensal desde 2015, podemos verificar que, embora ainda não haja uma igualização de ganho entre homens e mulheres, tem havido uma evolução positiva na diferenciação entre os valores pagos por sexo.³

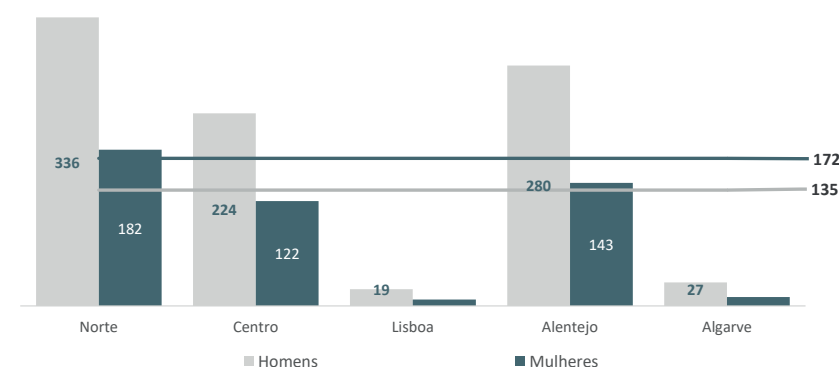
Gráfico 8 – Evolução do número de projetos aprovados de primeira instalação de jovens agricultores, por sexo



Fonte: PDR2020

Gráfico 9 – Montante de investimento médio na exploração agrícola, por sexo e por NUTS II

unidade: 10³ €



Fonte: PDR2020

Comparando os valores dos ganhos médios do total das atividades económicas com os dados individuais para o setor agrícola, produção animal, caça e silvicultura, é possível atestar que este setor ganha em média, mensalmente, cerca de 77 % do ganho médio mensal do total das CAE. A CAE é a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas: consiste num sistema de classificação e agrupamento das atividades económicas (produção, emprego, energia, investimento, etc.) em unidades estatísticas de bens e serviços.

Em termos absolutos, entre os anos 2015 e 2021, as mulheres ganharam menos que os homens (-15,9% em 2021), mas curiosamente, no setor agrícola, a diferenciação no ganho médio mensal é substancialmente inferior, -7,8% em 2021.

Empreendedorismo

Para efeito de apoios aos Jovens Agricultores, são consideradas as pessoas que não tenham mais de 40 anos no momento da apresentação do pedido, que possuam aptidões e competências profissionais adequadas e se instalem pela primeira vez numa exploração agrícola na qualidade de responsáveis das mesmas.

Embora com alguma variação anual no número total de candidaturas à Instalação de Jovem Agricultor, a represen-

³ De notar que o mais recente relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) dedicado à situação das mulheres nos sistemas agroalimentares, *The status of women in agrifood systems*, publicado em abril de 2023 (<https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc5060en>), chama a atenção para o facto de que a redução das diferenças em termos de produtividade e salários entre homens e mulheres resultaria num acréscimo do PIB mundial em quase mil milhões de dólares, reduzindo em 45 milhões o número de pessoas que sofrem de insegurança alimentar. “Se combatermos as desigualdades de género endémicas nos sistemas agroalimentares e capacitarmos as mulheres, o mundo dará um salto em frente na consecução dos objetivos de erradicação da pobreza e de criação de um mundo sem fome”, afirma o Diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, no prefácio.

Quadro 8 – Medidas de investimento na exploração agrícola aprovados, por sexo e por setor, entre 2015 a 2022

SETOR DE INVESTIMENTO	Projetos Aprovados (nº)		Mulheres no Total
	Mulheres	Homens	
Cultura de frutos de casca rija/frutos secos	529	1 049	34%
Bovinicultura	473	1 485	24%
Viticultura	331	964	26%
Cultura de pequenos frutos e bagas	300	402	43%
Olivicultura	253	675	27%
Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	215	450	32%
Cultura de pomóideas e prunóideas	167	441	27%
Avicultura	88	135	39%
Cerealicultura (excepto arroz)	85	256	25%
Apicultura	61	149	29%
Outros Setores não especificados	690	1 803	28%
Total	3 192	7 809	29%

Fonte: PDR2020

Quadro 9 – Peso das mulheres no total de produtores agrícolas singulares em cada Estado-Membro (2005-2016)

Estado Membro	2005	2007	2010	2013	2016
Letónia	47%	47%	47%	46%	45%
Lituânia	43%	46%	48%	48%	45%
Estónia	38%	41%	39%	39%	38%
Grécia	30%	30%	33%	34%	35%
Roménia	29%	30%	33%	33%	34%
Portugal	26%	27%	31%	32%	34%
Itália	31%	32%	33%	32%	34%
Polónia	32%	33%	31%	32%	31%
Espanha	25%	25%	28%	29%	29%
Áustria	33%	32%	32%	32%	29%
Croácia		20%	22%	28%	28%
Hungria	24%	23%	26%	27%	28%
Bulgária	18%	20%	23%	23%	25%
Chipre	25%	25%	27%	27%	25%
Média	22%	23%	24%	24%	24%
França	22%	23%	24%	23%	23%
Eslovénia	26%	26%	27%	25%	22%
Luxemburgo	18%	20%	21%	21%	21%
Suécia	12%	15%	15%	16%	20%
Eslováquia	19%	19%	18%	17%	20%
República Checa	18%	18%	16%	12%	14%
Bélgica	15%	15%	15%	15%	14%
Irlanda	10%	10%	12%	12%	12%
Alemanha	9%	10%	9%	9%	10%
Finlândia	10%	11%	11%	10%	10%
Malta	9%	10%	12%	10%	8%
Dinamarca	11%	12%	9%	8%	8%
Holanda	7%	5%	6%	6%	5%

Fonte: Eurostat (2021)

tatividade do sexo feminino tem-se mantido constante nos últimos 8 anos (37%), baixando ligeiramente em 2022 (36%).

Ao longo deste período, instalaram-se em média 504 jovens por ano. 2016 foi o ano em que se instalou maior número de jovens agricultores e em 2022 instalaram-se apenas cerca de 27% de jovens agricultores, face à média do período.

Quando se observa o investimento na exploração agrícola, entre 2015 e 2022, as mulheres apresentaram projetos com maior investimento, sendo de aproximadamente 172 mil euros de investimento elegível médio, no mesmo período, os homens apresentaram um investimento elegível médio de 135 mil euros.

Analisando regionalmente, constata-se que o investimento médio aprovado para projetos de investimento apresentados por mulheres é inferior em todas as regiões.

Acompanhando a tendência global, mais de metade dos projetos de investimento mais procurados pelas mulheres (51%) recaem sobre quatro setores de atividade: frutos de casca rija, bovinicultura, viticultura e cultura de pequenos frutos e bagas. O setor dos pequenos frutos e bagas é o que proporcionalmente apresenta maior procura face ao total de projetos aprovados (43%).

União Europeia

A nível comunitário, a proporção de produtoras agrícolas singulares portuguesas tem-se mantido acima da média da União Europeia. Em 2016, a Letónia e a Lituânia eram os Estados-Membros em que as mulheres tinham maior peso na agricultura (45%). Inversamente, os Países Baixos são o país onde as mulheres têm menor representatividade na agricultura (5%).

Principais conclusões desta análise:

- Verificou-se uma acentuada queda da população agrícola familiar no período em análise; no entanto, a proporção da população feminina, no total, manteve-se praticamente constante.
- Em 2019, 66% das mulheres que trabalhavam nas explorações agrícolas e faziam parte do agregado doméstico do produtor encontravam-se no Norte e Centro do Continente, com maior predominância na região de Trás-os-Montes (22%).
- No mesmo ano, o nível de instrução dominante das mulheres pertencendo à população agrícola familiar continua a corresponder ao 1º ciclo (4ª classe).
- Entre 1989 e 2019, houve um acréscimo significativo de mulheres com formação superior, passando de cerca de 1% para 13%, mas destas apenas 1% possuía instrução superior na área agrícola.
- O tipo de formação agrícola predominante na população agrícola portuguesa, e também nas mulheres, é a exclusivamente prática, ou seja, conhecimentos adquiridos exclusivamente em atividades desenvolvidas em explorações agrícolas.
- Desde 1989, reduziu-se para menos de metade o número de produtores singulares; contudo, verificou-se uma grande subida no que se refere à franja do sexo feminino, uma vez que, em 1989, apenas 15% destes produtores singulares eram mulheres e, em 2019, elas já representam 33% do total.
- Para ambos os sexos, os produtores agrícolas são predominantemente autónomos, ou seja, utilizam maioritariamente mão-de-obra familiar.
- Em 2019, verifica-se que houve um envelhecimento significativo dos produtores agrícolas, alterando-se por completo a perceção da distribuição praticamente homogénea entre todas as faixas etárias de produtores agrícolas que se verificava em 1989.
- Neste período de 30 anos, o número de dirigentes do sexo masculino desceu mais do que 60%, enquanto os do sexo feminino apresentaram uma queda de 20%. A proporção do número de dirigentes do sexo feminino aumentou de 16% em 1989 para 31% em 2019.
- Em termos absolutos, entre o ano 2015 e 2021 as mulheres ganharam menos que os homens (-15,9% em 2021), mas curiosamente, no setor agrícola, a diferenciação no ganho médio mensal é substancialmente inferior (-7,8% em 2021).
- Entre 2015 e 2022, as mulheres apresentaram projetos de maior investimento, sendo este em média 27% superior ao investimento médio dos projetos aprovados para os homens.
- O setor dos pequenos frutos e bagas é o setor que, proporcionalmente, apresenta maior procura por parte do sexo feminino, face ao total de projetos aprovados (43%).
- A nível europeu, se considerarmos o peso das produtoras singulares no total, em Portugal, este situa-se acima da média da União Europeia.

LEITURAS

CULTIVAR

S.m. Botânica. *QUALQUER VARIEDADE VEGETAL CULTIVADA, SEJA QUAL FOR SUA NATUREZA GENÉTICA.*

Perspetivas agrícolas da OCDE-FAO para o período 2022-2031

ANA RITA MOURA

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: *OECD-FAO Agricultural Outlook 2022-2031**

AUTOR E EDITOR: FAO e OCDE

TIPO DE DOCUMENTO: Relatório

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2022-2031_f1b0b29c-en

IDIOMA: Inglês (também disponível em: francês, chinês, italiano, espanhol)

DATA DE EDIÇÃO: 29 de junho de 2022

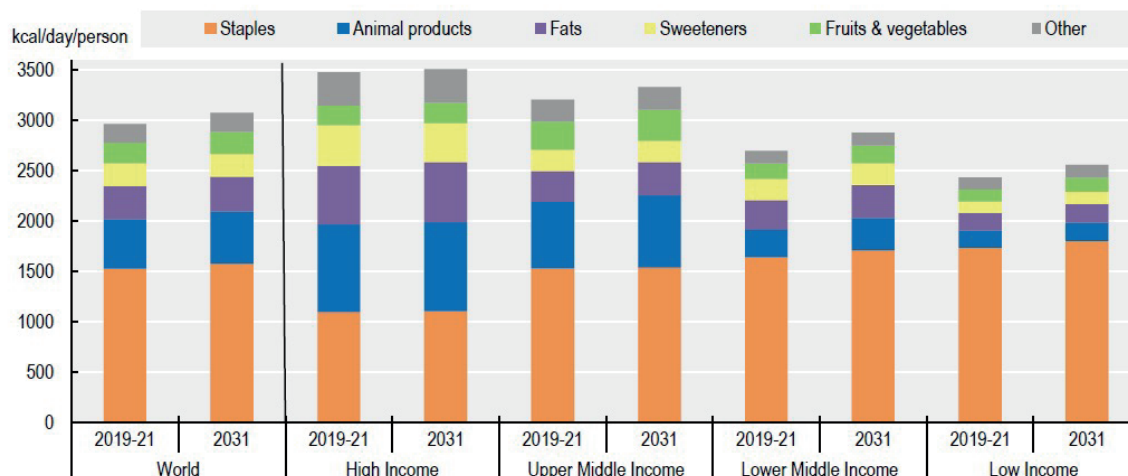
Palavras-chave: projeções; cenários; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2); fome; Acordo de Paris; emissões de gases com efeito de estufa (GEE); agricultura mundial; alimentação

Os relatórios publicados sobre as perspetivas para a agricultura mundial para a próxima década tiveram início em 1994 e assentam num esforço colaborativo entre duas importantes organizações internacionais: a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Estas organizações incluem membros especia-

listas de diversos países que colaboram anualmente para a elaboração deste documento prospetivo. Baseando-se em determinadas condições macroeconómicas, setoriais, políticas, de mercado, projetam-se cenários para a década seguinte. Os estudos aqui presentes recorrem à ferramenta de modelação Aglink-Cosimo para gerar as projeções da análise.

O relatório encontra-se estruturado em onze capítulos e inclui três anexos. O primeiro capítulo foca-se nas tendências atuais (e.g. análise do contexto socioeconómico atual) e futuras com impacto na evolução do setor agroalimentar e das pescas na próxima década,

* Quando este número da Cultivar estava já pronto para o prelo, saiu a mais recente edição destas Perspetivas, OECD-FAO Agricultural Outlook 2023-2032, que já não fomos a tempo de rever, mas cuja leitura recomendamos: https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/oecd-fao-agricultural-outlook-2023-2032_08801ab7-en

Figura 1.8 do relatório (p.36) – Disponibilidade calórica per capita dos principais grupos de alimentos, por grupo de países classificados segundo o rendimento

Nota: Ver fontes e nota metodológica na p. 36 do relatório

nomeadamente tendo em vista o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS2) – Erradicar a fome¹. No âmbito deste relatório, foi produzido um cenário para avaliar o nível de crescimento da produtividade necessário para atingir o ODS2 e, em simultâneo, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) até 2030. Seguem-se um capítulo de âmbito regional/continental e outros capítulos com análises prospetivas de alguns produtos agroalimentares e das pescas (*commodities* – produtos de base – agrícolas e mercados de pescado), como sejam os cereais (Capítulo 3), oleaginosas e sucedâneos (Capítulo 4), açúcar (Capítulo 5), carne (Capítulo 6), leite & laticínios (Capítulo 7), peixe (Capítulo 8), biocombustíveis (Capítulo 9), algodão (Capítulo 10) e outros produtos (Capítulo 11). De um modo geral, o relatório é composto de três tipos de análise: global/geral, regional e setorial. Trata-se de um documento utilizado como referência a nível mundial para análise e planeamento de políticas.

No momento em que o relatório foi publicado (junho de 2022), os preços da maior parte das *commodities* agrícolas registavam valores muito elevados, em resultado quer do aumento da procura pós-pandemia COVID-19 (com o crescimento do preço do petróleo e das matérias-primas agrícolas), em que as eco-

nomias começaram a recuperar dos efeitos nefastos da crise pandémica, quer dos impactos negativos causados pela invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. O conflito entre estes países, dois dos principais exportadores mundiais de cereais, de óleo de girassol, no caso da Ucrânia e de fertilizantes e de gás natural, no caso da Rússia, causou um grande grau de incerteza na oferta destes bens nos mercados mundiais, nomeadamente, na garantia de abastecimento aos países com maior grau de dependência destes produtos.

Assim, o relatório prevê que os próximos dez anos sejam acompanhados de uma recuperação da economia mundial da pandemia, embora tendo em consideração um grande nível de incerteza causado pela guerra na Ucrânia. As projeções do relatório assumem que os preços da energia diminuirão em 2023, permanecendo constantes em termos reais durante o resto da década, e que o PIB mundial irá crescer a uma média de 2,7% ao ano até 2031, abaixo dos valores pré-pandemia.

Prevê ainda que o consumo de alimentos aumente 1,4% ao ano, mesmo incluindo algum grau de incerteza nas projeções decorrente da evolução da guerra

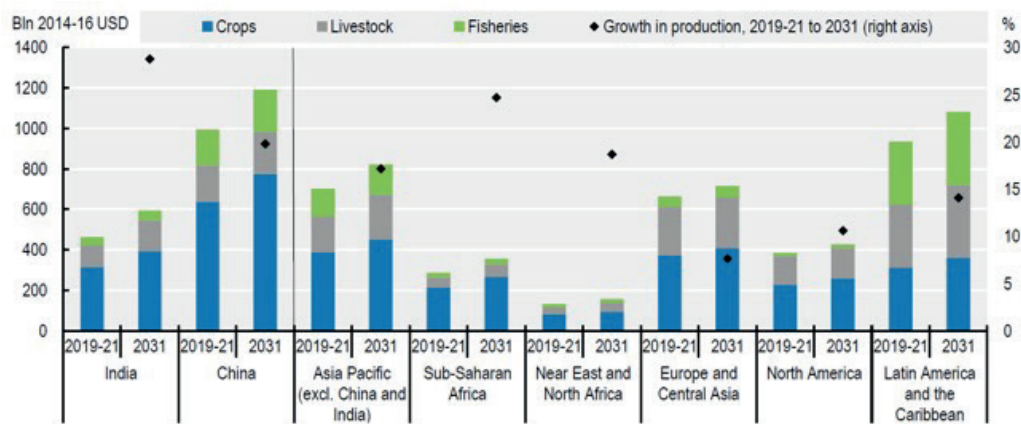
¹ As estimativas atuais sugerem que, em 2020, cerca de 768 milhões de pessoas sofriam de subnutrição crónica, o que equivale a 9,9% da população mundial. Simultaneamente, estima-se que cerca de 2 mil milhões de pessoas sofram de excesso de consumo alimentar (OMS, 2021). Importa, contudo, sublinhar que o mundo não está no caminho certo para alcançar o ODS 2.1 relativo a Fome Zero: as projeções indicam que o número de pessoas que sofrem de subnutrição crónica apenas diminuirá para cerca de 660 milhões até 2030 (p.76 do relatório; tradução GPP)

na Ucrânia, dos efeitos da pandemia, da alteração dos padrões de consumo², das políticas de incentivo/desincentivo a determinados alimentos ou da utilização de biocombustíveis. Este aumento será resultado, nomeadamente, do crescimento populacional em países como a Índia e a China e em países atualmente com baixos e médios rendimentos. Será, todavia, limitado pelo menor crescimento populacional e do consumo *per capita* nos países de maiores rendimentos. Em termos de dieta, perspetivam-se algumas alterações, sobretudo nos países mais desenvolvidos com um menor consumo de carne e de açúcar aliado, como vimos, a maiores preocupações com a saúde e o ambiente.

sidades alimentares da população, podendo estar causa o cumprimento do ODS2.

Especificamente em relação à produção agrícola projeta-se um crescimento de 1,1% ao ano, sobretudo devido ao contributo positivo dos países de rendimentos baixos e médios (e.g. Índia, China, outros países asiáticos). Para este efeito, o acesso aos *inputs* é relevante, assim como o investimento em tecnologias para aumento da produtividade, em infraestruturas e em formação. Contudo, o forte aumento dos preços dos *inputs* (que implica maiores custos de produção) poderá condicionar o crescimento da produtividade e da produção agrícola nos próximos anos.

Figura 1.15 do relatório (p.46) – Tendências da produção agrícola mundial

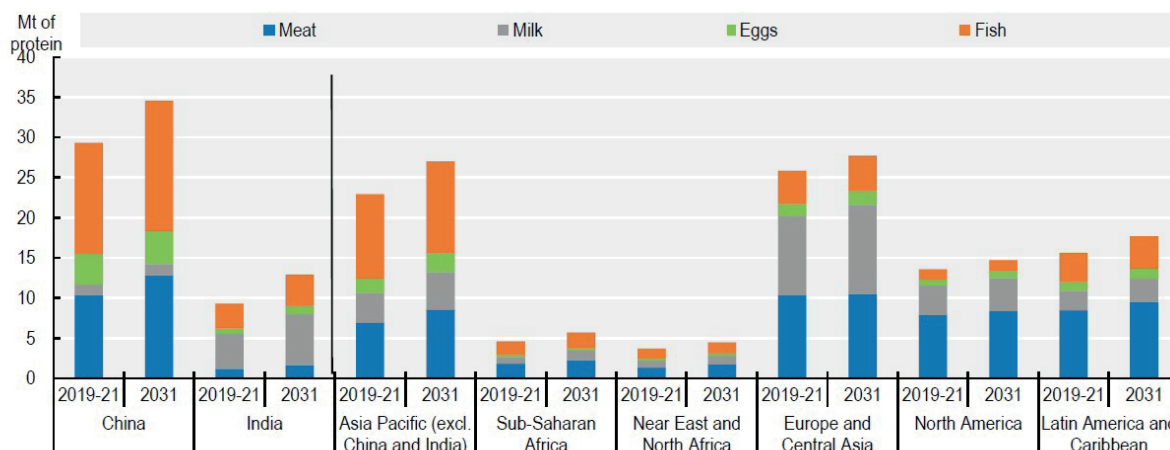


Nota: Ver fontes e nota metodológica na p. 46 do relatório

Por oposição, nos países de rendimento médio, o consumo irá aumentar, acompanhado de uma maior diversidade de dietas baseadas cada vez mais em alimentos de origem animal e gorduras (com intensificação da produção animal). No entanto, nos países de rendimento menor, as dietas vão continuar associadas a uma alimentação básica e o aumento do consumo não será suficiente para suprir as neces-

Assumindo progressos no melhoramento de plantas e uma transição para sistemas de produção mais intensivos, o crescimento da produtividade deverá contribuir para 80% do crescimento da produção vegetal, com uma expansão de 15% na área agrícola (sobretudo nas regiões da Ásia, América latina e África subsaariana) e um aumento de 5% na intensidade da produção vegetal.

² Outra fonte de incerteza do lado da procura está relacionada com a evolução das preferências dos consumidores. As decisões de compra destes são cada vez mais motivadas por fatores que vão além do preço, da cultura e do gosto, tais como preocupações de saúde e ambientais e considerações éticas relativas ao bem-estar dos animais ou à questão de comer outros animais e os seus produtos. Esta tendência reflete-se no aumento de pessoas que seguem estilos de vida vegetarianos, veganos ou "flexitarianos" nos países de elevado rendimento, sobretudo entre os jovens consumidores. Os mercados da carne e dos laticínios seriam os mais afetados por uma mudança para proteínas de origem vegetal ou para fontes alternativas de proteínas (por exemplo, inseto ou carne de cultura). Os mercados de alimentos para animais também poderiam ser afetados, uma vez que são necessárias menores quantidades de culturas arvenses para produzir estas fontes alternativas de proteínas. No entanto, uma vez que se prevê que as quotas de consumo destes produtos se mantenham muito reduzidas na próxima década, este relatório não os têm explicitamente em conta, o que introduz, contudo, alguma incerteza nas projeções da procura. (p.45 do relatório; tradução GPP)

Figura 1.22 do relatório (p.52) – Produção animal mundial (incluindo pescas) de proteína

Nota: Ver fontes na p. 52 do relatório

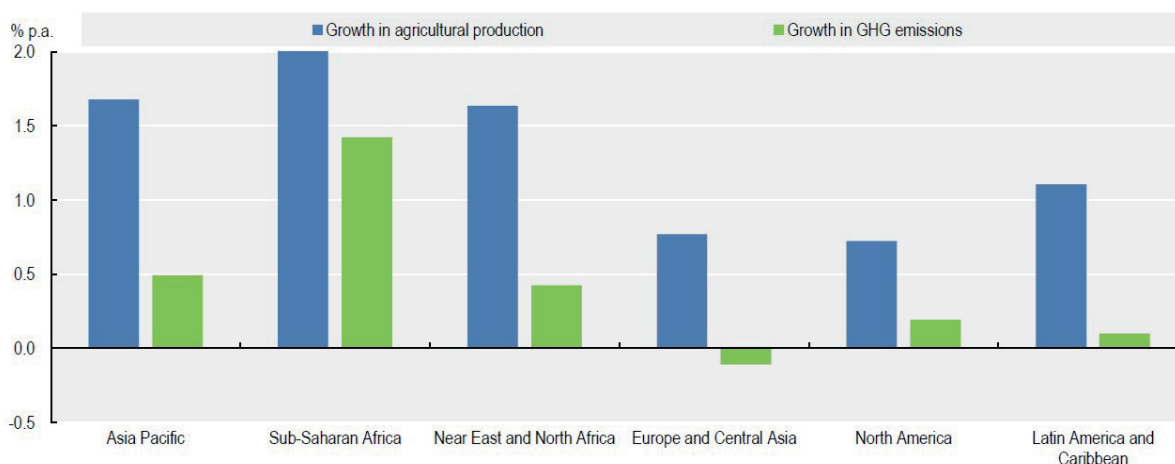
À semelhança do que acontece na produção vegetal, o crescimento na produção animal (incluindo pescas) resultará de melhorias de produtividade por animal (melhorias de gestão e maior intensidade na utilização de alimentos), com destaque para a produção de aves de capoeira, a produção de leite e a produção de pescado por via da aquicultura.

Relativamente ao impacto do setor agrícola nas emissões de GEE, estas deverão aumentar 6% sobretudo devido ao contributo da produção animal (90% do contributo para o aumento das emissões agrícolas). Contudo, as emissões deverão crescer a um ritmo menor do que a produção, devido a melhorias de produtividade e ao menor peso da produção de ruminantes. Mesmo assim, o setor

deveria contribuir ainda mais para a redução das emissões, de acordo com o estabelecido no Acordo de Paris.

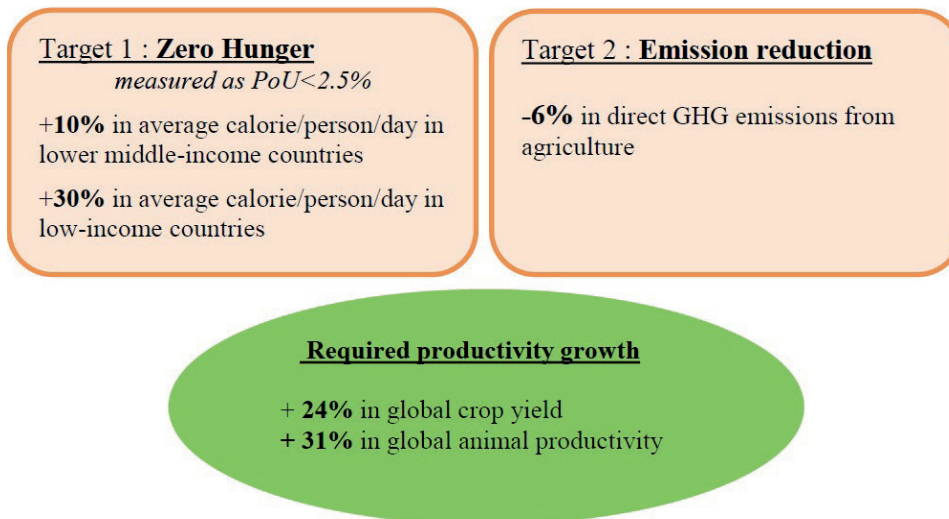
No que respeita ao comércio internacional, essencial para garantir a segurança alimentar, dietas mais diversas e melhorias de rendimento para os produtores, prevê-se que aumente a par do crescimento da produção agrícola, com algumas regiões a exportarem mais (América Latina e Caraíbas, Europa e Ásia Central) e outras a importarem mais (África subsaariana). Este facto revela a importância de um sistema comercial multilateral que funcione bem.

Assim, de acordo com o documento, para serem atingidas as metas delineadas para o ODS2 e as

Figura 1.27 do relatório (p.57) – Variação anual da produção agrícola e das emissões diretas de GEE, 2022 a 2031

Nota: Ver fontes e nota metodológica na p. 57 do relatório

Figura 1.44 do relatório (p.79) – Principais resultados da análise de cenários



Nota: As percentagens indicadas correspondem ao crescimento absoluto entre 2019-21 e 2030 no cenário. A produtividade média das culturas e dos animais é calculada como a produção de calorias por hectare e por animal, respetivamente.

Ver fontes na p. 79 do relatório

metas do Acordo de Paris, a produtividade agrícola no seu conjunto deveria aumentar 28% (mais do triplo do aumento da última década), com um aumento de 24% (quase o dobro do aumento da última década) para a produtividade da produção vegetal e de 31% para a da produção animal. Para tal, será necessário apostar cada vez mais em investimento, inovação, transferência de conhecimento, redução do desperdício alimentar, limitação do consumo excessivo de calorias e de proteínas (sobretudo de origem animal).

O relatório apresenta também uma análise detalhada sobre o contexto atual do setor agroalimentar e das pescas (com destaque para as principais *commodities* agrícolas) no mundo e no futuro. Pondera ainda sobre de que forma a situação atual (e as tendências nela presentes) irá atuar sobre o futuro do setor, tendo em conta os acordos internacionais assinados por vários países, nomeadamente, os ODS e o Acordo de Paris. Trata-se de um documento redigido por consenso com a colaboração de vários países,

que permite avaliar, anualmente, se o setor agroalimentar e das pescas está a caminhar no sentido de uma maior sustentabilidade ambiental (reduzir as emissões de GEE) e da segurança alimentar (erradicar a fome).

Comentário

No futuro, poderia ser interessante incluir outros produtos de base (*commodities*) agrícolas, tais como os “frutos e produtos hortícolas” (e.g. maçã, laranja), e talvez a questão da classificação dos países segundo o desenvolvimento mereça igualmente uma revisão, que estará até provavelmente já em curso.

Trata-se de um documento extenso, mas acessível a qualquer leitor. Nota-se que foi elaborado de forma cuidada, com uma grande preocupação com a linguagem/escrita e com o modelo de apresentação dos quadros, gráficos e títulos, sendo acompanhado de breves resumos no fim ou no início de cada capítulo/tema para destacar as ideias-chave.

Modalidades de unidade agrícola, familiares e outras, e contextos territoriais no Continente português à beira dos anos 2020

JOÃO MARQUES

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: Modalidades de unidade agrícola, familiares e outras, e contextos territoriais no Continente português à beira dos anos 2020. Uma monografia e algumas notas

AUTOR: Joaquim Cabral Rolo

TIPO DE DOCUMENTO: Estudo

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://www.minhaterra.pt/wst/files/I13522-JOAQUIMXROLO.PDF>

EDITOR: INIAV (Documento de Estudo V.01)

DATA DE PUBLICAÇÃO: Fevereiro 2021

Palavras-chave: modalidades de exploração agrícola, agricultura familiar, rendimentos, dimensão económica, territórios, solo rústico, população rural, economia, trabalho

Este documento apresenta, com base nos dados disponíveis em 2021, uma classificação de modalidades de exploração agrícola, a sua caracterização no ano de 2016 e a sua dinâmica evolutiva desde 2009, usando duas fontes fundamentais do Instituto Nacional de Estatística (INE): o Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009) e o Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2016 (IEEA2016).

As modalidades de exploração agrícola foram delimitadas segundo três critérios: agricultura familiar versus não familiar, dimensão económica e fontes de rendimento dos agregados familiares (pensões/reformas, salários, rendas). O panorama destas modalidades, em 2016, foi efetuado segundo cinco contextos de análise e quatro configurações territoriais.

No que se refere aos critérios, no primeiro critério foi seguida a convenção de que a exploração agrícola familiar é aquela em que 50% ou mais da mão-de-obra é familiar, pela objetividade na sua medição e

facilidade na classificação, não obstante as limitações do conceito, por abranger um segmento muito lato de situações. No segundo critério, a dimensão económica, identificam-se três estratos fundamentais: pequena (< 25 000€ de Valor de Produção Padrão, VPP, total ano; englobando as “muito pequenas”, < 8 000€ de VPP, e as “pequenas” explorações agrícolas); média; grande (> 100 000€ de VPP). Por fim, no terceiro critério avalia-se a articulação com o exterior da exploração em termos de salários, reformas/pensões, rendas, etc.

Os cinco contextos de análise foram:

- i) Solo rústico segundo a tríade de usos: “agricultura”-“pastagens/matoss/gados”-“floresta”;
- ii) População rural e rendimentos das famílias; Emprego geral e na Agricultura;
- iii) Economias: Valor Acrescentado Bruto (VAB) total, do Complexo Agroflorestal, do Complexo Agroalimentar e doutros sectores;
- iv) Capital humano (escolarização);
- v) Trabalho nas explorações agrícolas: Unidades de Trabalho Agrícola (UTA) Total e composição dessa UTA: familiar ou assalariada; Tempo de trabalho familiar na exploração.

As quatro configurações territoriais, ou quatro escalas de leitura foram:

- 1) Seis categorias de Rural: Rural Baixa densidade Norte, Rural Baixa densidade Centro, Rural Baixa densidade Sul, Rural agrícola, Rural de Indústria e Serviços e Rural denso (urbano);
- 2) As Comunidades Intermunicipais (CIM), subdivididas por tipo de rural;
- 3) As Áreas de intervenção das Associações de Desenvolvimento Local (ADL);
- 4) O “Interior” (como definido na Portaria n.º 208/2017 de 13 de julho).

As dinâmicas de 2009 a 2016 das modalidades foram sintetizadas nas seguintes variações percentuais: reduções de -15,2% no total explorações; -13,5% na

UTA total; -5,3% na Superfície Agrícola e Florestal; -24,4% na Superfície Florestal Estreme; -0,8% na Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e aumento de +2,8% no Valor da Produção Padrão (VPP). É destacada a grande redução das muito pequenas explorações agrícolas (-21%), e realçada a quebra muito expressiva do conjunto da agricultura familiar, nas diversas vertentes: social, territorial e económica.

No panorama das modalidades em 2016, destaca-se como a pequena agricultura corresponde a cerca de 90% das explorações, 70% da UTA e 60% da Floresta estreme, mas apenas 20% do VPP e 30% da SAU. Por outro lado, cerca de 3,5% das explorações detinham quase 45% da SAU e geravam 60% do VPP. É também realçada a muito vinculada dependência dos rendimentos das famílias de outras proveniências que não a exploração agrícola, pois, em 45% das explorações, mais de 50% do rendimento total provém do exterior, especialmente de pensões/reformas.

Neste âmbito de caracterização das modalidades em 2016, foi ainda avaliado um conjunto vasto de indicadores, sempre segundo as quatro configurações territoriais referidas, e para as seguintes dimensões de análise:

- Relevância da pequena agricultura, nas componentes “muito pequenas” e “pequenas explorações”
- Relevância das explorações agrícolas nos rendimentos dos produtores individuais
- Importância das modalidades de exploração agrícola familiares e não familiares
- Importância, ao nível municipal no contexto do rural urbano, da pequena agricultura familiar com dependência determinante da exploração agrícola nos rendimentos familiares
- Usos/ocupações das terras nas modalidades de exploração agrícola
- Partição dos sectores de atividade vegetais e animais nas modalidades de exploração agrícola (origem do Valor de Produção, VPP)
- Contributo das modalidades para o valor de produção do Continente (VPP)

- Relações terra, trabalho e resultados económicos nas modalidades de exploração agrícola (ilustrando os contrastes estruturais entre as modalidades, as diversas disponibilidades de terra, de mobilização de trabalho e de resultados económicos para as várias modalidades)

Em suma, este documento recolhe um largo conjunto de informação que permite perceber a profunda diversidade de modalidades, segundo um elevadíssimo conjunto de variáveis e indicadores, originando um grande número de tabelas, sempre de acordo com as quatro configurações territoriais estabelecidas, e abrindo assim um vasto leque de opções de análise dessa informação.

Perspetiva global da terra – primeira edição

JOSÉ VASCO SERRANO

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: Global Land Outlook – First Edition (GLO 1)

COORDENADORES: Ian Johnson e Sasha Alexander

AUTORES: Nigel Dudley e Sasha Alexander

EDITOR: Nações Unidas – Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD)

TIPO DE DOCUMENTO: Relatório

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://www.unccd.int/resources/global-land-outlook/glo1>

IDIOMA: Inglês (igualmente publicado nas seis línguas oficiais das Nações Unidas)

DATA E LOCAL DE EDIÇÃO: 2017 – Bona, Alemanha

Palavras-chave: planeta Terra, terra, recursos naturais, segurança humana, uso do solo, segurança alimentar, agricultura, recursos hídricos, biodiversidade, solo, energia, clima, alterações climáticas, urbanização, ecossistemas

“A terra, literalmente o chão debaixo dos nossos pés, é um recurso finito composto por solo, água, minerais, plantas e animais.” (p. 14)

Estrutura: O relatório está estruturado em três partes e doze capítulos: Parte 1: Uma visão panorâmica, com os capítulos: 1. O significado de terra; 2. Breve história do uso da terra; 3. Fatores de mudança; 4.

Convergência de provas; 5. Recursos da terra e segurança humana; Parte 2: A perspectiva, com os capítulos: 6. Cenários de mudança; 7. Segurança alimentar e agricultura; 8. Recursos hídricos; 9. Biodiversidade e solo; 10. Energia e clima; 11. Urbanização; 12. Zonas secas; e Parte 3: Um futuro mais seguro. Inclui ainda dois anexos: Anexo I - Quadro científico conceptual para a Neutralidade em matéria de Degradação das Terras (LDN); Anexo II - Mapeamento das dinâmicas da produtividade da terra: deteção de trajetórias críticas nas transformações globais do uso da terra

O Relatório materializa a primeira edição da Perspetiva Global da Terra (GLO1), tendo sido apresentado

em Setembro de 2017, na 13.^a Conferência das Partes (COP13)¹ da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação² (UNCCD), em Ordos, na China.³

Em termos de sumário, o Relatório apresenta uma visão sobre o passado e de como chegámos ao estado atual, estruturando uma “Panorâmica geral: terras sob pressão” e sublinhando as fortes pressões sobre a terra e a previsão de aumento dessa pressão; a degradação de parte significativa dos ecossistemas geridos e naturais; as ameaças à produtividade da terra e à saúde, face à perda de biodiversidade e às alterações climáticas; a redução da resistência às pressões do meio ambiente face à degradação da terra. Nota ainda que mais de 1,3 mil milhões de pessoas estão associadas a terras agrícolas degradadas e que o aumento das transformações nas zonas rurais nas últimas décadas não tem precedente no passado.

Da visão presente, assume como “Consenso emergente: um sistema falido”, destacando o atual sistema alimentar ineficiente que ameaça a saúde humana e a sustentabilidade ambiental; o fosso crescente entre produção e consumo e os níveis de desperdício de alimentos, que aceleram a mudança no uso e a degradação do solo, bem como a desflorestação; o atual modelo agroindustrial que beneficia poucos e tem impactos negativos em muitos; as aquisições de terras em grande escala que aumentaram de forma dramática nas últimas duas décadas; e o somatório das nossas decisões individuais (enquanto consumidores e enquanto produtores) que está a criar uma crise global da terra.

Na visão de longo prazo fala de “Um futuro mais seguro: respeitar os limites”, salientando que a

quantidade de terra disponível é finita; a necessidade de respeitar os limites não significa limitar o crescimento; o avanço em direção a uma nova agenda global para a terra deve basear-se em direitos e benefícios responsáveis; a nossa capacidade de gerir compromissos à escala da paisagem decidirá o futuro dos recursos terrestres; o planeamento inteligente da utilização da terra envolve fazer a coisa certa no lugar certo e à escala certa; e que decisões e ações corajosas materializadas hoje irão determinar a qualidade da vida em terra amanhã.

No primeiro capítulo, é assim estruturada uma visão retrospectiva e panorâmica sobre a terra, um *puzzle* das múltiplas e várias pequenas componentes associadas quer a divisões territoriais administrativas, quer às culturas humanas que nelas se implantaram e implantam, às comunidades, seus modos de vida, seus modos de ver, de atuar e de estar e correspondentes impactos na Terra.

Apresenta a definição de terra pela UNCCD como sendo “o sistema bioproductivo terrestre que compreende o solo, a vegetação, outros componentes do biota e os processos ecológicos e hidrológicos que se desenvolvem dentro do sistema.” (Artigo 1º da Convenção)

São expostas as perceções do significado e valor da terra pelos vários tipos de partes interessadas, como governos e políticos, cientistas e investigadores, agricultores e pastores de subsistência, comunidades indígenas e locais, conservacionistas e ativistas ambientais, promotores urbanos e novos colonos e artistas, filósofos e turistas.

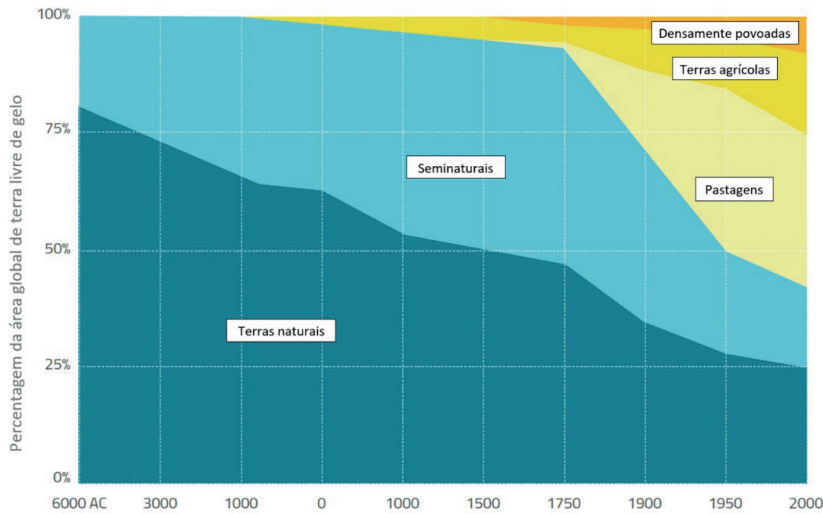
¹ 13.^a Conferência das Partes da UNCCD: <https://www.unccd.int/official-documents/cop-13-ordos-china-2017>

² A UNCCD resulta de uma das recomendações do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável – Agenda 21 – da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de junho de 1992, aprovada em 17 de junho de 1994 e ratificada por Portugal em 1 de abril de 1996. Também a União Europeia aprovou a Convenção, através da Decisão do Conselho n.º 98/216/CE, de 9 de março de 1998.

UNCCD: <https://www.unccd.int/convention/overview>

³ A Cultivar N.º 26, dedicada ao tema *Agricultura biológica e outros modos de produção sustentável*, publicou uma breve apresentação da segunda edição deste Relatório, de 2022 (GLO 2). Assim, a presente ficha de leitura centra-se apenas nos capítulos iniciais desta primeira edição, relativos sobretudo à evolução do uso da terra a nível global, bem como no seu Anexo 2, não obstante o óbvio interesse de todo o relatório. https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_26/112/

Figura 2.1 (p.31 do GLO 1) – Transformação da biosfera ao longo de 8 000 anos



Contextualiza-se a terra como suporte de riqueza abundante, apresenta-se o caráter multidimensional da terra e este recurso segundo as visões de propriedade privada, de bem público e como sentido de pertença comunitária.

Expõem-se os vínculos entre as múltiplas religiões planetárias, baha'í (Pérsia), budismo, cristianismo, taoísmo, hinduísmo, jainismo (Índia), judaísmo, islamismo, sintoísmo (Japão), sijismo (Índia), zoroastrismo (Irão) e o correspondente pensamento ambiental.

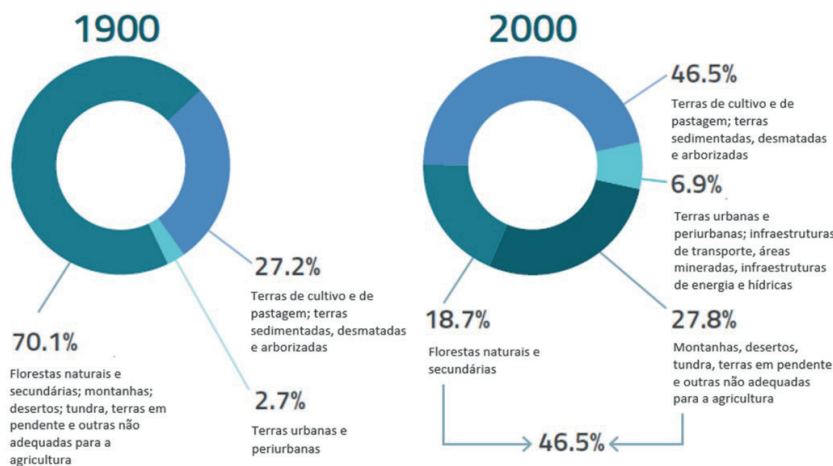
O segundo capítulo apresenta uma retrospectiva a 12 000 anos, sintetizando as alterações de uso da

terra na Figura 2.1 (salientando-se desde já que o Relatório possui um grande conjunto de bons elementos gráficos com muita informação).

Focam-se os principais pontos de mudança acontecidos no desenvolvimento do conhecimento humano, como por exemplo o primeiro mapa do globo feito no século XVI, os novos paradigmas económicos em que as forças da ciência e da economia se articulam e transformam a ideia de natureza. Evidenciam-se ainda as novas dinâmicas e os rápidos tempos de ação sobre a terra, através do uso de meios acessíveis e fortemente passíveis de serem destrutivos como “explosivos e tratores”, fenómeno em crescendo com a industrialização ocorrida nos últimos três séculos. A Figura 2.4 mostra as grandes alterações no uso da terra acontecidas no século XX.

Apresenta a visão atual da terra como sendo muito restrita a valores económicos, face à realidade de outros valores que vão além das recompensas económicas e financeiras ligadas apenas à mercantilização das produções agrícolas, florestais ou mineiras. A terra sempre deu ou teve outros valores não relacionados com o mercado como o religioso, o espiritual, o estético, o recreativo e outros.

Figura 2.4 (p.35 do GLO 1) – Um século de alterações no uso da terra 1900-2000



O Relatório coloca em seguida outras questões relevantes, entre as quais a degradação dos solos ou a exaustão dos recursos naturais, apresentando na Parte 3 (p.271) seis possíveis respostas a essas questões, com alguns exemplos de locais no planeta onde projetos nesse sentido estão a ser implementados: 1) multifuncionalidade das paisagens; 2) aumento da resiliência às alterações climáticas

e outros choques; 3) promoção de uma agricultura de múltiplos benefícios, nomeadamente serviços de ecossistema; 4) melhor gestão da interface rural-urbana, em face da contínua expansão das cidades; 5) aplicação do conceito de perdas líquidas nulas (*no net loss*) à produção agroalimentar e ao consumo de recursos naturais; 6) criação de um ambiente propício ao aumento de escala de pequenos projetos de sucesso.

Remete ainda para o Atlas Mundial da Desertificação (WAD), um projeto coordenado pelo Centro Comum de Investigação (JRC-CCI) da Comissão Europeia, com a colaboração da UNCCD. O Atlas “*vai além das análises convencionais da desertificação para considerar, de um modo mais geral, o estado e as tendências dos processos antropogénicos globais de alteração do uso dos solos, com ênfase nas terras de cultivo e nas pastagens.*” (p. 53) Em con-

clusão (p.304), o GLO 1 apresenta sete perguntas com um breve contexto: Os pequenos agricultores sobreviverão? Qual o futuro das culturas geneticamente modificadas? A agricultura biológica poderá alimentar o mundo? O que deve ser feito relativamente à apropriação de terras? Qual o papel do setor privado? O que aconteceria se houvesse uma adoção generalizada de fontes alternativas de proteína? A tecnologia emergente e a inovação poderão levar-nos à sustentabilidade?

O Anexo II (p.322) pretende mapear as dinâmicas de produtividade da terra, recorrendo ao conceito de Produção Primária Líquida (PPL) e afirmando: “*Globalmente, os seres humanos têm vindo a apropriar-se de uma proporção cada vez maior desta PPL, afetando a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas; essa proporção ultrapassa, em muitos casos, a variabilidade e a dinâmica naturais dos sistemas.*”

Expectativas de redução mundial do número de explorações até 2100

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP)

Referência

TÍTULO: Likely decline in the number of farms globally by the middle of the century

AUTOR: Zia Mehrabi, professor assistente de estudos ambientais na Universidade do Colorado, em Boulder

EDITOR: Nature Sustainability

TIPO DE DOCUMENTO: Artigo científico*

LOCALIZAÇÃO DO DOCUMENTO: <https://doi.org/10.1038/s41893-023-01110-y> (Destaque EN: <https://www.colorado.edu/today/2023/05/11/number-farms-world-declining-heres-why-it-matters-you>)

IDIOMA: Inglês

DATA DE EDIÇÃO: 11 de maio de 2023

Palavras-chave: explorações agrícolas, pequena agricultura familiar, sistema agroalimentar, abastecimento alimentar, sustentabilidade, clima, biodiversidade

No resumo do artigo, o autor afirma o seguinte: “O número e a dimensão das explorações agrícolas são considerados importantes para uma série de resultados sociais e ambientais, incluindo produtividade, eficiência na utilização de fatores de produção, biodiversidade, diversidade de culturas, alterações climáticas e concentração de poder nos sistemas agroalimentares. Recorrendo a um modelo que incor-

pora fatores teóricos de criação e fusão de explorações agrícolas dentro de cada país, reconstituí historicamente o número de explorações agrícolas na Terra entre 1969 e 2013 e procuro prever a sua evolução futura. Mostro que, seguindo as atuais trajetórias de desenvolvimento, o número de explorações agrícolas a nível mundial deverá provavelmente diminuir dos atuais 616 milhões em 2020 (IC, intervalo de confiança, 95%: 495-779 milhões), para 272 milhões no final do século XXI (IC 95%: 200-377 milhões), com a dimensão média das explorações a duplicar. Em algumas regiões, como a Europa e a América do Norte, veremos um declínio contínuo face à história recente, enquanto

* O artigo é pago, pelo que não podemos disponibilizá-lo aqui integralmente.

noutras regiões, nomeadamente Ásia, Médio Oriente e Norte de África, Oceânia, América Latina e Caraíbas, assistiremos a um ponto de viragem da criação de explorações agrícolas para uma fusão generalizada. O ponto de viragem ocorrerá igualmente na África Subsariana, embora mais tarde neste século. Este mundo, em que um número significativamente menor de grandes explorações agrícolas substitui numerosas explorações mais pequenas, acarreta grandes benefícios e grandes riscos para a espécie humana e para os sistemas alimentares que a sustentam.”

No destaque em inglês feito pela Universidade do Colorado, salienta-se que isto acontece porque “à medida que a economia de um país cresce, mais pessoas migram para as zonas urbanas, deixando menos pessoas nas zonas rurais para cuidar da terra.” Esta mudança já está a ocorrer em muitas zonas do mundo, enquanto, para outras comunidades, o ponto de viragem poderá começar por volta de 2050, prolongando-se até ao final do século.

Os benefícios incluem maior produtividade do trabalho e crescimento económico, assim como uma melhoria nos sistemas de gestão, mas sobretudo a existência de “melhores oportunidades económicas para as pessoas e [maior] capacidade de estas esco-

lherem o seu próprio percurso profissional dentro ou fora do setor agrícola”, escapando a situações de pobreza.

Os riscos passam não só pela perda de biodiversidade e de variedade de culturas, mas também pelo abastecimento alimentar, já que as pequenas explorações, embora correspondam a apenas 25%, um quarto, da superfície agrícola total, são responsáveis por 33%, um terço, desse abastecimento. Outro risco é a perda do conhecimento local tradicional, substituído pelas novas tecnologias e mecanização. Além disso, a menor dimensão e maior diversidade destas pequenas explorações pode dar-lhes maior capacidade de resistência a diversos tipos de choques (e.g. sanitários ou climáticos).

Para fazer este trabalho, o autor “utilizou dados da FAO relativos a superfície agrícola, PIB per capita e dimensão da população rural em mais de 180 países”. Nesta sensibilização para o que poderão ser as tendências globais futuras no setor agroalimentar, ele “espera que a sua análise possa conduzir a políticas que garantam a conservação da biodiversidade, mantenham a resistência ao clima, preservem o conhecimento local e proporcionem incentivos para melhorar a economia rural em todos os países do mundo.”

Edições publicadas:

- CULTIVAR N.º 1 – Volatilidade dos mercados agrícolas
- CULTIVAR N.º 2 – Solo
- CULTIVAR N.º 3 – Alimentação sustentável e saudável
- CULTIVAR N.º 4 – Tecnologia
- CULTIVAR N.º 5 – Economia da água
- CULTIVAR N.º 6 – Comércio internacional
- CULTIVAR N.º 7 – O risco na atividade económica
- CULTIVAR N.º 8 – Biodiversidade
- CULTIVAR N.º 9 – Gastronomia
- CULTIVAR N.º 10 – Trabalho na agricultura e as novas tendências laborais
- CULTIVAR N.º 11 – População e território rural
- CULTIVAR N.º 12 – Alterações climáticas
- CULTIVAR N.º 13 – Cadeia de valor do setor agroalimentar
- CULTIVAR N.º 14 – O eucalipto
- CULTIVAR N.º 15 – Bioeconomia
- CULTIVAR N.º 16 – Digitalização
- CULTIVAR N.º 17 – Ensino agrícola
- CULTIVAR N.º 18 – Energia na agricultura
- CULTIVAR N.º 19 – Macroeconomia e agricultura
- CULTIVAR N.º 20 – Abastecimento alimentar – que fronteiras?
- CULTIVAR N.º 21 – Sistemas agroflorestais
- CULTIVAR N.º 22 – Edição Especial
- CULTIVAR N.º 23 – Impactos agroambientais: metodologias de quantificação e valorização económica
- CULTIVAR N.º 24 – A vinha e o vinho
- CULTIVAR N.º 25 – Investimento na agricultura
- CULTIVAR N.º 26 – Agricultura biológica e outros modos de produção sustentável
- CULTIVAR N.º 27 – Custos de contexto
- CULTIVAR N.º 28 – Estruturas agrárias

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A **CULTIVAR** é uma publicação de cadernos de análise e prospetiva, sob a responsabilidade editorial do GPP – Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, do Ministério da Agricultura e da Alimentação. A publicação pretende contribuir, de forma continuada, para a constituição de um repositório de informação sistematizada relacionada com áreas nucleares suscetíveis de apoiar a definição de futuras estratégias de desenvolvimento e a preparação de instrumentos de política pública.

A **CULTIVAR** desenvolve-se a partir de três linhas de conteúdos:

- «**Grandes Tendências**» integra artigos de análise de fundo realizados por especialistas, atores relevantes ou parceiros sociais.
- «**Observatório**» pretende reunir, tratar e disponibilizar um acervo de informação e dados estatísticos de reconhecido interesse e que poderão não estar diretamente acessíveis ao grande público.
- «**Leituras**» destina-se à divulgação de documentos de organizações, nomeadamente aqueles a que o GPP tem acesso nos diversos *fora* nacionais e internacionais, ou ainda outros textos, livros, etc. considerados relevantes.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA
E ALIMENTAÇÃO